

Fernanda Plaza Grespan

A Intelectualidade Feminina e os Saberes para Professores



O livro apresenta aos seus leitores caminhos para analisar a formação de professores nas Escolas Normais no Brasil, sobretudo na Escola Normal de Porto Alegre/RS, no período de 1922-1931, lugar e tempo da criação da revista *O Estudo*. Este livro, resultado de pesquisa com total envolvimento da autora, então jovem pesquisadora e professora alfabetizadora, com uma abordagem temática relevante, onde o foco central da obra é a formação e a intelectualidade feminina. Nesse sentido, Fernanda Plaza Grespan traçou uma história onde pode-se constatar que a revista *O Estudo* proporcionou um olhar sobre a cultura escolar, fundamentalmente direcionando à atenção para um grupo de alunas, futuras professoras e escritoras/editoras da revista, em que de alguma forma contribuíram para a formação docente do período histórico em estudo, com saberes literários, didáticos e científicos.

ROSANE MICHELLI DE CASTRO

**A INTELLECTUALIDADE FEMININA
E OS SABERES PARA PROFESSORES**

Fernanda Plaza Grespan

Fernanda Plaza Grespan

**A INTELLECTUALIDADE FEMININA
E OS SABERES PARA PROFESSORES**

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

2021



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC
UNESP - campus de Marília

Diretora

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto

Vice-Diretora

Dra. Ana Claudia Vieira Cardoso

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

*Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação -
UNESP/Marília*

Graziela Zambão Abdian

Patrícia Unger Raphael Bataglia

Pedro Angelo Pagni

Rodrigo Peloso Gelamo

Maria do Rosário Longo Mortatti

Jáima Pinheiro Oliveira

Eduardo José Manzini

Cláudia Regina Mosca Giroto

Foto da capa: Fotografia tirada na festa da posse da nova diretoria do "Gremio", vendo-se esta acompanhada da consultora, professora Anadyr Coelho, e do presidente honorário Dr. Emilio Kemp. (Rev. O ESTUDO, anno IX, n. 1, 1931, p.26)

Auxílio N° 0798/2018, Processo N° 23038.000985/2018-89, Programa PROEX/CAPES

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC

Grespan, Fernanda Plaza.

G831i A intelectualidade feminina e os saberes para professores / Fernanda Plaza Grespan. –
Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2021.

169 p.: il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5954-166-9 (DIGITAL)

ISBN 978-65-5954-165-2 (IMPRESSO)

DOI <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-166-9>

1. Professores – Formação – 1922-1931. 2. Educação - História. 3. Mulheres na educação.

I. Título.

CDD 370.109

Copyright © 2021, Faculdade de Filosofia e Ciências

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP

Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

Agradecimentos

Agradeço imensamente a Deus e a Nossa Senhora, por terem me concedido saúde, força e disposição durante minha trajetória até então.

Agradeço ao meu marido Alexandre Grespan Miguel, que jamais me negou apoio, carinho e incentivo.

Aos meus pais Valdeir da Silva Rodrigues e Valéria Plaza Dias Rodrigues por me apoiarem em todas as decisões e por confiarem em mim.

Também agradeço meu orientador do curso de mestrado Dr. Macioniro Celeste Filho, por compartilhar de sua sabedoria e de sua experiência, contribuindo para os resultados da dissertação.

Agradeço em especial, à professora e orientadora do doutorado, Dra. Rosane Michelli de Castro que desde o primeiro ano de graduação estendeu-me a mão e orientou-me em diversos projetos, resultando em um grande laço de amizade. Tenho gratidão por ter seus ensinamentos acadêmicos e pessoais.

Aos companheiros dos Grupos de Estudos e Pesquisa HiDEA-BRASIL – História das disciplinas escolares e acadêmicas no Brasil e GP FORME - Formação do Educador, pelas valiosas trocas de experiências, parcerias e contribuições ímpares.

À Universidade Estadual Paulista – UNESP-Campus Marília/SP, que desde meu início na graduação em 2011, proporcionou-me

momentos ricos em construções de aprendizagem e possibilitou-me o contato com pesquisas e pesquisadores.

À Capes. Pelo apoio financeiro que foi essencial para que fosse desenvolvida a pesquisa ao qual resultou a publicação deste livro com maior dedicação.

*Queriam que ela fosse do lar, mas
ela era do ler, com essa liberdade,
ela era de onde quisesse ser.*

Allê Barbosa.

Sumário

Prefácio Rosane Michelli de Castro.....	11
Apresentação.....	15
Introdução.....	19
1 Formação de Professores no Brasil (1922- 1931)....	33
1.1 Contextualização histórica	
1.2 A Escola Normal	
1.3 Escola Normal de Porto Alegre/RS	
2 Revista O ESTUDO: Intelectualidade Feminina.....	69
2.1 Cultura escolar e periódico educacional	
2.2 Pesquisas em História da Educação: os periódicos	
2.3 A produção de intelectualidade feminina na revista <i>O Estudo</i>	
3 Saberes Para Professores: Didática, Literatura e Ciências.....	109
3.1 Contribuições da revista <i>O Estudo</i> para a formação das alunas da Escola Normal de Porto Alegre	
3.2 Publicações da revista <i>O Estudo</i>	
3.3 A revista <i>O Estudo</i> : cultura escolar e formação de professores	
3.3.1 Saberes literários	
3.3.2 Saberes didáticos	
3.3.3 Saberes científicos	
3.4 Reflexões: a produção intelectual na revista	
Conclusão.....	145
Referências.....	153

Prefácio

Com grata satisfação, recebi o convite para prefaciá-lo este livro de Fernanda Plaza Grespan, ex-orientanda de iniciação científica do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC-UNESP/Câmpus de Marília, em que foi minha aluna. Neste 2021, essa autora é minha orientanda de doutorado em educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, dessa mesma Faculdade. Neste sentido, este livro de Fernanda Plaza Grespan, decorrente de seu mestrado em educação, é continuidade de processos de pesquisas e de suas vivências acadêmico-científicas em Educação, tendo sido contemplado para publicação, em atendimento à “Chamada n.01/2021 – Publicação de livros resultantes de pesquisas acadêmico-científica”, do Programa de Pós-Graduação em Educação.

Gosto de afirmar, como em outros momentos, que se trata de continuidade de processos formativos de pesquisas e vivências acadêmico-científicas em Educação da autora, porque desde o seu início em trajetória formativa de professora no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC-UNESP, Câmpus de Marília, em 2011, as aspirações por tornar-se investigadora das causas, processos, tempos e lugares educacionais, centralmente daqueles produzidos por sujeitos dos vários lugares sociais, foram se constituindo em diálogos e encontros com perspectivas de estudos, pesquisas e atuação profissional, por meio dos quais aquela jovem aluna da Pedagogia transformou-se, a exemplo de outros tantos jovens, em professora-alfabetizadora responsável e

<https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-166-9.p11-14>

pesquisadora atenta e rigorosa, frente, sobretudo, a todos os aspectos que constituem os vários processos formativos de professores e professoras.

Tal referência a essa preocupação da autora quanto à investigação de processos formativos de professores remete-a a um espaço histórico e emblemático onde muitos professores e professoras se formaram e constituíram os quadros do magistério primário no Brasil, que foram as Escolas Normais. Daí que a autora buscou desenvolver investigação com o objetivo geral de identificar e analisar saberes para professores na revista *O Estudo*, elaborados por alunas, futuras professoras e intelectuais da escola Complementar/Normal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de 1922 a 1931.

Esses processos de veiculação de saberes professorais, movidos pelos seus sujeitos, futuras professoras e intelectuais da escola Complementar/Normal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de 1922 a 1931, foram apresentados neste livro, mediante fontes documentais ricas de sentido, as quais, inevitavelmente, são produtos e produtores de dada cultura da escola que, quando consolidada, constitui o que conhecemos por cultura escolar.

Assim, este livro tem a potencialidade de revelar aspectos do que conhecemos por “caixa preta” da escola, uma vez que seu objeto, um jornal produzido por ex-alunas, pode evidenciar aquilo que se materializa na escola, as “finalidades reais” da escola, para além das “finalidades de objetivo”, formalizadas em documentos oficiais, portanto, de caráter prescritivo. Nesse sentido, não há como não serem evidenciados, mediante aquilo que lhe é peculiar, o irreduzível pedagógico (RIOS, 2008).

Trata-se, portanto, de um livro revelador de um trabalho voltado para o papel desempenhado pelos sujeitos da escola, centralmente, alunas, na produção do conhecimento e à luz do de um quadro teórico riquíssimo, o qual acredito que subsidiará a realização de reflexões posteriores, portanto, que o(a)s convido à leitura.

Marília, 09 de junho de 2021.

Rosane Michelli de Castro

Departamento de Didática - FFC-Unesp-Marília

RIOS, Terezinha Azerêdo. Compreender e ensinar no mundo contemporâneo. Cap. 1. *In: _____*. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 56-62.

Apresentação

Este livro é resultante de uma dissertação de mestrado, intitulada *Os saberes para professores elaborados na revista ‘O Estudo’ (1922-1931)*, defendida em 2019, ao qual a pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Marília/SP).

A trajetória desta autora em pesquisar sobre o tema História da Educação, é decorrência de indagações que venho realizando sobre essa temática desde 2012, quando, na condição de aluna do 2º ano do curso de graduação em Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), no Campus de Marília/SP, fiz parte do projeto de extensão conhecido como “aula passeio”.

O projeto de extensão mencionado foi intitulado *A aula passeio para professores: conhecendo e ressignificando aspectos da história local*. Desenvolvido com professores de escolas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, e com coordenadores desses níveis de ensino, e tendo como responsável a Dra. Rosane Michelli de Castro, tal projeto teve como objetivo:

Proporcionar aos professores da Escola de Ensino Fundamental I parceira, mediante a chamada “aula passeio”, o conhecimento ou o re-conhecimento de locais e monumentos representativos da história local da cidade de Marília-SP, proporcionando-lhes a recontextuali-

zação em espaços históricos da história local da cidade e da história do Brasil, portanto, a apropriação de saberes para a ressignificação dos conteúdos de história a serem ensinados mediante processos escolares (CASTRO, 2013, p. 2).

Após desenvolver ações como bolsista junto ao Núcleo de Ensino de Marília, surgiu-me a seguinte problemática: Como e quais possibilidades de inserção no planejamento de professores tanto da Educação Infantil, quanto do Ensino Fundamental, de aulas passeios para se trabalhar com aspectos da história local?

Foi, então, que iniciou a definição da temática de meu estudo no campo da História da Educação. Como desmembramento, um dos resultados dessas atividades e da que desenvolvi na graduação, destaco o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: *Aula passeio como recurso metodológico para formação de professores*: um estudo a partir de depoimentos de professores (RODRIGUES, 2015), que retrata uma das técnicas de Freinet, que desenvolvi sob a orientação da professora Dra. Rosane Michelli de Castro a respeito da História da Educação em Marília/SP. Nesse trabalho, a fim de responder ao questionamento mencionado:

Foi desenvolvida pesquisa, em nível de iniciação científica com o objetivo geral de reunir e analisar aspectos sobre a aula passeio como recurso metodológico para formação de professores, a partir de depoimentos de professores do Ensino Fundamental I. A hipótese norteadora foi a de que a recontextualização da história local da cidade de Marília – SP, mediante a aula passeio com professores proporcionará melhores condições para o planejamento e sua formação, instrumentalizando-os com novos saberes teóricos e, em

decorrência, metodológicos, para o pensar historicamente nas séries iniciais do Ensino Fundamental (RODRIGUES, 2015, p. 15).

Ainda durante a graduação, em 2012, ingressei no Grupo de Pesquisa “GP FORME – Formação do Educador” liderado pela Dra. Rosane Michelli de Castro, em que permaneci até maio de 2015, quando conclui a graduação em Pedagogia, e retornei como mestranda em 2017, tendo como líder do grupo Dr. Vandeí Pinto da Silva.

Nesse grupo de pesquisa, atuei especialmente nas linhas de pesquisa “História da formação de professores no Brasil”, “Didática, currículo e fundamentos da educação” e “A pesquisa e a formação do educador”. Também ingressei em 2016 no Grupo de Estudos e Pesquisa “HIDEA-BRASIL’: História das disciplinas escolares e acadêmicas no Brasil”, liderado pela Dra. Rosane Michelli de Castro e ambos cadastrado no CNPq.

Minha trajetória em pesquisa de Iniciação Científica, bem como nos grupos mencionados, levou-me a refletir sobre a História da Educação e sobre a pesquisa científica, a partir dos sujeitos das escolas e mediante os artefatos culturais que eram elaborados por esses sujeitos. Assim, em processo seletivo, no ano de 2016, apresentei o projeto de pesquisa, do qual este livro é decorrente e com o qual ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC - Unesp/Câmpus de Marília, linha de pesquisa “Filosofia e História da Educação no Brasil.

Nesse percurso de pesquisa teve como objetivo de identificar e analisar saberes para professores na revista *O Estudo*, elaborados por alunas, futuras professoras da escola Complementar/Normal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de 1922 a 1931. Para o desenvolvimento da pesquisa cujo resultados são apresentados, foi utilizada abordagem

histórica, centrada em pesquisa documental, privilegiando a revista mencionada como *corpus* documental. Tratou-se, portanto, de um estudo centrado na análise dos saberes para professores na revista *O Estudo* e a presença intelectual feminina.

Introdução

A formulação da dissertação de mestrado, cujos resultados compuseram este livro surgiu diante do seguinte questionamento: quais os saberes para professores circulavam em periódicos escritos por alunos e alunas dos cursos de formação de professores.

Ao me aprofundar sobre o tema formação de professores, localizei um artigo de Andréa Silva de Fraga, que foi publicado na revista *História da educação de Porto Alegre* no ano de 2013, em que Fraga (2013) trata de um impresso intitulado *O Estudo*, publicado pelo Grêmio de Estudantes da Escola Complementar/Normal¹, em Porto Alegre/RS, nos anos de 1922 a 1931. Considerei pertinente o fato de que a revista *O Estudo* é um impresso diferenciado, produzido por alunas e futuras professoras e é apresentado como revista e não como jornal.

No artigo elaborado por Fraga (2013), foi realizada análise sobre a revista *O Estudo* e o objetivo era apresentar a descrição da sua materialidade, de seu suporte e dos diferentes aspectos que caracterizam a revista em questão. O objetivo de Fraga (2012, p. 13) em sua dissertação de mestrado intitulada *Imprensa Estudantil e Práticas de Escrita e de Leitura: a revista “O Estudo”* tem um destaque diferente do que

¹ O nome desta escola mudou-se durante o tempo. Iniciou-se em 1869 como Escola Normal da Província de São Pedro, depois Escola Distrital de Pôrto Alegre (1901-1905). Nos anos do impresso denominou-se Escola Complementar (1906-1928) e Escola Normal (1929-1936). Depois, Escola Normal General Flôres da Cunha (1937-1938), Instituto de Educação (1939-1958), Instituto de Educação General Flores da Cunha (1959-2002). E atualmente, desde 2003, Centro Estadual de Formação de Professores General Flores da Cunha. Pelo motivo de recorte do tempo, será apresentada neste trabalho como Escola Normal.

proponho, pois busquei identificar e analisar os saberes para professoras que eram produzidos por essas alunas, futuras professoras, isto é, analisar o que era a formação de professoras segundo as normalistas de formação na revista *O Estudo*.

Fraga (2012) analisou a prática de escrita e leitura das alunas, mediante a revista *O Estudo*, e não a formação de professores que pode ser analisada pelo interior da revista em questão, que é discutido neste texto.

A pesquisa de mestrado cujos resultados estão apresentados neste texto, começou a se desenvolver a partir de atividades que passei a realizar como mestranda da linha de pesquisa “Filosofia e História da Educação” do PPGE da UNESP-Marília com orientação do professor Dr. Macioniro Celeste Filho vinculada ao projeto de pesquisa do meu orientador, intitulado *História da Educação e Ensino de História no interior paulista*.

Com o desenvolvimento da pesquisa, pude constatar que, atualmente, o Centro Estadual de Formação de Professores General Flores da Cunha, conhecido popularmente pelo nome antigo Instituto de Educação (IE) se encontra no prédio na Oswaldo Aranha, em Porto Alegre – RS. Nos anos do impresso estudantil *O Estudo* (1921-1932), nomeava-se Escola Complementar, e no ano de 1929 passou a ser Escola Normal, localizando-se na Rua Duque de Caxias, na mesma capital, sendo uma escola pública de referência em educação.

Com todos os números da revista *O Estudo* acessado em arquivo PDF, foi possível encaminhar as etapas seguintes da pesquisa de mestrado. Com isso, elaborei como objetivo geral da pesquisa, identificar e analisar saberes para professores na revista *O Estudo*, elaborados por alunas, futuras professoras e intelectuais da escola Complementar/

Normal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de 1922 a 1931. Ainda foram objetivos específicos: compreender a Escola Normal de Porto Alegre/RS como lugar e tempo para a criação da revista *O Estudo*; compreender aspectos da intelectualidade feminina por meio dos periódicos educacionais; identificar e analisar a ênfase dada aos saberes para professores como sujeitos na revista, enfatizando a feminização do magistério; e contribuir para o desenvolvimento de pesquisas correlatas.

A fim de buscar a realização desses objetivos, recorri ao campo teórico-metodológico da História Cultural e pesquisa documental. Deste modo, decidi privilegiar os exemplares da revista *O Estudo* entre os anos de 1922 e 1931, considerando que o documento foi escrito em um contexto histórico, por sujeitos contidos de dada instituição e com propósito de leitura para um determinado público.

As publicações das revistas foram analisadas e discutidas a partir da concepção dialógica de linguagem e as reflexões que se desenvolvem neste trabalho, vinculam-se às concepções de responsividade, excedente de visão, alteridade e relações dialógicas, com ênfase em suas imbricações no delineamento da pesquisa em relação à definição dos sujeitos e dos *locus* de investigação, de produção e de análise de dados.

Pode-se pensar no mesmo sentido de Amorim (2004) sobre o texto científico não ser dogmático e o sujeito ser o interlocutor do pesquisador, isto é, o sujeito de sua pesquisa e de quem ele cita no trabalho. Portanto, quando se trata de documentos, o discurso a ser pesquisado é produzido socialmente, assim como os seres humanos que participaram da construção desses enunciados também são produtores e produtos da história.

A amostra a ser considerada compreende todos os números publicados da revista em questão como revela o quadro 1.

Quadro 1 - Exemplos da revista *O Estudo* entre os anos de 1922 e 1931

ANNO	NÚMERO	MÊS/ ANO
I	2	Junho, 1922
I	3	Julho, 1922
I	4 e 5	Agosto/ setembro, 1922
I	6	Outubro, 1922
I	6 e 7	Outubro/ novembro, 1922
II	1	Junho, 1923
III	1	Julho, 1925
III	2	Agosto, 1925
III	3	Setembro, 1925
III	4	Outubro, 1925
III	5 e 6	Dezembro, 1925
IV	1	Junho, 1926
IV	2	Julho, 1926
IV	3 e 4	Agosto,/setembro, 1926
V	1	Agosto, 1927
VI	1	Abril, 1928
VI	2 e 3	Maios/ junho, 1928
VI	4 e 5	Julho,/agosto, 1928
VI	6 e 7	Setembro/ outubro, 1928
VI	8 e 9	Novembro/ dezembro, 1928
VII	1	Janeiro/ junho, 1929
VIII	1	Agosto, 1930
IX	1	Setembro, 1931

Fonte: Do autor.

A periodicidade da revista *O Estudo*, segundo Fraga (2013), não era regular por estar relacionada ao calendário escolar e pelo fato de que após cada início de ano letivo, nos meses de março ou abril, era o período em que o novo grupo de estudantes tomava posse na diretoria do grêmio e da revista. Até que a nova diretoria do Grêmio fosse eleita e assumisse

suas funções, incluindo a edição da revista e por depender das atividades escolares, o cronograma de publicação não seguia uma regularidade.

Fraga (2013) também ressalta que, no ano de 1924, não foi publicado nenhum número. Também não foi editada entre os meses de setembro de 1926 a agosto de 1927. Contudo, em todas as retomadas posteriores às interrupções, eram dadas palavras de desculpas ao público leitor. Todavia, a revista *O Estudo* apresenta 31 números publicados entre 1922 a 1931.

Diante disso, as publicações da revista *O Estudo* possibilitam identificar e analisar os saberes para professores que eram produzidas por alunas, futuras professoras.

Ao estudar esse periódico, segundo Castro (2000),

[...] é preciso considerar que as construções discursivas feitas pelos seus relatores apresentam características específicas no plano da seleção e organização dos seus conteúdos e da elaboração e fundamentação das suas ideias, visto que são produtos de um universo externo e também de um universo interno dos seus sujeitos. Ou seja, são frutos do imaginário de um determinado grupo social e também do imaginário individual (SILVEIRA; DORAY, 1989, p. 34).

Nessa mesma linha, Bakhtin (2011), diz que o objeto de estudo das Ciências Humanas é o ser humano e sua dialógica interior-exterior, um ser que é situado em um dado contexto e que também possui horizonte próprio, ou seja, um ser histórico, posicionado e portador de subjetividade e que para Geraldí (2010a), o ser humano é um ser expressivo e falante que não coincide consigo mesmo, que é inacabado, que apenas se constitui na interação de duas consciências, que age

responsivamente em relação a seu outro. O autor diz que utilizar a língua “[...] é bem mais do que representar o mundo: é construir sobre o mundo uma representação” (GERALDI, 1996, p. 52).

Isso leva a refletir sobre a relação do pesquisador/historiador com o objeto pesquisado. Pode-se pensar que o pesquisador tem o ato de construir o conhecimento e o objeto de estudo a ser explorado.

Dentre os autores brasileiros que pesquisam imprensa de educação e ensino, destaco em especial a autora Serra (2010), que aponta a contribuição dos estudos sobre impressos estudantis, tanto o periódico *Excelsior* de São Carlos/SP, Brasil e os exemplares do periódico *O Alvorecer* em Lisboa, Portugal, para a História da Educação. A partir das considerações de Serra (2010) sobre a importância do olhar sobre periódicos escolares, é possível esclarecer aspectos que auxiliam a refletir sobre o começo da pesquisa com a revista *O Estudo*.

Nessa perspectiva, ganham ênfase, na pesquisa sobre representações, os testemunhos, os registros escritos, entre outros suportes materiais das palavras, das idéias. Segundo Chartier (1990, p.16), a História Cultural “[...] tem como objeto principal identificar a forma como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

Além disso, o autor continua:

Desta forma pode-se pensar a história cultural do social tomando por objeto a compreensão das formas e dos motivos, isto é, partindo das representações do mundo social, na qual os atores que dela fazem parte, possam traduzir as suas posições e interesses de forma objetiva, e que de forma paralela, descrevem a sociedade tal como pensam que ela seja, ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1990, p. 19).

Tomando a proposição de Chartier (1990) sobre a definição de História Cultural, Carvalho (2003, p. 272) entende que a “[...] história cultural dos saberes pedagógicos deve ser uma arqueologia dos objetos em sua materialidade”.

Para Chartier (1990), a História Cultural não está desconectada da História Social, pois suas representações são produzidas a partir de papéis sociais. O autor alega sua compreensão de que não há real oposição entre mundo real e mundo imaginário.

O discurso e a imagem, mais do que meros reflexos estáticos da realidade social, podem vir a ser instrumentos de constituição de poder e transformação da realidade. Desta maneira, a representação do real, o imaginário, é em si, um elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo.

Chartier (1990) e Carvalho (2003) apresentam o impresso como objeto cultural que guarda as marcas de sua produção e usos, além de considerar que cada leitor faz uma leitura diferente do texto conforme os subsídios que possui; “[...] é necessário lembrar que todo texto é produto de uma leitura, uma construção do seu leitor [...]” (CHARTIER, 1990, p. 61).

Referindo-se aos periódicos educacionais:

[...] é possível reconstruir, num momento dado, estágios de funcionamento e estruturação do campo educacional, movimentos de grupos de professores, disputas e atuações. Dito de outro modo, é possível partir do estudo de determinados periódicos educacionais e tomá-los como núcleos informativos, enquanto suas características explicitam modos de construir e divulgar o discurso legítimo sobre as questões de ensino e o conjunto de prescrições ou recomendações

sobre formas ideais de realizar o trabalho docente (CATANI; SOUSA, 2001, p. 242).

Nesse sentido, a imprensa educacional pode ser considerada como:

[...] um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social a partir do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar. (CATANI; BASTOS, 1997, p. 5).

Percebe-se que revistas a respeito de estudos escolares, no olhar de jovens estudantes e futuras professoras, são altamente relevantes e estudos a respeito são pouco divulgados no meio científico e educacional uma vez que abordam temas contemporâneos. Mas. A pesquisa em Ciências Humanas pode-se refletir que, as diversas condições e posições do pesquisador e do pesquisado deve-se levar em conta, mesmo que envolvidos no processo dialógico em que cada ação se concretiza em resposta ao outro, cada enunciado se constitui mediante tantos outros já assimilados.

Um ser é insubstituível e há a possibilidade da percepção do mesmo, mas não inteiramente, precisando da visão de fora (do outro), pois:

O excedente da minha visão em relação ao outro indivíduo condiciona certa esfera do meu ativismo exclusivo, isto é, um conjunto daquelas ações internas ou externas que só eu posso praticar em relação ao outro, a quem elas são inacessíveis no lugar que ele

ocupa fora de mim; tais ações completam o outro justamente naqueles elementos em que ele não pode completar-se (BAKHTIN, 2011, p. 22-23).

As concepções em relação à constituição dos sujeitos defendem-se que a formação como seres humanos está inevitavelmente ligada ao convívio com o outro, nos constituindo como sujeitos por meio da linguagem e das relações que vivenciamos no contexto social e histórico (BAKHTIN, 2011).

Assim, refletindo sobre os sujeitos envolvidos na escrita da revista *O Estudo* “[...] não pode ser percebido e estudado como coisa porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico” (BAKHTIN, 2011, p. 400).

A revista *O Estudo* também proporciona um olhar sobre a cultura escolar, fundamentalmente direcionando a atenção para um grupo de alunas e futuras professoras. Fraga (2013), ao analisar e escrever seu artigo “*O estudo e sua materialidade: revista das alunas-mestras da escola complementar/normal de Porto Alegre (1922-1931)*”, afirma:

A revista *O Estudo* possui atributos diferenciados: além de ser um impresso produzido por alunas e futuras professoras, apresenta-se como revista e não como jornal. Trata-se de aspecto relevante para a análise pois, como afirma Roger Chartier, ‘os textos não estão fora dos materiais de que são veículos. Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados’ (CHARTIER, 2002, p. 61-62, *apud* FRAGA, 2013, p. 71).

Analisando a forma do impresso e a composição gráfica da revista *O Estudo* (n. 3, 1922, p. 7), Fraga salienta que:

As edições d'*O Estudo* correspondem ao tamanho de 18x27cm, com capas ilustradas e coloridas. Em geral, o número de páginas apresentadas em cada número corresponde a uma variação entre 16 e 43 páginas, em média. A publicação bimestral, provavelmente, está relacionada às dificuldades encontradas pelas alunas diante das atividades escolares, assim como a dificuldade em ter material para compor a revista, pois aparecem publicados constantes pedidos por colaboração de alunas e professores, inclusive de profissionais de outras localidades, para que enriqueçam com os 'primores da sua intelectualidade com os conceituados conselhos' as páginas da revista (FRAGA, 2013, p. 73).

O Estudo foi produzido pelas alunas com o gênero revista no âmbito escolar e fomentaram a produção de impressos estudantis. Teve a contribuição significativa da instituição escolar, pois além do processo do ensino da leitura e da escrita, também colaborou com novos usos e práticas dos impressos. Ao incluir a revista em questão como prática escolar, a escola proporcionou a criação de um artefato sociocultural; além disso, as alunas da Escola Normal manipularam, compreenderam e apreenderam a palavra escrita em circulação na sociedade e estiveram envolvidas com a produção de um impresso estudantil, incentivado como prática escolar (FRAGA, 2013, p. 134).

Entende-se por cultura escolar para Julia (2001, p. 10),

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses

comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens.

As propostas de trabalhos dos autores citados demonstram a importância da imprensa de educação e ensino, dirigida ao leitor professor e aluno, e que fazem parte de uma cultura escolar. É na construção do conhecimento nas ciências humanas, que se dá no encontro entre os sujeitos no diálogo mediado pelo texto, nesse caso, os periódicos. Sendo assim, existe a possibilidade de refletir como as ideias veiculadas na revista *O Estudo* afetaram a educação e as práticas estudantis dos anos de 1920 a 1930 e como um texto pode originar diversas leituras e compreensões, constituindo-se de “usos diferenciados e opostos dos mesmos bens, dos mesmos textos e das mesmas ideias” (CHARTIER, 1992, p. 233).

Isso nos leva a investigar a história dos saberes para professores a partir da pesquisa da revista *O Estudo*, pois há uma importância de estudar impressos educacionais, uma vez que consiste em um *corpus* documental primordial para a história da educação, visto que, as revistas educacionais têm seus princípios, pensamentos e opiniões de todo grupo educacional. Isto é, são fontes relevantes, pois nos revelam assuntos que ocorreram no espaço educativo de uma determinada época. E a pesquisa documental é diálogo de diferentes direções, com referencial teórico. Do ponto de vista do discurso podem desvelar as contradições, pois o documento não é mudo, assim somente uma perspectiva dialógica possibilita a compreensão.

Nesse sentido, o periódico selecionado para a pesquisa pode contribuir para a História da Educação no Brasil. Portanto, elegi esse periódico dada a sua importância na formação de professores da Escola Normal, tendo em vista os temas do cotidiano, podendo gerar novas pesquisas que possibilitem maior entendimento sobre as questões que inquietaram professores e alunos do início do século passado no Brasil.

Para discorrer sobre o tema proposto, para além dos números da revista *O Estudo* publicados entre os anos 1922 e 1931, vali-me de alguns estudos de autores do campo da História de Educação, destacando Fraga (2012, 2013, 2017), Certeau (2011), Thompson (2002), Chartier (1990, 1992, 2002, 2005, 2015), Julia (2001), Castro (2000), entre outros que fundamentam a pesquisa em questão.

Assim, para além da introdução, o presente texto organiza-se em mais três capítulos, os quais apresento abaixo:

Capítulo 2 – Contextualização histórico-social do período de 1922 a 1931 que influenciaram na educação no Brasil. Nesse capítulo, apresento algumas considerações com o intuito de propiciar ao leitor a compreensão do contexto histórico em que foram produzidas as fontes utilizadas desse estudo, destacando a conjuntura histórica social do Brasil no período em questão. Para tanto, esse capítulo subdivide-se em subtítulos: a educação no Brasil, entre 1922 e 1931; a Escola Normal: algumas considerações; a Escola Normal de Porto Alegre/RS, trazendo dados da fundação da escola e suas características físicas e arquitetônicas e a Feminização como conquista do magistério primário.

Capítulo 3 – Análise da revista *O Estudo*. Partindo dos pressupostos teóricos apresentados nos estudos de Thompson (2002), Certeau (2011) e Fraga (2012, 2013, 2017), nesse capítulo abordo a questão da importância da oralidade para os conteúdos de estudo em

história da educação. Ênfase nesse capítulo os estudos de Fraga sobre a revista *O Estudo* e as contribuições desta, bem como das alunas mestras da Escola Normal de Porto Alegre/ RS para a formação docente. Abordo, também, a questão da cultura escolar como um elemento importante do periódico escolar, como fonte de estudo na História da Educação.

Capítulo 4 – Análise documental, acerca de aspectos da formação de professores nos 31 números da revista *O Estudo*: as normalistas, com um quadro demonstrando os textos contidos nesta revista sobre formação de professores e seus saberes. Nesse capítulo realiza-se uma análise dos artigos publicados na revista *O Estudo* que de alguma forma contribuíram para a formação docente do período histórico em estudo, com saberes literários, didáticos e científicos.

1

Formação de Professores no Brasil (1922-1931)

Compreender o contexto histórico onde foram produzidas as fontes utilizadas nesse estudo constitui-se de grande relevância para entendê-las e analisá-las. Assim sendo, neste capítulo, há algumas considerações a respeito do contexto histórico social que compreende o período de 1922 a 1931 no Brasil bem como as influências no campo da educação e formação de professores nas Escolas Normais, enfatizando a Escola Normal de Porto Alegre².

1.1 Contextualização histórica

Durante o período histórico que compreende os anos de 1920 e 1930, a educação tradicional no Brasil espelhava o modelo socioeconômico que prevalecia no país desde o advento da República. Nesse período, os Institutos de Educação poderiam ser compostos da Escola de Professores, da Escola Secundária, da Escola Primária e do Jardim da Infância.

O fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ocasionou no Brasil um surto de nacionalismo que conquistou boa parte dos

² A partir deste capítulo, intencionalmente, redigirei o texto na terceira pessoa.

intelectuais brasileiros, influenciando e estabelecendo novos parâmetros que tinham como objetivo o desenvolvimento do país e da educação, visto que, ao final da década de 1910, o Brasil foi marcado por um relativo crescimento industrial e urbanização da sociedade, o que tornou necessária a escolarização (FRAGA, 2017).

Contudo, conforme aponta Fraga (2017), o real objetivo dessas ligas era promover o aumento do contingente eleitoral, uma vez que o voto do analfabeto era proibido. Os líderes dessas ligas entendiam que o analfabetismo contribuía para a perpetuação das oligarquias, de forma que o referido movimento foi fomentado por intelectuais ligados à nascente burguesia e pela classe média urbana.

Nesse contexto, Ribeiro (1993, p. 18) destaca que:

Concretamente, houve certa ampliação no ensino secundário, mas ela só ocorreu no ensino particular. No ensino público houve um pequeno aumento no pessoal docente e uma diminuição nas escolas e matrículas. A elite governante, tendo conhecimento do baixo nível das escolas oficiais e desejando que seus filhos estudassem em níveis elevados, incentivava as escolas particulares. Numa sociedade agrícola onde os meios de produção eram elementares, só a elite dominante necessitava ser letrada. O governo não se interessava em ampliar a rede secundária, pois a economia não exigia nível médio. A elite, tendo o poder aquisitivo nas mãos, matriculava seus filhos nas escolas particulares, com finalidade de que atingissem o nível superior para serem os futuros administradores do país. Sendo assim, a estrutura educacional não foi alterada neste período.

Com o movimento denominado Escola Nova, destacaram nomes como Anísio Teixeira (1900-1971), Fernando de Azevedo (1894-1974),

Lourenço Filho (1897- 1970) e outros que defendiam a escola pública, laica e igualitária (MEIRELLES, 2013).

Para além do movimento Escola Nova, em decorrência do declínio das oligarquias, do impulso à industrialização, ocorridos na década de 1920, e do fortalecimento da classe burguesa, surgiram de diversos movimentos, a saber: as revoluções, o Tenentismo, o Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna, as linhas de pensamento filosófico dos escolanovistas e dos católicos. Sendo que tais movimentos passaram a ser incorporados à educação, influenciando toda a organização escolar nesse período (RIBEIRO, 1993).

Na década de 1920, podem ser observadas discussões sobre a educação brasileira, lideradas pela Associação Brasileira de Educação (ABE), sendo o regime de cursos preparatórios e de exames parcelados questionados, de forma que foram apresentadas propostas para superá-lo.

Com o estabelecimento do Governo Provisório, conseqüente à Revolução de 1930, o ensino normal, em quase todo o País, entrou em nova e auspiciosa fase. Nos primeiros meses de 1931, tivemos o prazer de colaborar na reforma das escolas normais do Estado de São Paulo, de modo a prepará-las para a sua definitiva reorganização. É assim que se restabeleceu o curso de quatro anos e se reorganizaram os programas das matérias preparatórias, de modo a imprimir-lhes, desde os primeiros anos do curso complementar, o cunho dos estudos secundários, conforme a reforma pouco antes decretada pelo Governo Provisório. Fez-se mais. Criou-se o curso de Aperfeiçoamento Pedagógico, de dois anos, para cuja matrícula era exigido o diploma de escola normal ou de ginásio. Com isso, abriu-se caminho à Escola de Professores, instalada pelo professor Fernando de Azevedo, quando de sua passagem pela Diretoria de Instrução do Estado, em 1933, e recentemente incorporada à Universidade de São Paulo (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 22).

No ano de 1930, houve no Brasil o aumento da necessidade de mão-de-obra especializada, tornando necessários investimentos em educação. De acordo com Ribeiro (1993) e Fraga (2017), diante dessa necessidade, no ano de 1931 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, bem como foram sancionados decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes; tais decretos ficaram conhecidos como Reforma Francisco Campos.

A chamada “Reforma Francisco Campos” (1931) estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Essas medidas procuravam produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930. A Reforma Francisco Campos, desta forma, marca uma inflexão significativa na história do ensino secundário brasileiro, pois ela rompe com estruturas seculares nesse nível de escolarização (DALLABRIDA, 2009, p. 185).

Piletti (1987) e Romanelli (1996) apontam que a Reforma Francisco Campos foi marcada pelo pressuposto de conferir, em nível legal, organicidade à cultura escolar do ensino secundário, percebida pelas suas prescrições que visavam superar o regime de cursos preparatórios e de exames parcelados.

Com o aumento do número de anos do ensino secundário e a sua divisão em dois ciclos, foi conferida ao ensino secundário uma estrutura

mais complexa, que proporcionava encaminhamentos mais específicos aos cursos superiores. Esse conceito alinhava o Brasil aos países ocidentais mais desenvolvidos, que desde os fins do século XIX, modernizaram o ensino secundário também pela criação de dois ciclos (DALLABRIDA, 2009).

Essa reforma emerge com o intuito de contrapor os ideais educacionais do período do Brasil Império, onde a cultura escolar do ensino secundário foi marcada pelo regime de cursos preparatórios e de exames parcelados.

Sobre essa superação dos ideais do Brasil imperial, Dallabrida (2009, p. 185) destaca:

Durante a Primeira República (1889-1930) houve várias tentativas no sentido de superar o regime de cursos preparatórios e de exames parcelados, mas elas não obtiveram êxito. Por outro lado, verifica-se que, mesmo sem a exigência da legislação oficial vigente, alguns estabelecimentos de ensino imprimiram um ritmo seriado aos seus cursos secundários, especialmente os colégios confessionais. É importante assinalar que, com a implantação do regime republicano, os Estados brasileiros realizaram uma intervenção estatal significativa no ensino primário por meio da implantação dos grupos escolares.

Nesse contexto, a grade curricular do ensino regular no Brasil estava organizada em dois ciclos articulados à seriação anual das disciplinas a serem ministradas. Souza (1998), Machado e Schelbauer (2002) mencionam que no curso fundamental as disciplinas Português, Matemática, História da Civilização, Geografia e Desenho estavam seriadas em todos os cinco anos. Havia também uma sequenciação entre Ciências Físicas e Naturais (previstas na 1ª e 2ª séries) e Física, Química e

História Natural (colocadas nas três últimas séries). Entre as línguas estrangeiras, tinha-se o ensino de Francês, Inglês, Alemão e Latim. Ensinava-se também a disciplina “Música (canto orfeônico)”, que era obrigatória nas três primeiras séries do curso fundamental.

Em linhas gerais, pode-se mencionar que de acordo com os pressupostos estabelecidos pela Reforma Francisco Campos, o ensino secundário tornou-se padronizado, o que se refletiu na cultura escolar do ensino secundário brasileiro, pois estabeleceu oficialmente procedimentos administrativos e didático-pedagógicos para todos os ginásios do território nacional.

1.2 A Escola Normal

O Brasil atravessou diversas conjunturas políticas, econômicas, sociais e culturais que acabaram por influenciar a instrução elementar (BASTOS, 1997). Até o momento da chegada da Corte à Colônia, vigorava o sistema das Aulas Régias instituído pela política pombalina, pois o número de docentes era insuficiente e a instrução elementar não era uma prioridade (CARDOSO, 1999).

Essa situação começou a mudar somente após a promulgação da lei da Instrução Primária, votada em 15 de outubro de 1827, que pode ser considerada como a primeira medida popular em favor da educação pública nacional (VILLELA, 2008).

Com a abdicação de D. Pedro I, o Brasil entrou em um período regencial, e dentre as mudanças ocorridas destaca-se o Ato Adicional à Constituição de 1824, aprovado em 12 de agosto de 1834, que determinou o desmembramento da Província Fluminense passando a

constituir o Município Neutro, sede da Corte Imperial. Com a nova conjuntura subiu ao poder o grupo conservador representado pelo presidente Joaquim José Rodrigues Torres, que dentre outras medidas políticas, idealizou e organizou a Escola Normal Provincial em Niterói (VILLELA, 2008).

No período que compreende a segunda metade do século XIX e o século XX, as instituições denominadas Escolas Normais eram as instituições responsáveis pela formação de professores, bem como pela formação da cultura escolar.

As influências francesa, alemã e norte-americana estão presentes em diferentes matrizes experimentadas na formação docente no Brasil, realizadas pelo envio de professores para outras províncias e estados, bem como para o exterior. Esta estratégia de apropriação, presente nas ações das escolas normais pelo país, é utilizada pelos gestores em vista do fortalecimento do ensino normal. Em sua maioria, as instituições nasceram para atender alunos homens, e depois foram sendo ocupadas por meninas e jovens, ou em instituições congêneres ou mesmo em turnos diferenciados na mesma sede. No final do século XIX a frequência feminina era majoritária na maioria das instituições. A criação de cursos normais em Liceus ou Ateneus, portanto agregada à formação secundária, também foi uma característica recorrente. O mesmo ocorre com o fechamento e a reabertura sucessivas de instituições voltadas para a preparação ao magistério (VILLELA, 2008, p. 12).

A primeira experiência de escola “normal” estatal, com o objetivo de formar professores leigos para a escola pública e universal, aconteceu na França durante o início do século XIX (VILLELA, 2008).

A primeira experiência de escola “normal” estatal, com o objetivo de formar professores leigos para a escola pública e universal, aconteceu na França, idealizada por Lakanal, durante o período revolucionário. Embora tenha tido existência efêmera, mais tarde, no início do século XIX, durante o período da Restauração, retomou-se a ideia e várias dessas instituições surgiram no território francês (VILLELA, 2008, p. 30).

Considerando a sociedade hierarquizada e com um reduzido conceito de cidadania, pode-se perceber a função social da escola na época, pois a Escola Normal não incluía mulheres e negros, alegando que no caso dos negros, estes poderiam se organizar por meio da leitura e escrita, tornando-se mais difícil de serem controlados (VILLELA, 2008).

Como parte da história da profissão docente, as escolas normais podem ser pensadas em relação a esta discutida e discutível profissionalização. A construção desta, em sentido moderno, já ultrapassa quinhentos anos. Historicamente, é uma profissão que passou pela regulação religiosa entre os séculos XV e XVIII, e a partir do século XIX tem sido predominantemente regulada pelo Estado. Ao longo dessa longa construção histórica, a busca por sua razão de ser, em sentido fundante, enveredou por ideologias, representações e utopias das mais diversificadas, passando, por exemplo, pelo exercício profissional docente vinculado concepcionalmente ao exercício do sacerdócio, pela defesa da educação pública como vantajosa em relação à educação doméstica, pela defesa da disciplina como central no processo da educação escolar, pela defesa da educação fundada na liberdade, pela necessidade da educação integral, pela sustentação da educação como reconstrução da experiência, como responsável por manuseio de metodologias e técnicas que garantiriam a qualidade do ensino etc. (VILLELA, 2008, p. 13).

Dessa forma, pode-se afirmar que as Escolas Normais, desde o momento de sua institucionalização, foram importantes centros na mediação e propagação da cultura, como disseminadoras do saber, das normas e técnicas necessárias à formação dos professores.

Quanto à Escola Normal, pôde-se concluir que na primeira fase sua existência ligou-se à consolidação do poder de uma facção da classe senhorial, “os saquaremas”, e a conseqüente construção de sua hegemonia enquanto dirigentes do Estado imperial brasileiro. Em contrapartida, é necessário admitir que essa instituição deu início à formação profissional do professorado fluminense. E que, mesmo ameaçada de extinção como de fato aconteceu, permaneceu no nível das representações sobre a formação docente como marca distintiva entre os antigos mestres-escolas sem formação e os novos professores primários (VILLELA, 2008, p. 34).

Sob uma perspectiva histórica é importante ressaltar que tais escolas de formação de professores tiveram sua concretização após a Revolução Francesa. No Brasil, essas instituições passaram por um longo processo de aberturas e fechamentos do período que compreende o Brasil Império ao Brasil República, tendo sua consolidação de fato no período republicano.

Desde a Convenção, instalada após a Revolução Francesa entre 1792 e 1795, as instituições encarregadas da formação dos professores, em especial para as escolas primárias, tenderam a receber o nome de Escolas Normais. Seguindo essa tendência geral, as províncias brasileiras também começaram a implantar as respectivas escolas normais (SAVIANI, 2008, p. 7).

As Escolas Normais começaram a aparecer no cenário sócio-cultural brasileiro a partir da terceira década do século XIX. A primeira Escola Normal do Brasil teve sua fundação na província de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, sendo sua instalação no ano de 1835, com a lei de criação de nº 10 de 4 de abril de 1835³, conforme mencionado, pelo então presidente da província do Rio de Janeiro, Joaquim José Rodrigues Torres.

Algumas instituições funcionaram inicialmente como internatos, mas a maior parte foi criada em regime de externato. A preocupação com a prática de ensino como elemento formativo dos futuros professores será mais evidente a partir do final do século XIX. A adoção de livros didáticos comuns em diferentes instituições, bem como as alterações curriculares, incluindo disciplinas voltadas para as Ciências da Educação, marcará a passagem do século XIX para o século XX (VILLELA, 2008, p. 12).

A formação de professores nesse período estava pautada em pressupostos de ordem e de conduta e tinha como premissa a formação intelectual de professores que pudesse disseminar nas camadas populares a civilidade e a ordem. Assim, o professor oriundo da Escola Normal seria o veiculador de uma instrução elementar que forneceria:

Certas noções, certas práticas e sentimentos que devem ser gerais assim para as primeiras como para as classes superiores da sociedade. É essa instrução comum, essa identidade de hábitos intelectuais e morais, como bem diz um dos homens mais visto nessas matérias, o Sr Cousin, que constituem a unidade e a nacionalidade (VILLELA, 1990, p. 147).

³ Disponível em: http://www.infoiepic.xpg.com.br/hist_ato10.htm. Acesso em: 19 abr. 2018.

A referida instituição tinha por objetivo formar profissionais para atender o ensino elementar e contribuir com concepções políticas.

A primeira delas foi instalada, em 1835, em Niterói, apenas um ano após o Ato Adicional à Constituição do Império ter colocado o ensino elementar sob a responsabilidade das províncias que, em consequência, também deviam cuidar do preparo de seus professores. Ao longo do século XIX foram surgindo escolas normais nas várias províncias que constituíam o Império brasileiro, num processo intermitente em que essas instituições eram criadas, em seguida fechadas e depois reabertas (SAVIANI, 2008, p. 7).

No ano de 1849, a Escola Normal do Niterói foi fechada, pois o então presidente da província do Rio de Janeiro, Couto Ferraz, considerou a instituição onerosa, com uma formação de caráter reduzido devido a seu currículo limitado e insatisfatório em relação à qualidade de ensino e à quantidade de alunos que concluíam o curso. Desse modo, a Escola Normal foi substituída pelos professores adjuntos, regime este regulamentado pela proposta de Couto Ferraz, mediante o Decreto nº 1331 de 17 de fevereiro em 1854 (VILLELA, 2008).

Entretanto, cinco anos depois, a Escola Normal de Niterói foi reaberta e os cursos normais se expandiram pelo Brasil. Diante disso, no ano de 1879, por meio do Decreto nº 7.247, ficou estabelecida uma política para a organização das escolas normais no Brasil, definindo um currículo mínimo, a nomeação dos docentes, o órgão dirigente e a remuneração dos funcionários (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

Na figura 1, pode-se observar o prédio da reabertura da Escola Normal de Niterói, o prédio de inauguração da Escola Normal de 1835 não foi encontrada nenhuma imagem.

Figura 1 - Escola Normal de Niterói em 1879



Fonte: Gabler (2016, p. 1).

A figura 1 apresenta o prédio situado no Campo da Aclamação n. 56, atual Praça da República, na esquina das ruas São Pedro, desaparecida com a abertura da Avenida Presidente Vargas, e Larga de São Joaquim (atual Marechal Floriano), onde foi instalada a Escola Normal em 1888 (GABLER, 2016).

O quadro que segue apresenta as Escolas Normais estabelecidas no Brasil, bem como os respectivos anos de suas criações por ato legislativo.

Quadro 2 – A emergência das Escolas Normais nas diferentes unidades federativas

CIDADES	UNIDADE FEDERATIVA	ANO DE CRIAÇÃO
Niterói	RJ	1835
Salvador	BA	1836
Cuiabá	MT	1842
São Paulo	SP	1846
Teresina	PI	1864
Porto Alegre	RS	1869
Curitiba	PR	1870
Vitória	ES	1873
Natal	RN	1873
Fortaleza	CE	1878
Rio de Janeiro	RJ	1880
João Pessoa	PB	1883
Goiás	GO	1884
São Luis	MA	1890
Ponte Nova	BA	1907
Uberlândia	MG	1924
Campo Grande	MS	1930
Brasília	DF	1960

Fonte: Villela (2008, p. 13).

A Escola Normal de São Paulo, fundada em 1846, era conduzida por um único professor, Manuel José Chaves (catedrático de Filosofia e Moral), sendo sua formação acadêmica um elemento de grande influência no curso ministrado nessa instituição. As exigências para formação docente além de atestados, folhas corridas e certidões, implicavam em um vestuário decente, porque a sua aparência também atestava a sua boa conduta e moralidade. Assim, até praticamente o final do século XIX, a missão do professor deveria ser a condução moral, principalmente das camadas populares (VILLELA, 2008).

A figura 2 demonstra o edifício inaugurado em 1894 para abrigar a Escola Normal, na Praça da República (centro da capital), atualmente sede da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.

Figura 2 - Escola Normal de São Paulo



Fonte: Oliveira (1998, p. 12).

No ano de 1879, ocorreu a Reforma Leôncio de Carvalho, instituída pelo Decreto nº 7.247 de 19 de abril deste mesmo ano, estabelecendo uma política para a organização das escolas normais no Brasil, passando a definir um currículo mínimo, a nomeação dos docentes, o órgão dirigente e a remuneração dos funcionários. Em 1880, mediante o Decreto nº 7.684, o então Ministro Francisco Maria Sodré Pereira criou no município da Corte uma Escola Normal de instrução primária para professores e professoras (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

É importante destacar que a questão da ordem e da moralização se disseminou naquele momento histórico brasileiro, porque o Brasil, de 1817 a 1888, estava sendo sacudido por vários levantes e insurreições de caráter político-social. Essa efervescência político-cultural possibilitou a ampliação da discussão sobre a escola pública elementar e a importância das Escolas Normais para a qualificação do professor (MARTINS, 2010). Foi sob essa conjuntura sócio-política que ocorreu a proliferação das Escolas Normais no Brasil:

[...] apareceram cinco Escolas Normais em Minas Gerais: em 1872, uma na capital e uma de Campanha; em 1879, em Diamantina e no ano de 1880, em Montes Claros e Paracatu. A reforma da instrução primária de 1873 da província do Espírito Santo sugeriu a criação de uma Escola Normal. Em 1874, foram criadas as Escolas Normais da província do Rio Grande do Norte e do Município Neutro do Rio de Janeiro e, no ano 1882, a da província do Amazonas. Mesmo que várias dessas escolas tenham tido vida efêmera, a proliferação delas indicou uma mudança cultural quanto à formação do educador (MARTINS, 2010, p. 9).

O advento da República no Brasil trouxe consigo uma alta taxa de analfabetismo (85%) e foi nesse cenário que se instaurou a Reforma da

Instrução Pública no estado de São Paulo, iniciada pela Reforma do Ensino Normal mediante o Decreto N° 27 de 12 de março de 1890, onde destacava-se que sem professores bem preparados e instruídos o ensino não poderia ser regenerador e eficaz (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

A referida reforma, liderada por Caetano de Campos “[...] possibilitou a utilização de novos métodos de ensino e a formação de professores normalistas para a expansão da rede pública estadual” (TEIXEIRA, 2012, p. 98).

A partir dos pressupostos históricos apresentados, pode-se mencionar que a defesa pela educação popular e pela criação de um Sistema Nacional de Ensino são fatores conjuntos que contribuíram para a difusão da escola pública.

Essa reforma propunha a oferta de uma educação onde a participação do professor era marcada por novas bases metodológicas, preconizando o regime integral. Para além desses pressupostos, a reforma de ensino proposta por Rui Barbosa tinha como intuito preparar o aluno para a vida e para isso propunha um método de ensino diferente daqueles conhecidos até então. Destacavam-se conteúdos como ginástica, música, canto, desenho e o ensino de ciências e moral e cívica (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

O método utilizado para ministrar os referidos conteúdos deveria estar pautado na experimentação e entendimento. Nesse sentido, Machado e Schelbauer (2002) destacam que os conteúdos referentes à formação de professores deveriam estar assim organizados: 1) língua materna; 2) aritmética, álgebra elementar e escrituração mercantil; 3) geometria com elementos de agrimensura e levantamento de planos, taquimetria, leitura de cartas de estado maior do país; 4) mecânica e astronomia; 5) física e química; 6) história natural, noções de mineralogia

e geologia; 7) fisiologia humana, higiene, higiene escolar; 8) geografia, cartografia, execução de relevos geográficos; 9) história; 10) instrução moral e cívica, sociologia (com noções fundamentais de direito pátrio e economia política); 11) pedagogia e métodos; 12) método Froebel; 13) caligrafia; 14) desenho geométrico; 15) música vocal e instrumental; 16) uso dos principais instrumentos de ofício manuais (para homens); 17) prendas de agulhas (para mulheres); 18) ginástica.

Estes eram os conteúdos a serem ensinados ao futuro professor. A necessidade de se fixar um programa especial para a Escola Normal era traduzida por esse currículo proposto para essas escolas que deveriam não só fornecer os conteúdos que formariam o espírito de professor, através de uma elevada cultura, como também era fundamental que existissem conteúdos que tivessem como finalidade disciplinar suas qualidades educadoras e moralizadoras. Ela deveria habilitar o aluno-mestre para a prática real da educação, assim seu conteúdo seria o conteúdo da escola primária. O professor deveria estar preparado para ensinar aos seus alunos os conteúdos intelectuais e morais indicados nos primeiros anos escolares (MACHADO; SCHELBAUER, 2002, p. 105).

Esse modelo de escola foi predominante durante as três primeiras décadas do período do Brasil República, sendo utilizado pelos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Bahia, que enviavam seus educadores para formação em São Paulo (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

[...] as Escolas Normais [...] manifestam singularmente heterogeneidades: cada uma delas sinalizam suas singularidades e suas particularidades, bem como suas ressonâncias locais, regionais, estaduais ou mesmo nacionais. Por outro lado, sinalizam elas também a existência de um projeto em torno de formação do professor. Ainda

que tal projeto não tenha sido objeto de um plano nacional, ou mesmo de um concerto de ordem educativa, a emergência das diferentes Escolas Normais demarcam-se em torno de necessidades e exigências de ordem educativo-escolar, ainda que a sua institucionalização tenham sido objeto de prestígios e de lutas pelo poder de qualquer ordem, ou tenham resultado em afirmação dos mais favorecidos (VILLELA, 2008, p. 26).

No estado de São Paulo, nas duas primeiras décadas do século XX, havia escolas normais somente nas cidades de Guaratinguetá, Botucatu, Campinas, Itapetininga, Piracicaba, Casa Branca, São Carlos, Pirassununga e duas na Capital, todas elas mantidas pelo governo estadual. Essa situação sofreu alterações somente com a implantação da Lei de nº. 2.269, de 31 de dezembro de 1927. A referida lei permitiu a iniciativa particular e os municípios abrirem cursos normais na condição de escolas normais livres, com possibilidade de serem equiparadas às escolas oficiais de mesma natureza, situação esta que, por muito tempo, os legisladores paulistas resistiram, pois temiam o crescimento desenfreado de tais instituições, bem como o comprometimento da qualidade do ensino (FURTADO, 2007).

Conforme mencionam Mascaro (1956), Tanuri (1979) e Almeida (1993), diante das altas taxas de analfabetismo que assolavam o Brasil nesse período, essa lei foi justificada pelo governador Júlio Prestes como uma medida adotada para solucionar a carência de professores primários e, sobretudo, para expandir o ensino primário na zona rural.

A Lei de nº. 2.269, de 31 de dezembro de 1927, possibilitou um rápido desenvolvimento quantitativo de escolas normais livres (tanto na capital quanto no interior), absorvendo um número cada vez maior da população constituída principalmente pelo gênero feminino,

contribuindo assim para resolver o problema da carência de professores para o exercício do magistério primário nas diferentes regiões do Estado (TANURI, 1979).

Em contrapartida, a promulgação da referida lei também provocou um crescimento desordenado dessas instituições carentes de qualquer planejamento, o que se refletiu na qualidade do ensino ofertado. De acordo com Mascaro (1956) no ano de 1928 foram criadas 13 escolas normais livres, mais que o dobro das 10 escolas normais públicas/ oficiais então existentes no estado de São Paulo.

Em face das alterações sociais e políticas que estavam ocorrendo no Brasil nesse período, destacando o Golpe de Estado de 1930, surge o projeto de reconstrução da educação do Brasil, promovendo reflexões acerca da formação de professores (programas e métodos). Foram criados então os Institutos de Educação, “[...] concebidos como espaços de cultivo da educação, encarada não apenas como objeto do ensino, mas também da pesquisa” (SAVIANI, 2009, p. 145).

Com a instituição do Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932, Anísio Teixeira transforma a Escola Normal em Escola de Professores, designada a fornecer educação secundária e a preparar professores primários e secundários.

As primeiras escolas normais brasileiras instituídas a partir das décadas de 1930 e 1940 caracterizaram-se por um processo moroso de formação, motivo pelo qual eram constantemente acusadas pelas assembleias provinciais, presidentes de províncias e chefes de instrução de situarem-se aquém das expectativas de provimento das escolas públicas que se criavam. Pôde-se constatar também naquele momento a pouca procura por esses cursos, recorrendo-se mesmo ao

incentivo das bolsas de estudo para atraírem indivíduos pobres para o magistério (VILLELA, 2008, p. 42).

Basicamente, Villela (2008) mostra que a população de baixa renda é quem tinha mais interesse em ingressar na formação de professores, por um dos motivos de se conseguir as bolsas de estudos enquanto cursavam.

No ano de 1971, as Escolas Normais foram reestruturadas quando foi instituída a Lei nº 5.692, quando, para o exercício do magistério em primeiro grau, passou a ser exigida habilitação específica de segundo grau.

Observa-se então que as especificidades do tempo e espaço das Escolas Normais constituíram-se como instituições de formação docente que marcaram um período da educação brasileira em que a formação docente foi organizada e sistematizada com o intuito de obter um saber especializado de forma a aprimorar a prática pedagógica com base na conjuntura econômica e social deste período histórico.

1.3 Escola Normal de Porto Alegre/RS

Buscando abranger as dimensões da vida da Escola Normal de Porto Alegre, espaço e tempo de *O Estudo*, faz-se aqui um breve relato da história dessa Instituição formadora de professores com quase 150 anos de existência, priorizando, inicialmente, a história institucional, a partir de leis e regulamentos.

Após, foram retomados aspectos e identificou que a Escola Normal da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi instituída em 5 de abril de 1869 pelo Regulamento do Curso de Estudos Normais,

assinado pelo presidente da Província, Antônio da Costa Pinto e Silva (KREMER, 1969).

Em 1872, a Escola Normal foi transferida para o prédio construído para o Ateneu Rio-Grandense, localizado na Rua da Igreja com a Rua de Bragança. Não estava acabado, mas abrigava o externato das aulas de instrução secundária, a Escola Normal, a escola de primeiras letras e a Diretoria da Instrução Pública. Esse prédio, segundo Schneider, foi o primeiro construído com dinheiro dos cofres públicos para abrigar uma escola na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (SCHNEIDER, 1993, p. 302).

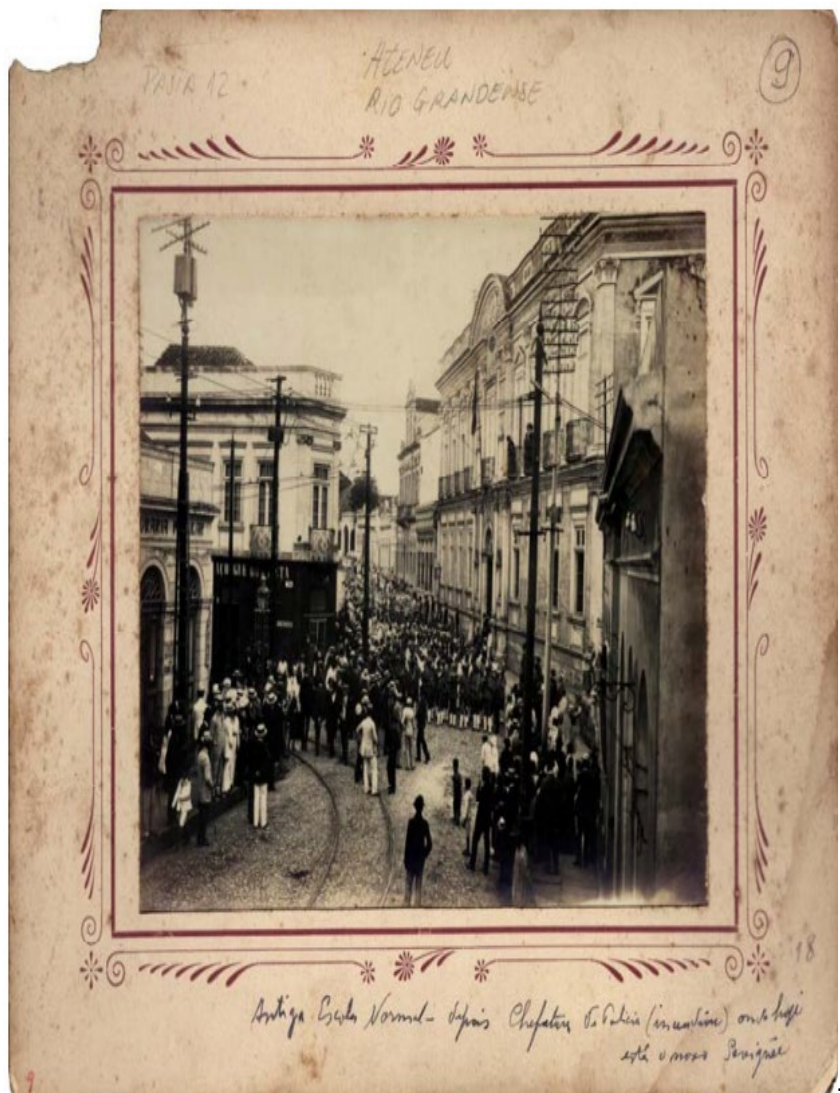
Esse respeito é possível observar nas figuras 3 e 4 o prédio de funcionamento da Escola Normal de Porto Alegre a partir de 1872.

Figura 3 – Prédio do Ateneu Rio-Grandense onde funcionou também a Escola Normal a partir de 1872. Atelier Calegari



Fonte: Arriada (2007, p. 84).

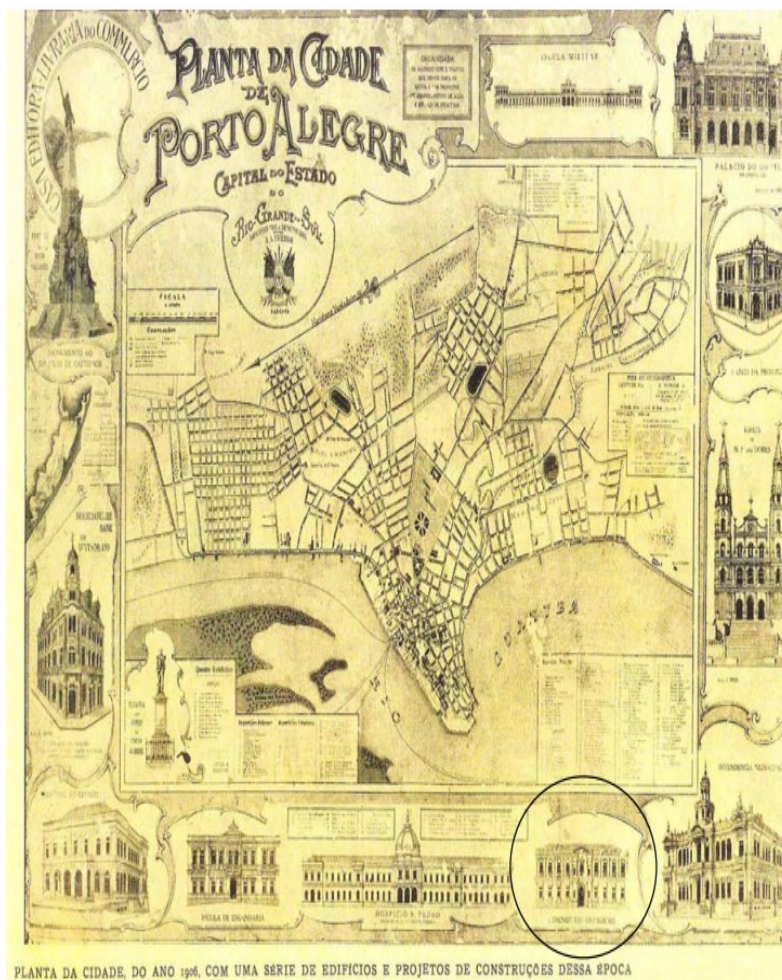
Figura 4 – Ateneu Rio Grandense (Final do século XIX)



Fonte: Arriada (2007, p. 87).

Pode se perceber a partir da planta da cidade de Porto Alegre em 1906, na figura 5, a importância do prédio Ateneu Rio-Grandense, que entre os diversos prédios arrolados se encontra circulado.

Figura 5 - Planta da cidade de Porto Alegre (Prédio do Ateneu: assinalado)



Fonte: Arriada (2007, p. 94).

Situada na esquina das ruas Duque de Caxias e Marechal Floriano, a referida escola devia formar professores e ajudar a qualificar o Ensino Fundamental. Anos depois, em 1901, passou a se chamar Colégio Distrital de Porto Alegre. Em 1906, recebeu outro nome: Escola Complementar e passou a ser de nível secundário; reaparece como órgão formador do magistério, o que incluiu as disciplinas de Pedagogia, Psicologia e Prática de Ensino.

O governador General Flores da Cunha ordenou em 1935 a construção de um novo prédio para a Escola Normal, como se pode observar na figura 6. A construção do novo prédio com característica da República era de suma importância para a administração estadual, e o prédio tinha sido projetado pelo arquiteto e urbanista francês Alfred Agache para ser aproveitado para a Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha (MONTEIRO, 2007, p. 255).

Figura 6 - Escola Normal General Flores da Cunha na década de 1930



Fonte: Acervo do Instituto de Educação General Flores da Cunha.

Atualmente, o prédio da figura 6 é o Centro Estadual de Formação de Professores General Flores da Cunha, popularmente referido pelos funcionários, professores e alunos, por seu antigo nome, Instituto de Educação, que se encontra na Rua Oswaldo Aranha, em Porto Alegre. Porém, desde 2016 foi fechado para reforma e se encontra parado em razão de processo licitatório, retomando em outubro de 2018 e com prazo de conclusão de 18 meses. Com isso, mais de 1,5 mil estudantes da instituição de ensino estão realocados em outras escolas desde o início de 2016 para que as melhorias fossem feitas nos três prédios do IE

(prédio central, ginásio e jardim de infância). Preeminência de reforma como pode notar na figura 7.

**Figura 7 – Centro Estadual de Formação de Professores
General Flores da Cunha (2018)**



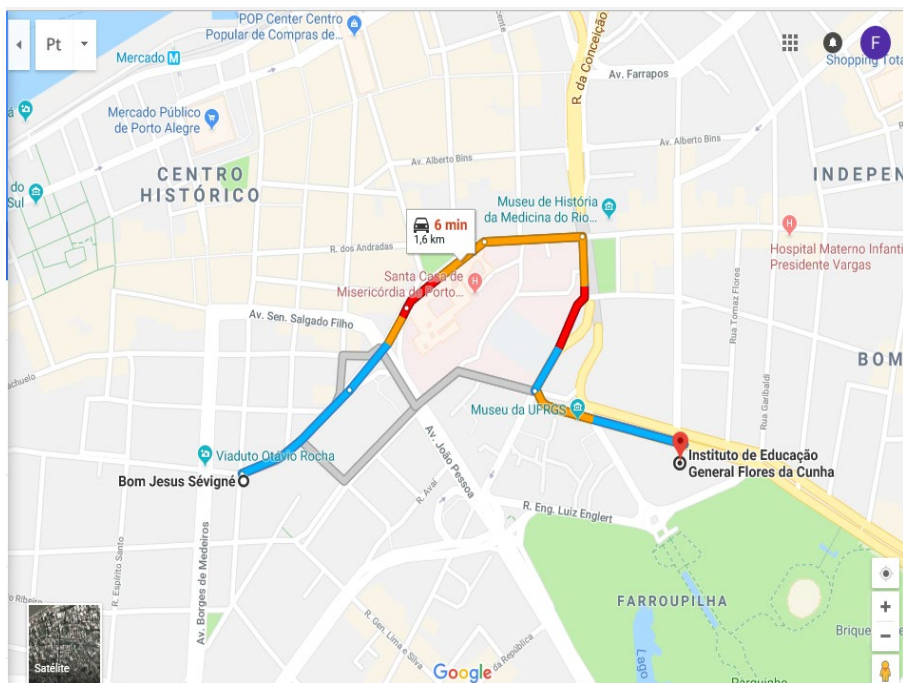
Fonte: Google⁴

Na figura 8, pode-se observar um mapa com traçado, representando a distância de 1,6 Km dos prédios Ateneu Rio-Grandense e o Instituto de Educação General Flores da Cunha atualmente. Ambos, escolas que publicaram números da revista *O Estudo*.

⁴ Disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=escola+general+flores+da+cunha+porto+alegre+2018&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj10PGBk9DcAhXFxpAKHRYWA_cQ_AUICygC&biw=1366&bih=662#imgrc=BXISMJaz8eQxHM. Acesso em: 06 jun. 2018.

Figura 8 - Mapa do Centro de Porto Alegre com indicação da localização dos dois prédios da Escola Normal onde se publicou a revista *O Estudo*



Fonte: *Google maps*⁵

Legenda:

Início – Localização do prédio do Ateneu Riograndense na Rua Duque de Caxias esquina Marechal Floriano Peixoto, onde funcionava também a Escola Normal. Neste local tem localizado o Colégio Sevigné (2018).

Final – Localização do Prédio da Escola Normal General Flores da Cunha, onde permanece até hoje o Instituto de Educação General Flores da Cunha (fechado para reforma 2016 - 2019).

⁵ Disponível em:

<https://www.google.com.br/maps/dir/Bom+Jesus+S%C3%A9vign%C3%A9++Rua+Duque+de+Caxias++Centro+Hist%C3%B3rico,+Porto+Alegre++RS/Instituto+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+General+Flores+da+Cunha++Av.+Osvaldo+Aranha,+527++Farroupilha,+Porto+Alegre++RS,+90040060/@30.0316671,51.2264862,16z/data=!4m13!4m12!1m5!1m1!1s0x9519790428419fd7:0x4ced807d2945a6a9!2m2!1d51.2270762!2d30.0338204!1m5!1m1!1s0x951979abeadc56d7:0x1717b8f4ca45ec9d2!2m2!1d-51.2172144!2d-30.0334978>. Acesso em: 31 jun. 2018.

Nos anos em que o impresso estudantil foi publicado (1921-1932), nomeava-se Escola Complementar. No ano de 1929 passou a ser Escola Normal e localizava-se na Rua Duque de Caxias, na mesma capital, sendo uma escola de órgão público de referência em educação, sendo nomeada como “escola modelo”.

Decorrente de uma política estabelecida por Getúlio Vargas no ano de 1928, a Escola Normal foi criada com o intuito de atender à necessidade de formação de professores, nesse contexto. Foram criadas também as escolas complementares de Pelotas, Passo Fundo, Caxias do Sul, Santa Maria, Cachoeira e Alegrete, utilizando como modelo a Escola Complementar de Porto Alegre (LOURO, 1986).

Frente a este respeito, é possível observar no quadro 3, os presidentes de estado no período de 1919 a 1935.

Quadro 3 - Presidentes do Rio Grande do Sul durante a publicação da Revista *O Estudo* (1922-1931)

Período	Presidentes do Rio Grande do Sul durante a publicação da Revista <i>O Estudo</i> (1922-1931)
1919-1923	Antonio Augusto Borges de Medeiros
1923-1928	Antonio Augusto Borges de Medeiros
1928 – 1930	Getúlio Vargas
1930	Oswaldo Euclides de Sousa Aranha
1930 – 1935	General José Antonio Flores da Cunha

Fonte: Do autor.

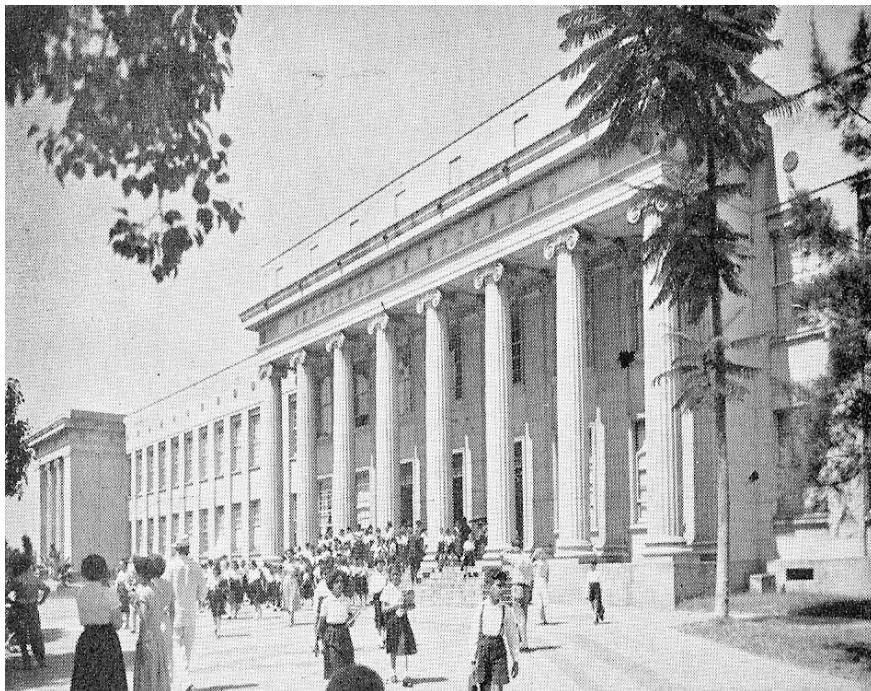
No contexto republicano, a Escola Complementar/Normal de Porto Alegre refletiu em seu currículo o que foi considerado de “[...] mais moderno e adequado à formação de professores, já que a escola tinha no estado uma posição de pioneirismo quanto a teorias educacionais” (LOURO, 1986, p. 58).

No ano de 1929, com o Decreto nº 4277, a Escola Complementar deu lugar à Escola Normal, sendo estruturada da seguinte forma: Curso Complementar (reduzido para três anos), Curso de Aperfeiçoamento (com duração de dois anos), Escola Primária com seis anos, Jardim de Infância – estes dois últimos destinados à prática de ensino do Curso Normal. (FRAGA, 2017). A partir dessa reestruturação pode-se observar que a preocupação com a formação docente não era primordial.

Ainda conforme menciona Fraga (2017), em 1937, a Escola Normal de Porto Alegre foi transferida para o atual prédio situado na Rua Oswaldo Aranha, 108, passando a ser denominada Escola Normal General Flores da Cunha.

Desde modo, na figura 9 pode-se apreciar a entrada dos alunos da escola em questão, e apesar da baixa resolução da figura, é válido observar que os alunos estão uniformizados e com materiais escolares em mãos ou mochilas, configurando-se deste modo o padrão do estudante desse período: trajado de forma impecável com os materiais escolares alinhados em mochilas.

Figura 9 – Entrada dos alunos na Escola Normal General Flores da Cunha em 1930



Fonte: Cardone; Souza; Luz; Lemos (2018)⁶.

Foi a partir de 1939 que teve início uma nova fase, a Escola se tornou Instituto de Educação, e sua estrutura passa a contar com os cursos: Jardim de Infância, Escola Experimental, Escola Secundária e Escola de Professores (FRAGA, 2017).

Com a promulgação do Decreto-lei nº 8530, de 02 de janeiro de 1946, foi instituída a lei orgânica do Ensino Normal, por meio da qual a formação de professores ficou a cargo de três instituições: os Institutos de Educação, as Escolas Normais e os Cursos Normais Regionais. No ano de 1955, o Instituto de Educação sofre alterações em sua estrutura,

⁶ Disponível em: <http://memoriacarris.blogspot.com/>. Acesso em: 06 jun. 2018.

correspondendo à Escola Maternal, Jardim de Infância, Curso Primário, Curso Ginásial, Curso Normal de II Ciclo (seis semestres e mais um de estágio supervisionado) (FRAGA, 2017).

A referida Escola foi fundada no período do Brasil Império com o intuito de formação de professores tanto do sexo masculino quanto do feminino.

As mulheres não eram formalmente proibidas de frequentar as escolas primárias de Província, mas a sua exclusão funcionava através da redução do conteúdo do currículo das escolas femininas. Deveriam aprender apenas a ler, a escrever e as quatro operações. A parte relativa a decimais e proporções, bem como o estudo de geometria, que fazia parte do currículo dos meninos, eram interditados às meninas. Em contrapartida, estas precisavam saber coser, bordar e os demais ‘mistérios próprios da educação doméstica’ (VILLELA, 2008, p. 33).

Porém, o IE em questão foi notadamente marcado por uma inserção muito maior de alunas, o que o tornou uma instituição dirigida a esse gênero. Apesar de a escola ser pública e gratuita, as alunas eram provenientes de camadas médias da sociedade gaúcha. A essas moças era oferecida a oportunidade de formação de nível secundário, preparando-as para a prática docente (LOURO, 1986), como se pode notar na figura 10, que expõe em uma publicação na *Revista Globo* de 1931 um grupo de alunas da Escola Normal de Porto Alegre.

Figura 10 - Grupo de alunas do Curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal de Porto Alegre (*Revista do Globo*, 1931, n. 2)



Fonte: *Revista do Globo* (1931, n. 2, *apud* FRAGA, 2017, p. 145).

Nota-se que todas as pessoas presentes nessa foto são do gênero feminino, pois a profissão de Magistério neste período histórico era exercida, predominantemente, por mulheres e, a exemplo da Escola Normal de Porto Alegre, neste período era exercido exclusivamente por mulheres. E ainda hoje são predominantes as mulheres em sala de aula, principalmente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental⁷.

Em relação a sua parte administrativa, a Escola Normal de Porto Alegre era um órgão público, relacionado com o Estado, sendo considerada uma escola padrão para os demais Cursos Normais do estado do Rio Grande do Sul (FRAGA, 2017).

⁷ No Censo Escolar de 2020 relata que, as mulheres são maioria em todas as etapas de ensino da educação básica, sendo 96,4% na educação infantil e 88,1% nos anos iniciais do ensino fundamental.

Durante a publicação da revista *O Estudo*, a Escola Normal de Porto Alegre passou por duas direções, sendo que de 1920 a 1926 o diretor foi o médico Dr. Alcides Flores Soares; e no período de 1927 a 1935 o diretor foi o médico, jornalista e poeta Dr. Emílio Kemp Laubeck Filho.

Além das questões estruturais, a escola foi atualizando as questões pedagógicas.

Nas décadas de 1920 e 1930, o setor educacional do país vive o momento de ascensão do Movimento da Escola Nova, cuja proposta direcionava-se à qualificação do ensino através da reforma dos currículos, dos métodos de ensino, da qualificação técnica dos professores e da criação de laboratórios técnicos. Neste sentido, buscando a qualificação de seus docentes, grupos de professores gaúchos participavam de viagens de estudos ao Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Uruguai, para conhecerem e observarem novos métodos e processos de ensino. Mas da mesma maneira que a Escola apresentava um discurso modernizador vinculado ao escolanovismo, também reafirmava postulados do discurso tradicional. Combinava, enfim, novidades educacionais, através das teorias pedagógicas em voga, com a tradição de seus rituais, seus hinos e seus símbolos, com metas e valores permanentes, atrelados ao estado e em obediência às orientações governamentais (LOURO, 1986, p. 90).

A partir das palavras de Louro (1986), destaca-se que tinha início nesse período histórico (décadas de 1920 e 1930) uma preocupação com a formação docente, buscando-se uniformizar essa formação por meio de métodos e processos de ensino.

É importante mencionar que “Ao ocuparmos um tempo histórico em que as pessoas precisavam de formação para serem professores, ou

seja, precisavam de uma formação específica para tal função, o espaço escolar também se tornou específico. Com isso, o espaço escolar não poderia ocupar qualquer local [...]” (CONCEIÇÃO, 2017, p. 52-53).

Todavia, deveria “[...] ser configurado de um modo definido e próprio, independente de qualquer outro, em um espaço também adequado para tal fim. Isso implicava seu isolamento ou separação. Também sua identificação arquitetônica enquanto tal” (FRAGO, 2001, p. 73 *apud* CONCEIÇÃO, 2017, p. 53).

É importante ressaltar que a Instituição Educativa “[...] é espaço e lugar. Algo físico, material, mas também uma construção cultural que gera ‘fluxos energéticos’” (FRAGO, 2001, p. 77). Dessa forma, com esta seção do texto, é possível compreender que, parte-se da ideia de que o passado do Instituto de Educação General Flores da Cunha está presente na sua estrutura e no seu cotidiano, pois em todos os momentos professores e ex-alunos remetem a esse passado glorioso. Além disso, o intuito é entender como foi construída a expressão “escola modelo” atribuída à Escola Normal. Desta forma, considera-se que:

As escolas constituem uma territorialidade espacial e cultural, onde se exprime o jogo dos atores educativos internos e externos; por isso, a sua análise só tem verdadeiro sentido se conseguir mobilizar todas as dimensões, pessoais, simbólicas e políticas da vida escolar, não reduzindo o pensamento e a ação educativa a perspectivas técnicas, de gestão ou de eficácia *stricto sensu* (NÓVOA, 1995, p. 160).

Com base no que foi apresentado, é possível constatar que as pesquisas colaboram de forma interna e externa sobre as Escolas Normais, destacando-se a de Porto Alegre, visto que, além das propostas das reformas políticas e todo o contexto que viabilizaram as normativas

educacionais, mostrou-se a organização das instituições que para lapidar seus conhecimentos pedagógicos a formação docente teve-se uma apropriada evolução neste período.

2.

Revista *O ESTUDO*: Intelectualidade Feminina

A história oral e documental tem relevante importância como fonte histórica, pois permite subsidiar a compreensão de fatos. Com isso, pensando nas possíveis contribuições trazidas pela história oral e documental na revista *O Estudo*, parte-se do princípio de que ninguém dá voz a ninguém, e sim dá-se a oportunidade para as pessoas contarem suas histórias.

Tendo como base essa premissa, a partir dos estudos de Thompson (2002), Certeau (2011) e Fraga (2012, 2013, 2017), neste capítulo, apresenta-se algumas considerações sobre a cultura escolar, sobre os periódicos educacionais, sua importância como lugar de voz e constituinte da cultura escolar, e centralmente, sobre a revista *O Estudo* como lugar e tempo de produção da intelectualidade feminina da Escola Normal de Porto Alegre, bem como as contribuições da oralidade especificamente na revista *O Estudo* como produção de conhecimento acerca da formação docente no período de 1922-1931.

2.1 Cultura escolar e periódico educacional

Este subtítulo tem o objetivo de compreender como os periódicos são elementos que compõem a cultura escolar. De acordo com Castro

(2000), é preciso considerar que as construções discursivas influenciam por meio de suas características específicas no plano da seleção e organização dos conteúdos, bem como da elaboração e fundamentação ideológicas de uma instituição escolar.

A cultura pedagógica instalada nas Escolas Normais resulta do encontro da subjetividade com a objetividade numa determinada conjuntura histórica. Sendo assim, é correto afirmar que a cultura escolar é instaurada pelos sujeitos da escola, considerados os sujeitos da ação cultural (GRAMSCI, 2001).

Esses sujeitos sempre estão associados a grupos seja no campo profissional, seja no campo artístico ou intelectual. Não são, também, apenas mero reflexo das condições sociais e históricas, porque suas representações e práticas sociais interferem e constroem relações sociais (GRAMSCI, 2001).

Dessa forma, é possível compreender, como Viñao (1998) descreve, que entender os espaços escolares com a valorização da materialidade, vai além dos aspectos funcionais, mas também passa pela investigação de elementos com simbolização. Com isso, a tarefa de socializar e educar cabe aos espaços escolares, constituindo um campo de forças materiais e sociais que articula sua configuração entre o aberto e o fechado, o interno e externo, o que é comum e aquilo que é designado a uma pessoa ou grupo específico.

No interior de uma instituição são vários os elementos que compõem a cultura escolar, dentre eles pode-se citar os periódicos educacionais, sobretudo elaborados pelos seus sujeitos, que nas Escolas Normais foram de suma importância para a constituição de tal cultura, pois mediante eles, pode-se evidenciar o que os alunos e professores concebiam acerca da educação/âmbito educacional naquele determinado

momento histórico, além dos periódicos serem considerados elementos propagadores de conhecimento (CASTRO, 2000).

Assim, em História da Educação é importante compreender o cotidiano da Instituição Escolar “[...] e não somente a legislação educacional, pois na busca de execução das normas encontram-se resistências, tensões e apoios, assim é necessário voltar-se para o que ocorreu no interior da escola [...]” (CONCEIÇÃO, 2017, p. 26).

Nesse contexto, é importante não se deixar enganar com as fontes normativas, pois:

Não existe na História da Educação estudo mais tradicional que o das normas que regem as escolas ou os colégios, pois nós atingimos mais facilmente os textos reguladores e os projetos pedagógicos que as próprias realidades. Gostaria de insistir somente sobre dois pontos: os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas; mais que nos tempos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola (JULIA, 2001, p. 19).

Em face dos pressupostos apresentados por Julia (2001), cabe ressaltar que a cultura escolar para além de normas e legislações, apresenta elementos valiosos para a História da Educação e para a compreensão da formação de professores no Brasil (ainda que não deva constituir-se como o único meio para se aproximar do passado). Alguns aspectos como os periódicos, as bibliotecas escolares, os relatos, os cadernos, dentre outros, juntamente com as normativas, favorecem uma aproximação do passado.

Em História da Educação, é primordial além das fontes normativas, buscar a internalidade das Instituições Educativas sob uma

perspectiva histórica, valendo-se da utilização das diversas fontes referentes ao período analisado, compreendendo para tanto, que “[...] neste campo ainda novo onde podemos enfim perceber concretamente a distância entre a realidade e a ambição inicial e a norma prescrita, tudo, ou quase tudo está por ser feito” (JULIA, 2001, p. 36).

Este trabalho descreve o valor da época em questão, que faz seu próprio processo de construção de identidade coletivamente com os sujeitos da época e está inserida em um contexto cultural característico. Com essa perspectiva, é que se faz necessário conceituar cultura escolar.

Considerando a cultura escolar como uma fonte de estudos, Chartier (2005) ressalta a importância de se analisar também a representação cultural em diferentes signos, gestos e ações, devendo-se observar que “[...] a cultura a transmitir, tal qual ela é definida tradicionalmente, é, portanto, o que faz o objeto de uma crença não individual, mas coletiva e inscrita nas instituições” (CHARTIER, 2005, p. 26).

Corroborando com os pressupostos até então apresentados, Silva (2002, p. 1) aponta que:

[...] as revistas e os periódicos constituem fontes privilegiadas, sendo uma das formas de se apreender, os modos de funcionamento do campo educacional, bem como as configurações específicas da vida e da cultura escolar. Seja enquanto imprensa educacional no seu conjunto, seja em relação a determinados impressos, ou ainda, por meio de seleções temáticas.

Para De Luca (2005), a utilização de jornais e revistas como fonte para a pesquisa histórica exige um tratamento diferente de outros tipos de

fontes, pois a imprensa é um instrumento de interação e intervenção na vida social, e não meramente um veículo de transmissão de informações imparcial e objetivo. Essa função da imprensa estava presente nas publicações das alunas do curso normal da escola de Porto Alegre, a revista *O Estudo*.

No começo do século XX no Brasil, a imprensa começou a traduzir ideias e hábitos gerados pelas transformações vivenciadas pela população, tornando-se um importante espaço para a discussão dos problemas e rumos da sociedade, bem como um dos principais canais de informação e de transmissão de valores.

Em seu texto intitulado *A história dos, nos e por meio dos periódicos*, De Luca (2005) retrata estudo dos primeiros jornais e revistas no país e investiga desde as primeiras edições dos jornais da imprensa colonial até os meios eletrônicos atuais, apontando formas de análise que auxiliam o trabalho do historiador.

Essa historiadora destaca que é preciso que o pesquisador se atente para os aspectos que envolvem a materialidade e os suportes do veículo, isto é, que historicize quais materiais foram escolhidos para serem impressos e o porquê da escolha; a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores; a estruturação e a divisão do conteúdo; as relações mantidas com o mercado; a publicidade; o público que visa atingir e os objetivos propostos.

As condições materiais e técnicas [são] em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que essa não se constituiu num objeto único isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na

história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas (DE LUCA, 2005, p. 139).

Para De Luca (2005), pesquisar em revista é pensar em algo que já foi notícia e que o assunto contido foi publicado em um impresso. E essa publicação faz vislumbrar um acontecimento, em certo local em que se deu a publicação, e que faz ligações com o cotidiano da época, como ligação com os poderes, interesses financeiros e o caráter publicitário.

Observa-se assim a necessidade de esclarecer os aspectos que ajudam a refletir como os impressos estudantis contribuem para oferecer uma visibilidade da produção estudantil e de suas manifestações. Sobre essa questão, Serra (2006, p. 309) elucida que em seus estudos procurou:

[...] mostrar a importância das associações de alunos presentes nas instituições educacionais, assim como a importância, o olhar sobre os periódicos estudantis. Esses periódicos servem como fonte, onde o objeto é as associações, mas as fontes podem fazer conferir a participação do aluno, um sujeito ainda pouco estudado em pesquisas de abordagem histórica educacional. Essa compreensão poderá levar a individualidade da escola no sentido de quais discursos estão sendo privilegiados nos textos escritos pelos alunos, organizados nas publicações pelas associações.

Ressalta-se assim, a importância da imprensa como um meio para disseminação dos impressos estudantis. Nóvoa (1997, p. 12) discorre sobre essa questão ao mencionar que:

[...] de fato, a imprensa revela as múltiplas facetas dos processos educativos, numa perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos,

programas, currículos etc.), mas também no que diz respeito ao papel desempenhado pelas famílias e pelas instâncias de socialização das crianças e jovens. A imprensa constitui uma das melhores ilustrações de extraordinária diversidade que atravessa o campo educativo. [...] A imprensa é, talvez, o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática: o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir dos diversos atores em presença (professores, alunos, pais, associações, instituições etc.).

Ao se referir à imprensa pedagógica, Nóvoa (1997) reafirma que esta se constitui como o melhor meio para apreender a multiplicidade do campo educativo. Além disso, o referido autor aponta ainda para o fato de que a natureza da informação fornecida pela imprensa lhe concede um caráter único e insubstituível, pois, por estar muito próxima do acontecimento, permite constituir uma ligação entre as orientações emanadas do Estado e as práticas efetivas na sala de aula.

De Luca (2005, p. 142) sugere ao historiador um Box com os principais passos para facilitar o processo de análise:

- Encontrar as fontes e constituir uma longa e representativa série;
- Atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão do papel, uso/ausência de iconografia e publicidade);
- Apoderar-se da forma de organização interna de conteúdo
- Caracterizar o grupo responsável pela publicação;
- Identificar os principais colaboradores;
- Identificar o público a que se destinava;

- Identificar as fontes de receita e
- Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida.

Isto é, o pesquisador deve se atentar a todos os detalhes, como a sociedade, a política e a cultura de certo período, visto que os fatores externos são indispensáveis para uma melhor investigação de seu objeto de estudo.

A imprensa de educação periódica só corrobora para a importância desse instrumento para “[...] apreender a multidimensionalidade do campo pedagógico e suas dificuldades de articulação teoria prática, além de possibilitar a identificação dos principais grupos e personagens de determinada época histórica” (FERNANDES, 2008, p. 16).

Nery (2009) explica que as primeiras iniciativas de publicação de periódicos educacionais foram iniciadas por alunos que, organizados em uma instituição denominada Grêmio Normalista, os tomavam como meio para expressar as apropriações e conceitos que faziam da escola. A autora destaca que trata os periódicos estudados como objeto e fonte. Como objeto, busca compreendê-los sobre a perspectiva lançada por Carvalho (1998, p. 33), na qual o impresso é compreendido “[...] como dispositivo de normatização pedagógica, mas também como suporte material das práticas escolares.”.

Os impressos ao servirem como fontes trazem à tona alguns elementos que precisam ser analisados. Carvalho (2011, p. 188) compreende que “[...] na materialidade desse impresso, é todo um repertório de saberes que se ordenam e se dispõem com ferramentas de organização da escola em moldes compatíveis com os preceitos da pedagogia moderna.”.

Ao tomar os impressos como fonte, Nery (2009, p. 60) destaca que:

[...] a ênfase recai sobre estudo do periódico em sua materialidade, com vistas à apreensão de uma dada realidade, desvelando as práticas escolares. Como uma arqueologia, que trata o impresso a ser analisado como objeto cultural que guarda as marcas de sua produção e de seus usos.

Os estudos de Serra (2010) complementam os pressupostos apresentados por Nery (2009), quando ressaltam a importância dos periódicos para formação de professores e para

[...] a existência de um movimento dos alunos denominado por [ela] associativismo estudantil. Este olhar singular dos alunos para os sentidos das práticas presentes nas Escolas Normais, bem como pelas apropriações que fazem dos saberes pedagógicos nos artigos publicados nas páginas dos periódicos em questão, significou novas possibilidades de aproximação com o universo dessas instituições, um modelo de formação de professores disseminado pelos periódicos que passa de uma forma normativa e aconselhadora para um modelo de divulgação das práticas das aulas, lições, exercícios de aula etc (SERRA, 2010, p. 193).

Cabe aqui conceituar a teoria de Chervel (1990) sobre a cultura escolar e como a escola age pelas finalidades do ensino. O autor relata que dentre as finalidades do ensino abrangemos as “finalidades de objetivo” e as “finalidades reais”.

As finalidades de objetivo são “a ordem do legislador”, as legislações, os decretos, aquelas escritas nos textos, que segundo o

historiador “são a primeira documentação a ser analisada pelo historiador das disciplinas escolares” (CHERVEL, 1990, p. 189). Já as finalidades reais está no âmbito da história cultural, as práticas escolares concretas no interior da escola, no cerne da cultura escolar, isto é, os professores alteram as ordens e fazem adaptações na realização de sua prática docente.

Pode-se consentir com Chervel sobre a importância do trabalho do historiador das disciplinas escolares na diferenciação entre as finalidades reais e as de objetivo, pontuando que “é necessidade imperiosa para o historiador das disciplinas” (CHERVEL, 1990, p. 190). Contudo, o papel de desempenhar a função de historiador é importante não somente na história da educação, mas na história cultural.

Nóvoa (1997) ainda afirma a importância da imprensa do campo educativo, por fornecer informações de acontecimentos e práticas efetivas de sala de aula com muito mais proximidade dos verdadeiros fatos. E continua dizendo:

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre teoria e prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação, [...] São as características próprias da imprensa (as proximidades em relação ao acontecimento, o caráter fulgaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto histórico e sociológico da educação e da pedagogia (NÓVOA, 1997, p. 31).

Neste sentido, os periódicos educacionais possibilitam a percepção do sistema de ensino da época, assim como do interior da instituição no qual circulavam. No caso da revista *O Estudo* viabiliza uma parte da vida escolar, da cultura escolar e a representação da escola por meio das percepções dos estudantes, daquilo que se materializou frente ao que estava previsto.

2.2 Pesquisas em História da Educação: os periódicos

A história documental tem a capacidade de rememorar o passado não se constitui somente como a lembrança de certo indivíduo, mas sim de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, dessa forma, as lembranças desse indivíduo são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não.

Nesse contexto, Halbwachs (2004) destaca que toda memória é coletiva, e, como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. A opção em entender a origem da história documental deve-se, sobretudo, ao conjunto de possibilidades que propicia.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um

dos historiadores e dos outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 2002, p. 44).

Observa-se assim que a história documental é uma prática social de possíveis mudanças no conteúdo e no intuito da história, visto que a história é mutável propiciando a confirmação de novas áreas de investigação. Deste modo, as narrativas orais e a escrita são fontes que se completam, e assim os fatos podem ser alcançados pelas fontes vivas de informação, como biografias, histórias de vida, entrevistas, depoimentos.

Especificamente sobre história oral, Thompson (2002) menciona acerca de sua relevância enquanto uma contribuição para o resgate da memória, que de forma conjunta com fontes documentais constitui-se como memória física do homem, devendo ser preservada.

A história oral enquanto aquela transmitida oralmente, contribui para a história documental ao passo que esta constitui-se como registro e suporte para os fatos que também podem ser transmitidos de forma oral, no caso desse texto, pode-se analisar em periódicos, que no período escrito foi para transmitir acontecimentos e cultura para os leitores.

Observa-se a partir de pressupostos apontados por Thompson (2002) e Portelli (2009), que a metodologia da história oral consiste em trazer a voz “dos esquecidos, dos de baixo” e dos invisíveis/obscuros de forma a tornar esse discurso público.

Contudo, Meihy (1998) destaca que não é o propósito do historiador/pesquisador ser o porta-voz, ou “dar voz a quem não tem”,

pois os sujeitos têm voz e falam, mais tem um “silenciamento” em suas falas na parte política, ideológica e cultural. Assim sendo, o historiador/pesquisador deve buscar evidenciar o valor da micro história, uma vez que todos fazem parte do mesmo processo social e histórico. É imprescindível valorizar o cotidiano, evidenciando que a história dos “cidadãos comuns” é trilhada em uma rotina explicada na lógica da vida coletiva de gerações que vivem o presente.

Portelli (2009) corrobora com Meihy (1998) ao mencionar que as fontes orais contribuem para a compreensão e estudo do tempo presente, pois só mediante elas podemos conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum *status* político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época, e que podem ser encontradas em revistas publicadas por esses sujeitos.

Nesta perspectiva, a história oral e documental pode ser utilizada em trabalhos que focam as trajetórias dos indivíduos, dos grupos, da sociedade e instituições, portanto, é adequada a esta pesquisa, que revelam dados que podem ser encontrados na revista em questão, por se tratar de revistas feita por alunas do curso da Escola Normal. Alunas que por conta do período são falecidas, mais se encontram vivas dentro de cada revistas por elas escrita.

Thompson (2002) e Portelli (2009) entendem que a metodologia da história oral é basicamente um processo de criar relações entre narradores e narrados, entre acontecimentos no passado e narrativas dialógicas no presente, o que permite concluir que as narrações e a memória, elas próprias, são atos históricos e públicos, em termos de valor e relevância social.

A partir do exposto, propõe-se como estratégia de pesquisa a história oral e documental, onde se articulam contexto, história individual e coletiva – para identificar e analisar os saberes para professores que eram produzidas por alunas, futuras professoras; ou seja, analisar o contexto social e cultural na qual era concebida a formação docente de acordo com os dados das publicações da revista *O Estudo*.

Contudo, é importante atentar-se para o fato de que o pesquisador deve ter muito cuidado ao usar a fonte oral e documental, assim como com todas as outras fontes. Nesse sentido, Thompson (2002) argumenta que nenhuma fonte está livre da subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual e que todas podem ser insuficientes, ambíguas ou até mesmo passíveis de manipulação. Apesar das críticas, esse pesquisador evidencia a fonte oral por transformar os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribuindo para “[...] uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira” (THOMPSON, 2002, p. 137).

Ainda, de acordo com esse pesquisador é importante destacar que:

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar a subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta. Se assim é, porque não aproveitar essa oportunidade que só nós temos entre os historiadores, e fazer nossos informantes se acomodarem relaxados no divã, e, como psicanalistas, sorver em seus inconscientes, extrair os mais profundos de seus segredos? (THOMPSON, 2002, p. 197).

Compreender a oralidade como fonte histórica implica em também compreender que o conhecimento das relações dos homens no tempo deve ser feita mediante vestígios e indícios que caracterizam o chamado paradigma indiciário. Este paradigma possui raízes muito antigas e está intrinsecamente ligado à tendência expressa de identificação das causas a partir de efeitos; fundamentando uma trajetória caracterizada pelo conhecimento histórico, permitindo a construção de um quadro descritivo acerca do objeto investigado (BLOCH, 2001; GINZBURG, 2003).

O texto de Nóvoa (2005) retrata a função do historiador de educação:

[...] uma das funções principais do historiador da educação é compreender esta lógica de “múltiplas identidades”, através da qual se definem memórias e tradições, pertencas e filiações, crenças e solidariedades. Pouco importa se as comunidades são “reais” ou “imaginadas”. Não há memória sem imaginação (e vice-versa). A história cumpre elucidar este processo e, por esta via, ajuda as pessoas (e as comunidades) a darem um sentido ao seu trabalho educativo. Para pensar os indivíduos como produtores de história. [...] A reflexão histórica, mormente no campo educativo, não serve para “descrever o passado”, mas sim para nos colocar perante um patrimônio de ideias de projetos e de experiências. [...] O trabalho histórico é muito semelhante ao trabalho pedagógico. Estamos sempre a lidar com experiências e a fabricar memória (NÓVOA, 2005, p. 10-11).

Para Ginzburg (2003), o estudo por meio de vestígios e pistas caracteriza o chamado paradigma indiciário. O autor sugere ainda que o historiador tenha um olhar para os textos, para os fatos e para os

documentos de forma a encontrar indícios que permitam vislumbrar detalhes que poderiam passar despercebidos.

Partindo desse pressuposto apresentado por Ginzburg (2003), a intenção desse trabalho com a revista “O Estudo”, é investigar, nos referidos periódicos, manifestações da presença de outro sistema discursivo, que, ao longo da história, tem interceptado a sua voz.

Para Certeau (2011), os métodos investigativos, dos últimos três ou quatro séculos, não cobrem a espessura nem a extensão do real. Neste sentido, boa parte do material coletado era descartada pelo pesquisador por extrapolar os limites teóricos das suas propostas de pesquisa. Contudo, estes “resíduos” ou conteúdos “descartados” tendem a ganhar, atualmente, novos significados com os procedimentos da narrativa historiográfica. Assim, o trabalho de contar, relatar e interrogar os acontecimentos ganha mais liberdade com as narrativas, o que proporciona também maior dignidade aos documentos e aos mortos, ou seja, às memórias dos sujeitos eleitos para compor o quadro de análise na investigação.

Ainda de acordo com o referido autor:

[...] Assim, a operação histórica tem um efeito duplo. Por um lado, historiciza o atual. Falando mais propriamente, ela presentifica uma situação vivida. Obriga a explicitar a relação da razão reinante com um lugar próprio que, por oposição a um “passado”, se torna o presente [...] a imagem do passado mantém o seu valor primeiro de representar aquilo que falta [...] o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de dar lugar a um futuro (CERTEAU, 2011, p. 88).

Nesse caminho do passado que Certeau declara que “uma sociedade se dá um presente graças a uma escrita histórica”, que o texto histórico, o qual tem “um papel performativo”, representa o “ser ausente, prisão do gênio mau da morte”, que a “linguagem permite a uma prática situar-se com relação ao seu outro, o passado”, pois a “historiografia se serve da morte para articular uma lei (do presente)” (CERTEAU, 2011, p. 110).

A intenção é investigar, nos periódicos, manifestações da presença de um outro num sistema discursivo, que ao longo da história tem interceptado a sua voz e discutir as transgressões que remetem ao poder de um “fantasma ou talvez de um possessor”, conforme salienta Certeau (2011, p. 250), quando discute determinados indícios que “fazem oscilar o texto na direção do fora-do-texto, mas de uma maneira que permanece interna ao texto do saber.

Chartier (2015) manifestou a importância da teoria de Certeau (2011) sobre o discurso, à narrativa e à persuasão, e também considerou a História como “conhecimento”, como “disciplina” articulada a um lugar de produção.

Produção de objetos determinados remete à construção do objeto histórico pelo historiador, já que o passado nunca é um objeto que já está ali; “operações” designa as práticas próprias da tarefa do historiador (recorte e processamento das fontes, mobilização de técnicas de análise específica, construção de hipótese, procedimentos de verificação); “regras” e “controles” inscrevem a história em um regime de saber compartilhado, definido por critérios de prova dotados de uma validade universal (CHARTIER, 2015, p. 16, grifos do autor).

Dessa forma, a pesquisa histórica documental tem por tarefa dar visibilidade a essas possibilidades esquecidas, numa luta para tirar do silêncio um passado que a historiografia ainda não conta. Embora as pessoas que se expressaram pessoalmente na revista em questão, por conta do tempo já são falecidas mais não perdemos toda sua história por conta desse objeto de pesquisa feita pelas mesmas, e são pessoas que praticaram lugares e criaram seus espaços (CERTEAU, 2011).

2.3 A produção de intelectualidade feminina na revista *O Estudo*

Neste subtítulo, apresenta-se aspectos da revista *O Estudo*, segundo Andréa Silva de Fraga, considerando que esta pesquisadora traz em sua dissertação de mestrado em 2013 e parte de sua tese de doutorado em 2017 sobre essa revista e cabe aqui algumas considerações sobre esses trabalhos.

Conforma Fraga (2013; 2017) analisar o periódico *O Estudo* implica em compreender que sua escrita está relacionada com as trajetórias intelectuais, sociais e profissionais do grupo de alunas que frequentavam a Escola Normal de Porto Alegre no período histórico em estudo.

De acordo com Fraga (2013) pensar no grupo de alunas implica em considerá-las intelectuais de uma época em que havia o predomínio da escrita por indivíduos do gênero masculino.

De acordo com Bourdieu (2004, p. 176), os intelectuais são “[...] produtores culturais que detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer a luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluidas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, de fazê-las existir”.

Constata-se assim, que essa geração de jovens intelectuais para o autor abaixo significa:

[...] intelectual pelo lugar que ocupa no tabuleiro social, como formador de um dado consenso social, necessário para que haja alguma continuidade em um mundo que teme mudanças. É intelectual porque tem no ensino parte imprescindível de sua existência. Mas a característica que melhor qualifica sua condição de intelectual é também aquilo que torna inesquecíveis [...] (BOTO, 2005, p. 42).

Tem-se assim, a figura do professor como intelectual que faz parte de um grupo específico de profissionais “[...] cujo processo de formação constava da própria constituição da cultura escolar e abarcava não apenas os saberes e as práticas de ensino, mas, sobretudo, os gestos e as feições, as formas de agir e de se comportar no cotidiano da Educação escolar” (SCHUELER, 2008, p. 4).

Observa-se assim que a produção cultural dessa classe de intelectuais encontra-se em jornais e revistas em que são registrados saberes relacionados à sua prática de formação, pois de acordo com Sirinelli: “[...] uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão” (SIRINELLI, 2003, p. 249).

Nesse contexto, considerando-se que a história da cultura escrita analisa as funções, os usos e as práticas relacionadas com o escrito, pode-se mencionar que a produção textual da revista *O Estudo* se inscreve como um produto da cultura escrita.

A respeito da questão da cultura escrita, Fraga (2017) ressalta que a produção de impressos propicia maior circulação da palavra, o que, a partir do século XIX, contribuiu para novos usos e novas práticas de escrita e de leitura, que foram sendo compostas, difundidas e apropriadas no mundo ocidental.

Considerando que a organização da revista *O Estudo* ficou a cargo de mulheres, vale ressaltar aqui a questão da escrita feminina no Brasil, que durante o período histórico em estudo esteve presente em muitos jornais e revistas com o intuito de esclarecer as leitoras em questões femininas. A esse respeito, observa-se a figura 11:

Figura 11 - Festa da posse da nova diretoria do grêmio - 1931



Fonte: Revista *O Estudo* (n. 1, 1931, p. 26).

Especificamente no âmbito das produções em Educação, Fraga (2017) destaca que da escrita privada no âmbito doméstico as mulheres passaram a escrita no mundo do trabalho por meio de ofícios ligados à Educação e à formação: preceptoras, professoras primárias, bibliotecárias, o que conferiu prestígio e respeito às mulheres.

O prestígio das professoras primárias foi considerável entre as moças das classes populares. Mestras da infância, elas foram muitas vezes pedagogas atentas, como a italiana Maria Montessori, as francesas Marie Pape-Carpantier, a primeira mulher a dar uma conferência na Sorbonne, ou Pauline Kergomand, que fundou verdadeiramente a escola maternal. Assim, elas exerciam em público as qualidades maternais das mulheres. Mas foram mais adiante, forneceram ao feminismo uma parte dos seus quadros e de suas tropas e alcançaram a condição de “intelectuais”, qualidade tão raramente reconhecida entre as mulheres. As escolas normais foram as primeiras universidades das mulheres. As profissões ligadas à saúde e ao direito só foram confiadas a mulheres, na França e em outros países, depois das profissões ligadas ao ensino (PERROT, 1998, p. 105).

Observa-se assim, a partir das palavras de Perrot (1998), que o mundo da escrita e o mundo do trabalho para as mulheres se unem durante o desempenho de profissões ligadas ao ensino.

Os professores tornaram-se ativos na produção, na análise e na avaliação de livros escolares, tendo em vista a experiência na prática docente, o conhecimento pedagógico e o conhecimento da realidade cotidiana das escolas e dos alunos para a criação de textos, livros e outros materiais escolares.

Nesse contexto, os materiais produzidos para a área de Educação passaram ter um caráter oficial, legítimo e autorizado. Para além dessas

questões, os professores autores passaram a atuar como intelectuais da área de Educação, influenciando na formação de uma ideologia de nação (TEIXEIRA; SCHUELER, 2009).

Foi nesse contexto histórico e social que se construiu a identidade profissional docente no mundo ocidental ao longo dos séculos XIX e XX, uma identidade pautada no imaginário social da mulher-professora e da feminização do magistério.

Essa premissa de feminização estava fundamentada no fato de que a carreira do magistério proporcionaria às mulheres uma opção profissional, partindo do princípio de que sua atuação atenderia às funções naturais femininas: a competência, a dedicação e o amor, ou seja, aquelas ligadas às funções de esposa, mãe e, conseqüentemente, de professora (FRAGA, 2017).

Tambara (1998) ressalta que a feminização do magistério foi fortalecida com a instalação das Escolas Normais enquanto um local onde o ensino primário é de responsabilidade feminina enquanto o ensino secundário e superior era responsabilidade masculina.

A primeira Escola Normal do Brasil, na sua fase inicial, não recebeu uma só aluna. Entretanto na época já funcionavam oito escolas femininas públicas na Província, o que nos leva a concluir que para as escolas de meninas exigia-se da professora pouco mais que o domínio das “prendas domésticas” e dos ensinamentos religiosos (VILLELA, 2008, p. 33).

Fraga (2017) corrobora com Tambara (1998) ao mencionar que há uma intervenção do Estado no sentido de feminizar a docência quando este determina os níveis de ensino, os conteúdos a serem

desenvolvidos, a exigência de credenciais das mestras, dos horários, dos livros e de salários pagos, resultando em um movimento de perda de autonomia das novas agentes do ensino. Tem-se nesse contexto, a formação de um paradigma de professora primária identificada com o perfil de mulher assexuada, vestal, dependente, acrítica e não cidadã.

A Escola Normal de Porto Alegre, inserida nesse contexto histórico, desde sua fundação apresentou, de acordo com Werle (2005, p. 613), uma situação: “[...] de feminização imediata de formação para o magistério, vinculada à promoção de moças desvalidas, muito embora a política declarada nos instrumentos legais fosse reservar o espaço para homens”. Pode-se ver neste ponto a idéia da conquista feminina.

Outro ponto importante a ser destacado é a questão da integração feminina na sociedade, uma questão amplamente favorecida pela Escola Normal de Porto Alegre, uma vez que nos primeiros anos de fundação da referida instituição (sob a direção de Padre Joaquim Cacique de Barros), esta auxiliava as mulheres abandonadas na infância, dando-lhes a oportunidade de conquistar um espaço de participação social e cujo compromisso estava diretamente relacionado às atividades de formação e à retribuição dos benefícios recebidos (FRAGA, 2017, p.47).

Pela exclusão social, mulheres ocuparam as vagas da Escola Normal e lecionaram em escolas elementares públicas, como nota-se na figura 12. Porém, na direção e no corpo docente, ainda permanecia a supremacia masculina. Apenas em 1936, foi escolhida a primeira mulher como diretora, a professora Florinda Tubino Sampaio, que exerceu o cargo até 1945 (FRAGA, 2017, p.47).

Figura 12 - Alunas da Escola Normal de Porto Alegre – 1930



Fonte: Revista *O Estudo* (v. 3 e 4, 1930).

Observa-se assim, que a Escola Normal de Porto Alegre apresentou significativas contribuições sociais e pedagógicas, pois, conforme menciona Werle (2005, p. 618): “[...] era uma instituição que condensava o saber-fazer pedagógico num nível macro, vinculando-se a estruturas da administração da instrução pública estadual”.

Em um sucinto levantamento sobre o número de alunas formadas, pode ter uma percepção quanto ao número de estudantes e o crescimento desse número ao passar dos anos, como demonstra o quadro a seguir.

Quadro 4 - Levantamento total de formandas na Escola Complementar/Normal de Porto Alegre

Ano	Total de Formandas e Curso
1922	30 alunas da Escola Complementar
1923	32 alunas da Escola Complementar
1924	30 alunas da Escola Complementar
1925	33 alunas da Escola Complementar
1926	46 alunas da Escola Complementar
1927	31 alunas da Escola Complementar
1928	45 alunas da Escola Complementar
1929	Formandas do ano de 1928 na Escola Complementar – curso de 4 anos – 56 alunas
1929	Formandas do ano que completaram o curso Complementar da Escola Normal de 3 anos – 70 alunas
1930	Formandas que completaram o curso Complementar de 3 anos - 142 alunas
1931	130 alunas da Escola Normal
1931	44 alunas do Curso de Aperfeiçoamento
1932	129 alunas da Escola Normal
1932	42 alunas do Curso de Aperfeiçoamento
1933	114 alunas da Escola Normal
1933	26 alunas do Curso de Aperfeiçoamento

Fonte: Fraga (2017, p. 104).

Os dados apresentados no quadro 3 por Fraga (2017) demonstram a ampliação da prática docente na Escola Normal de Porto

Alegre, perpassando pelos estereótipos de professorinha como “dom natural do gênero feminino” para a profissional de ensino.

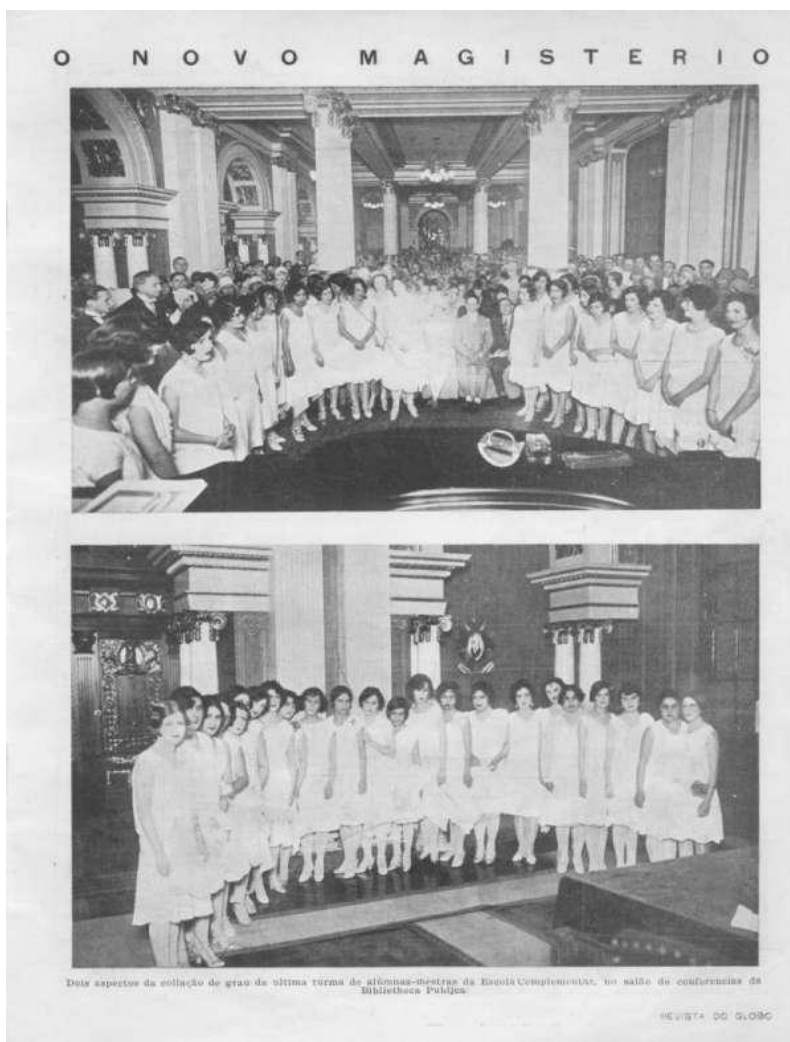
Na figura 13, retrata a colação de grau do ano de 1929, publicada na revista *O Estudo* no ano seguinte.

Figura 13 – Formatura das alunas da Escola Normal de Porto Alegre de 1929



Fonte: Revista *O Estudo* (n. 1, 1930, p. 20).

Figura 14 - Fotografias publicadas na *Revista do Globo*⁸ - “Colação de grau da última turma de alunas-mestras da Escola Complementar”



Fonte: *Revista do Globo* (1929, n. 9, apud FRAGA, 2017, p. 144).

⁸ Vale ressaltar que na *Revista do Globo* com publicação de 1929 a 1967, que estão disponibilizadas no acervo da Biblioteca da PUCRS, encontram-se algumas publicações de fotografias das alunas-mestras em momentos de práticas escolares, e em momentos comemorativos, como a colação de grau.

**Figura 15 - Fotografia da colação de grau das alunas-mestras
(Revista do Globo, 1931, n. 10)**



Fonte: *Revista do Globo* (1931, n. 10, *apud* FRAGA, 2017, p. 145).

Nesse contexto, a professora é vista como educadora e uma especialista em Educação, ganhando legitimidade a partir da década de 1940, no Rio Grande do Sul (NÓVOA, 1995).

Percebe-se que, mesmo com a rigidez de uma Educação e instrução voltadas especificamente ao público feminino, as mulheres através da própria Escola Normal tiveram a oportunidade de obter, em alguns aspectos e momentos, o que a elas pensava-se ser negado e abriu-lhes horizontes profissionais e novos contatos com outras realidades. Portanto, a Escola Normal, contraditoriamente, foi uma instituição que ajudou a construir um imaginário de professora primária vocacionada à profissão e, ao mesmo tempo, foi grande propulsora de outros comportamentos por parte das mulheres (FRAGA, 2017, p. 54).

Essa profissionalização foi decorrente dentre outros fatores do desejo de aprendizagem e profissionalização dessas mulheres, o que pode ser constatado na produção intelectual das alunas da Escola Normal de Porto Alegre, especificamente na revista *O Estudo*.

Nota-se também a questão da feminização da escrita, se durante um longo período histórico as mulheres se dedicavam a produção escrita de assuntos considerados femininos, como culinária, artesanato, entre outros, com a produção de revista científicas, esse paradigma mudou. Nesse contexto, observa-se a feminização da escrita na Educação.

As alunas-mestras da Escola Complementar/Normal que se tornaram professoras e técnicas em educação da Secretaria de Educação e do CPOE/RS, fizeram parte campo da Educação que contou com o posicionamento institucional adquirido por elas em sua vida profissional e por sua produção intelectual publicada. Presente no espaço social e posições sociais, em que se deu o desenrolar histórico de suas trajetórias e experiências sociais, culturais e intelectuais, advindas da convivência e da atualização dos saberes práticos adquiridos e incorporados pelas alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação (FRAGA, 2017, p. 54).

Por isso, a importância de estudar periódicos na historiografia da Educação como um meio de compreender a produção acadêmica de um determinado período histórico e suas contribuições para a formação docente de mulheres.

Nesse sentido, Catani e Bastos (1997, p. 5) ressaltam que a imprensa de educação e ensino pode ser compreendida como: “[...] um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor

ou de um grupo social a partir do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar”.

Assim sendo, ressalta-se aqui os pressupostos apresentados por Fraga (2013, p. 57) a respeito dos periódicos como veículo de informação nos séculos XIX e XX:

Tratar do início do século 20 e do que circulava como veículo de comunicação é examinar um suporte de leitura específico, isto é, as revistas ilustradas. A publicação do gênero revista teve seu início no século 19 e, com o passar do tempo, se transformou em um suporte de textos e de leitura cada vez mais presente, que ultrapassou o continente europeu e chegou ao território brasileiro. A imprensa periódica foi responsável por produzir, em diversos suportes, modalidades e práticas de escrita e de leitura.

Vale ressaltar que jornais e revistas possuem características específicas, sendo que os jornais, em sua grande maioria, dedicam-se a noticiar conteúdos com teor político e de divulgação imediata; em contrapartida, as revistas apresentam temas variados e com informações mais elaboradas (MARTINS, 2008).

[...] o mérito de condensar numa só publicação, uma gama diferenciada de informações, sinalizadoras de tantas inovações propostas pelos novos tempos. Intermediando o jornal e o livro, as revistas prestaram-se a ampliar o público leitor, aproximando o consumidor do noticiário ligeiro e seriado, diversificando-lhe a informação. E mais - seu custo baixo, configuração leve, de poucas folhas, leitura entremeada de imagens, distinguiu-a do livro, objeto sacralizado, de aquisição dispendiosa e ao alcance de poucos (MARTINS, 2008, p. 40).

Especificamente no caso da revista *O Estudo*, Fraga (2013) dedicou-se alguns elementos deste periódico de forma a analisar seus conteúdos e a sua importância enquanto produção acadêmica das alunas da Escola Normal de Porto Alegre em um contexto histórico em que a mulher estava conquistando seu espaço no meio acadêmico e literário.

A diversificação de informações, o formato leve, com poucas páginas em comparação com o livro, e o uso recorrente de imagens são características marcantes do suporte revista. Nesse sentido, a criação da revista *O Estudo*, concebida como uma das maneiras de escrever e publicar das alunas da Escola Complementar/Normal significou uma espécie de mimetização de um veículo de comunicação popularizado e de grande circulação nos anos de 1920, ou seja, a moda das revistas ilustradas e de variedades (FRAGA, 2013, p. 72).

O modelo de publicação dos periódicos de variedades no Brasil teve início no ano de 1900 com a publicação da *Revista da Semana*, de Álvaro Teffé, na cidade do Rio de Janeiro. Esse modelo de impresso, de acordo com De Luca (2005, p. 121) apresentava-se como uma leitura:

[...] fácil e agradável, diagramação que reserva amplo espaço para as imagens e conteúdo diversificado, que poderia incluir acontecimentos sociais, crônicas, poesias, fatos curiosos do país e do mundo, instantâneos da vida urbana, humor, conselhos médicos, moda e regras de etiqueta, notas policiais, jogos, charadas e literatura para crianças, tais publicações forneciam um lauto cardápio que procurava agradar a diferentes leitores, justificando o termo variedades.

Foi a partir desse modelo de publicação, que a revista *O Estudo* apresentou uma fórmula nominal comum às revistas ilustradas e de

variedades, isto é, se intitulou revista “mensal, ilustrada, litteraria, scientifica, didactica” (FRAGA, 2013).

A revista *O Estudo* tem um formato de tamanho comum em todos os números de 18x27 cm e todas com capas ilustradas e com cor. Na figura 16 e 17 apresenta-se algumas imagens das capas e conteúdos da revista *O Estudo*.

Figura 16 - Capa da Revista *O Estudo*, n. 2, 1922



Fonte: Revista *O Estudo* (n. 2, 1922).

Figura 18 - Capa da Revista *O Estudo*, n. 2/3, 1928



Fonte: Revista *O Estudo* (n. 2/3, 1928).

Com as figuras 19 e 20, pode-se perceber nos cabeçalhos das revistas os nomes femininos em directora-chefe, directora-secretária e comissão fiscalizadora, afirmando que as revistas eram feitas somente por alunas.

Figura 19 – Cabeçalho da Revista *O Estudo* (n. 2, 1922)



Fonte: Revista *O Estudo* (n. 2, 1922).

Figura 20 - Cabeçalho da Revista *O Estudo* (n. 8/9, 1928)



Fonte: Revista *O Estudo* (n. 8/9, 1928).

Nas revistas também se encontram anúncios que são significativos no gênero de revista. Estão presentes mais de cento e cinquenta anúncios, normalmente encontrados nas últimas páginas das revistas e contracapa,

com divulgação de produtos e serviços com foco nas mulheres leitoras das revistas. Segue nas figuras 21 e 22 exemplos de anúncios, como: livros, tecidos, automóveis, dentistas, tinturaria, farmácias, instrumentos musicais e serviços prestados.

Figura 21 - Anúncios na revista *O Estudo* n. 1, 1925, contracapa

<p>Endereço telegr.: "ERVEDOZA" CODIGO: ERVEDO, A B C L. EN. WORDS & PARICULARES</p> <p>ERVEDOZA & CIA. ESCRITA-UINSTAM</p> <p>PORTO ALEGRE Rua Marechal Floriano no. 62.66, 6A RIO GRANDE DO SUL - BRASIL</p>	<p>"Loja Central" de João Daniel Potthoff Rua dos Andradas 125 - antiga Figueira das Iguais PORTO ALEGRE</p> <p>FAZENDAS, MODAS, PESTIFEROS, LINDAS, DE, DE Linha de moda e moda. Tem novidades</p> <p>Assim, para sua visita ao meu estabelecimento para verificar os do restante dos preços baixos.</p> <p>VENDAS EXCLUSIVAMENTE A BARRIDO</p>
<p>Calçados finos para <i>Homens, Senhoras e Crianças</i></p> <p>F. LEONARDI & CIA.</p> <p>ENDRE: GENERAL VICTORINO, 20 C FIAL: VIL. JOSÉ IGNACIO, 92 B</p>	<p>CASA BRITO A. SOUZA & CIA. FAZENDAS MODAS MIUDEZAS ARTIGOS PARA NOIVAS</p> <p>Rua dos Andradas n. 220</p>
<p>Casa Mariante</p> <p>Agência das principais gravuras de pluma Das casas: Steinway, Bluthner, Bechstein, Henschel, Schiedinger & Suckow e Zimmermann.</p> <p>Representação das marcas: Harnupel, Alphonse Jager e Schiedinger & Suckow.</p> <p>Músicas e métodos, revisto de autores modernos segundo o programa do Conservatório.</p> <p>Qualquer verificação de preços e condições de compra</p> <p>Andradas n. 165 - Porto Alegre</p>	<p>Livraria Americana</p> <p>TIPOGRAFIA - ENCADERNAÇÃO - PASTAGEM DUPLICAÇÃO - OBJETOS PARA ENFERMEIROS PAPEL DE TODA CLASSE - FABRICA DE LITING EN BRANCO DE QUALQUER MODO.</p> <p>Telefones: Americana - Telêph. 140 411 - ANDRADAS - 413</p> <p>J. O. RENTSCH & CIA. PORTO ALEGRE</p>
<p>Centro da Boa Imprensa da Rio Grande do Sul SOCIEDADE ANÔNIMA Capital: 100.000.000</p> <p>Casa editora - Oficinas gráficas de 1.ª ordem - Encadernação artística de luxo - Impressão em diversas cores - Completo equipamento de cadernos escolares, blocos, cartões, pastas, papéis de cores, etc. etc.</p> <p>Para mais detalhes que não se pode dar aqui - consultar o prospecto - 1925 - enviado da Imprensa - 1925 - Publica a casa editora Centro da Boa Imprensa</p>	<p>Casa Barreto TELEPHONE N. 303 Deposito de calçados para Senhoras, Homens e Crianças Sempre as últimas novidades!</p> <p>Octavio Barreto de Oliveira Rua Marechal Floriano, 5 e 7 PORTO ALEGRE</p>

Fonte: Revista *O Estudo* (n. 1, 1925, contracapa).

Figura 22 - Anúncios na revista *O Estudo* n. 1, 1923, contracapa

<p>Pharmacia Carvalho</p>  <p>ANDRADAS, 303</p> <p>Aberta dia e noite</p>  <p>TELEPHONE, 344</p> <p>PORTO ALEGRE</p>	<p>Xaropo Pastoral Cruz Vermelha</p> <p>Preparado de Edmundo Frés de Oliveira</p>  <p>Poderoso medicamento contra as moléstias do aparelho respiratório.</p> <p>Com qualquer s-pede: Laryngite crônica, Bronchite, Asthma, Bronchite pulmonar e aguda, do a rebelde tosse da gripe</p> <p>— — —</p> <p>Laboratorio da PHARMACIA BRASIL</p> <p>Andradas, 248 Porto Alegre</p>
<p>LIVRARIA AMERICANA</p> <p>Typographia — Escadernação — Paquetagem — Diagramação — Objectos para escriptorio — Papel de toda classe — Fabrica de livros em branco de qualquer modelo — Agencia de publicações nacionaes e estrangeiras</p> <p>Telegrammas: „Americana“ - Telephone, n. 148</p> <p>411 - ANDRADAS - 413 (Defronte à rua Uruguay)</p> <p>J. O. RENTSCH & Cia. PORTO ALEGRE</p>	<p>Pianos-Musicas-Instrumentos</p>  <p>CASA D'ALO'</p> <p>Rua dos Andradas, n. 256</p> <p>PORTO ALEGRE</p>
<p>Calçados finos</p> <p>Meias para senhoras, de seda e de todas as — cores, nas — Casas „Colombo“ e „S. Paulo“</p>	<p>Para os Estudantes</p> <p>Recomendamos o melhor dos fortificantes o TONICO LOVERSO</p> <p>Pharmacia Firmiano ANDRADAS, 120 CELESTINO DE CASTRO & Cia.</p>

Fonte: Revista *O Estudo* (n. 1, 1923, contracapa).

Fraga (2013) analisou alguns aspectos deste periódico: gênero e revista; forma do impresso e composição gráfica: capas, ilustrações e anúncios; capas; ilustrações e fotografias; anúncios; circulação; periodicidade; as alunas redatoras; tipografia; permuta com outros periódicos; assinaturas e concursos.

Os aspectos analisados possibilitaram um mapeamento sobre as produções acadêmicas dessas alunas no período no qual a revista esteve em circulação, bem como a compreensão das contribuições desta para a formação docente das alunas da Escola Normal de Porto Alegre.

[...] o impresso revista manteve uma fórmula cujas características compreendem os seguintes aspectos: o primeiro corresponde à formatação do suporte, que se encontra em forma de brochura e não em folhas soltas, a presença de capa e periodização geralmente mais espaçada. O segundo aspecto diz respeito à criação: a revista é, em geral, uma criação em grupo. No caso da revista *O Estudo*, vinculava-se ao grêmio de alunos da Escola Complementar/Normal e contava com a colaboração de vários autores. O terceiro aspecto que diferencia de um jornal é que se associa mais à publicação literária e menos à informativa. Oferece um *menu revisteiro* com contos, crônicas, poesias, notas sociais, publicidade. Por fim, a revista é um veículo de proposta ligeira, condensada, intermediária entre o jornal e o livro e, portanto, de maior facilidade à leitura (FRAGA, 2013, p. 73).

Fraga (2013) destaca também questões como a feminização do magistério e o percurso dessa profissão de estigmatizada como “dom natural feminino” ao status de profissão de educador.

Essa questão caracteriza-se como um aspecto que merece destaque, pois se até então a carreira de Magistério era vista como um

dom natural feminino, uma extensão da figura da mulher-mãe e dona de casa, com o novo paradigma de status de profissão de educador essas concepções foram sendo, paulatinamente deixadas de lado.

Entretanto, entende-se aqui que esse foi um processo lento que consistiu em lutas por espaços acadêmicos, como exemplo dessas lutas tem-se as produções das alunas responsáveis pela edição da revista *O Estudo*.

Dentre os fatores que contribuíram para essas mudanças, destaca-se a produção impressa, especificamente do impresso estudantil *O Estudo*, resultante da prática de escrita das alunas, que em princípio mimetizaram as revistas ilustradas e de variedades circulantes nas décadas de 1920 e 1930.

Por essa razão, as alunas usaram uma fórmula nominal *revista mensal, ilustrada, literaria, científica, didactica*, comum a muitas revistas da época. Também utilizaram uma forma física para a apresentação do seu impresso, com determinadas características e composições gráficas típicas do sistema de publicação de revistas. Estabeleceram determinados protocolos de leitura pela apresentação de capas, ilustrações e disposição gráfica. A revista proporcionou novos usos, outros gestos diante do formato em brochura, leve e pequeno, novas leituras, intermediárias entre o livro e o jornal, e novos hábitos, como, por exemplo, as assinaturas e os concursos que a revista promovia (FRAGA, 2013, p. 95).

Os estudos de Fraga (2012; 2013; 2017) em linhas gerais apresentam um panorama da cultura escolar do período de 1922 a 1960 das alunas da Escola Normal de Porto Alegre, traçando um perfil das

referidas alunas, destacando a importância da escrita feminina, bem como suas contribuições a Escola Normal deste período histórico.

3.

Saberes Para Professores: Didática, Literatura e Ciências

Dentre os diferentes estudos na área da História da Educação, há os relacionados às Instituições Escolares, que possibilitam conhecer o passado educacional, bem como compreender o presente e buscar o futuro que se deseja. Nesse contexto, a compreensão da história das instituições representa um dos elementos que contribui para a busca da análise e compreensão dos atuais problemas educacionais.

Com base nesses pressupostos, este capítulo, apresenta a análise documental, realizada na revista *O Estudo*, a partir dos aspectos que contribuíram a formação acadêmica das alunas da Escola Normal de Porto Alegre de forma literária, didática e científica, e compreender alguns aspectos do que diziam as alunas da revista, dando ênfase na feminização como conquista do magistério.

3.1 Contribuições da revista *O Estudo* para a formação das alunas da Escola Normal de Porto Alegre

Dentre as diferentes modalidades de Instituições Escolares, têm-se as Escolas Normais, que formavam professores. Compreender o contexto histórico dessa formação, bem como as influências sociais, políticas e

econômicas do período e da instituição que a oferecia, implica em problematizar aspectos em torno da cultura escolar.

Uma unidade escolar caracteriza-se por seus recursos, bem como pela comunidade escolar na qual está inserida, e isso se aplica também às Escolas Normais. No período histórico em estudo neste texto (1922-1931), os saberes circulavam principalmente por meio de impressos. Jornais e revistas eram meios de comunicação e expressão social, assim sendo, no âmbito educacional estes suportes informacionais também estavam presentes.

Sobre os saberes circulados em impressos, pode-se apoiar no pensamento que o ato de conhecer é fundamental como ação de descoberta, como investigação para chegar a verdades e não a verdade única, que muitas vezes o documento oficial quer passar para o leitor, e nem a um dever moral absoluto para todos. Pois as verdades construídas pelos sujeitos não são únicas para todos ou em todos os momentos/períodos.

Especificamente no caso do suporte periódico, tem-se um compilado de informações que buscam atingir um público específico com informações a partir dos centros de interesse do público-alvo. No caso da revista *O Estudo*, as informações compiladas eram destinadas às estudantes normalistas da Escola Normal de Porto Alegre. As informações eram selecionadas, analisadas, compiladas e produzidas pelas alunas da referida escola.

As alunas-mestras da Escola Complementar/Normal que se tornaram professoras e técnicas em educação da Secretaria de Educação e do CPOE/RS, fizeram parte campo da Educação que contou com o posicionamento institucional adquirido por elas em sua vida profissional e por sua produção intelectual publicada. Presente no

espaço social e posições sociais, em que se deu o desenrolar histórico de suas trajetórias e experiências sociais, culturais e intelectuais, advindas da convivência e da atualização dos saberes práticos adquiridos e incorporados pelas alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação (FRAGA, 2017, p. 55).

Ao analisar o periódico *O Estudo* ressalta-se a importância da feminização da escrita como um dos elementos que contribuíram para a circulação dos saberes acadêmicos da instituição de ensino, como também para a profissionalização de educador.

A revista *O Estudo* teve sua primeira publicação em junho de 1922, era uma revista que não era gratuita (tinha um preço simbólico), teve 21 fascículos, sendo que o último aconteceu em setembro de 1931.

Como critérios para selecionar alguns dos artigos a serem explorados no presente texto, foram selecionadas as produções acadêmicas das alunas da Escola Normal de Porto Alegre na referida revista.

Assim sendo, a criação da revista *O Estudo* foi resultado da prática de escrita das alunas, que, em princípio, mimetizaram as revistas ilustradas e de variedades circulantes nas décadas de 1920 e 1930.

Essa prática de escrita das alunas leva a refletir sobre a noção de diálogo, que define uma relação intersubjetiva, sempre orientada para o outro, mas que nem sempre implica em concordância. As relações dialógicas são diversas, amplas e complexas, não coincidem com as réplicas do diálogo real.

Como afirma Canclini (2005, p. 31), que “a conexão e a desconexão com os outros são parte de nossa constituição como sujeitos individuais e coletivos”. E pode-se considerar que o objeto real de

investigação é o ser humano social, que fala e exprime a si mesmo e aos outros, tornando a investigação do historiador, por exemplo, em diálogo.

Conforme aponta Fraga (2017), foi por esse motivo que as alunas usaram uma fórmula nominal *revista mensal, ilustrada, litteraria, scientifica, didactica*, comum a muitas revistas da época, para *O Estudo*, ou seja, a revista sofreu influências da cultura histórica do período.

A apresentação física da revista também apresenta características e composições gráficas típicas do sistema de publicação de revistas da época.

Percebe-se que, mesmo com a rigidez de uma Educação e instrução voltadas especificamente ao público feminino, as mulheres através da própria Escola Normal tiveram a oportunidade de obter, em alguns aspectos e momentos, o que a elas pensava-se ser negado e abriu-lhes horizontes profissionais e novos contatos com outras realidades. Portanto, a Escola Normal, contraditoriamente, foi uma instituição que ajudou a construir um imaginário de professora primária vocacionada à profissão e, ao mesmo tempo, foi grande propulsora de outros comportamentos por parte das mulheres (FRAGA, 2017, p. 54).

Fraga (2017) aponta que o periódico *O Estudo* proporcionou novos usos, outros gestos diante do formato em brochura, que era leve e pequeno, bem como novas leituras, intermediárias entre o livro e o jornal e novos hábitos, como, por exemplo, as assinaturas e os concursos que a revista promovia.

Desse modo, fica evidente a importância atribuída às alunas pelas publicações na revista *O Estudo*, onde trazia um espaço destinado às

práticas de leitura e prática cultural, expondo tudo que era relevante as mesmas no contexto da época.

3.2 Publicações da revista *O Estudo*

A análise que se apresenta neste texto, contempla resultados a respeito dos artigos publicados na revista *O Estudo* e que versavam sobre a formação de professores. Na sequência, estão compilados em um quadro os textos que localizados na revista *O Estudo* e que abordam essa temática.

Como sistematização da análise, pode-se observar no quadro 5, as publicações levantadas sobre formação de professores.

Quadro 5 - Textos de aspectos da formação de professores contidos na revista *O Estudo* (1922-1931)

V.	N.	MÊS/ ANO	AUTOR	TÍTULO
-	2	jun., 1922	STUART, Janet Erskine	A educação da donzela
-	2	jun., 1922	NORONHA, Marinha	Educação
-	2	jun., 1922	Aludes	Questões de português
-	2	jun., 1922	-	Percepção externa - sensação - diferença entre sensação e sentimento...
-	2	jun., 1922	-	Fadiga intelectual nos escolares
-	4 e 5	ago., set., 1922	STUART, Janet Erskine	A educação da donzela
-	4 e 5	ago., set., 1922	FÉLIX, Thomas	Deveis contar as crianças contos de fadas?
-	4 e 5	ago., set., 1922	KRAUSE, M.	A teoria dos valores pedagógicos
-	4 e 5	ago., set., 1922	BITTENCOURT, Honorina	A nova babel

-	4 e 5	ago., set., 1922	BILAC, Olavo	Oração de Olavo Bilac, dirigida aos professores da Escola Normal de SP
-	4 e 5	ago., set., 1922	-	Sentidos: higiene dos órgãos dos sentidos- sentido da audição ...
-	6 e 7	out., nov., 1922	-	Estudos de grego e latim
-	6 e 7	out., nov., 1922	Anuário de Ensino	Do nacionalismo no ensino como base de formação da Pátria nova
-	1	jun., 1923	STUART, Janet Erskine	A educação da donzela
-	1	jun., 1923	-	Pedagogia da Educação Física
III	1	jul., 1925	LEITE FILHO, Eduardo Sarmiento	Exórdio
III	1	jul., 1925	VASCONCELLOS, Faria de	As características da educação contemporânea
III	1	jul., 1925	-	Juros compostos
III	2	ago., 1925	BAIN, Alexandre	Ciência da Educação
III	2	ago., 1925	CORREIA, Leôncio	Educação e ensino
III	2	ago., 1925	G. F.	A Matemática entre as ciências
III	3	set., 1925	C. N. M.	A instrução religiosa facultativa nas escolas públicas
III	3	set., 1925	PEIXOTO, Afrânio	Suposta inferioridade das mulheres
III	3	set., 1925	CARLOS, Anor	Educação
III	3	set., 1925	BAIN, Alexandre	Ciência da Educação
III	4	out., 1925	ROCHA, Théo	A nossa época
III	4	out., 1925	LEMOS, Santruzza	A instrução na era patrística
III	5 e 6	nov., dez., 1925	LEMOS, Santruzza	Era patrística
III	5 e 6	nov., dez., 1925	KRAUSE, M.	Concepções modernas na Matemática
III	5 e 6	nov., dez., 1925	VIEIRA, Antônio	Concordância - sermões
IV	1	junho, 1926	-	Origem do dialeto brasileiro
IV	2	julho, 1926	-	Origem do dialeto brasileiro
IV	3 e 4	ago., set., 1926	BARRETO, Menna	O sentimento estético
IV	3 e 4	ago., set., 1926	ALMOBA	Palestra simples para "O Estudo"
IV	3 e 4	ago., set., 1926	MORNET, Daniel	Coeducação dos sexos
V	1	ago., 1927	PIRES, Vieira	Aspecto interessante da educação
V	1	ago, 1927	----	Programa do 5º ano elementar
VI	1	abr., 1928	KEMP, Emílio	O mestre-escola
VI	1	abr., 1928	MESQUITA, Oliveira	Pela instrução e pela Pátria
VI	2 e 3	maio, jun., 1928	FREITAS, João C.	A gramática e a língua
VI	2 e 3	maio, jun., 1928	BONAPACE, Heitor	Determinismo?
VI	4 e 5	jul., ago., 1928	ACAUAN, O; SOUZA, B. D. P.	Memorial ao Dr Oswaldo Aranha
VI	4 e 5	jul., ago., 1928	-	O programa, o exame e a sebeta
VI	4 e 5	jul., ago., 1928	-	A educação e a rotina
VI	4 e 5	jul., ago., 1928	J. N.	Escolas normais
VI	4 e 5	jul., ago., 1928	-	A educação ambidestra ou ambidestrimo
VI	6 e 7	set., out., 1928	-	A ambidestria sob o ponto de vista pedagógico

VI	6 e 7	set., out., 1928	FREITAS, João C.	A gramática e a língua
VI	8 e 9	nov., dez., 1928	-	Grafia dos gentílicos
VI	8 e 9	nov., dez., 1928	-	Ambidestria em alguns países estrangeiros
VI	8 e 9	nov., dez., 1928	-	Educação Física e Cívica
VII	1	jan., jun., 1929	A. G. L.	O ensino da natureza
VII	1	jan., jun., 1929	FREIRE, Laudelino	Algumas regras para escrever bem
VII	1	jan., jun., 1929	MARDEN, Orison, Sweet	A influência do otimismo e da alegria na saúde física e moral
-	1	ago., 1930	AZEVEDO, Ruth	Das aulas de Pedagogia, processos de ensino
-	1	ago., 1930	ROCHA, Yolanda	Do caderno de preparo de lições da aluna Yolanda Rocha
-	1	ago., 1930	LOPES, Jurêma	De nossas aulas de Pedagogia: a arte de interrogar
-	1	ago., 1930	CIBEIRA, Maria; PIRES, Côra	Museus escolares
-	1	ago., 1930	-	Das aulas da prática profissional
-	1	ago., 1930	AZEVEDO, Ruth	Do caderno de preparo de lições da aluna Ruth Azevedo
-	1	ago., 1930	ROBALLO, Zélia Benício	Prática da escola ativa
IX	1	set., 1931	-	Ensinar
IX	1	set., 1931	WEINMANN, Ledy	Prática da escola ativa
IX	1	set., 1931	CASTRO, Lisia de Freitas e	Excursões escolares
IX	1	set., 1931	FELIPOZZI, Anita	Plano de uma lição de "Noções Comuns"
IX	1	set., 1931	ROSA, Zilda Machado	Do caderno de preparo de lições da professora normalista Zilda M. Rosa
IX	1	set., 1931	-	Semana do Club de Ciências Naturais "Olga Acauan"
IX	1	set., 1931	MENEZES, Ilza	Das aulas de prática profissional - História
IX	1	set., 1931	ISSLER, Maria Ruth	Das aulas de Pedagogia prática
IX	1	set., 1931	ALVES, Tyrce; BEUSLER, Valeska	A objetivação
IX	1	set., 1931	ALVES, Tyrce	Plano para a lição de noções comuns para o 4 ano elementar
IX	1	set., 1931	-	A firmeza de vontade
IX	1	set., 1931	ROMERO, Circe A. Bica <i>et al</i>	Plano de lição
IX	1	set., 1931	GOIDANICH, W.; MOREIRA, N. M.; TEIXEIRA, A.	Noções comuns
IX	1	set., 1931	ANDRADE, G. Nunes de	O método Decroly

Fonte: Do autor.

Observa-se que, em sua maioria, os artigos publicados são oriundos de outras revistas, ou seja, não são produzidos pelas alunas. Entretanto, com o passar dos anos, a escrita feminina aparece nos

registros e é possível observar artigos cuja temática está centrada na feminização da escrita nesse período histórico universo deste estudo.

Com base no quadro 5 podemos observar que a autora que mais publicou artigos com temática voltada à formação docente foi Janet Erskine Stuart, com um total de 3 publicações durante o período. Na realidade esse texto foi fruto de uma adaptação feita pelo Monsenhor Mariano. A temática central dessas publicações estava pautada no exercício da prática docente e os cuidados necessários diante dos desafios da profissão.

Ressaltando a questão da produção acadêmica, enquanto prática de escrita ser realizada por alunas mestras da Escola Normal de Porto Alegre, segue o quadro 6 elucidativo com a data de conclusão do Curso Normal de 12 alunas que se formaram no período de circulação da revista *O Estudo*.

A seleção das doze alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação foi resultado do fato de que elas se formaram na Escola Complementar de Porto Alegre, entre as décadas de 1920 e 1930. Sendo escolhidas, portanto, por terem experimentado vivências comuns: colegas de turma ou alunas contemporâneas da mesma instituição de formação (FRAGA, 2017, p. 56)

O referido quadro foi elaborado baseando-se em Fraga (2017), tendo como critério o fato de as alunas serem contemporâneas do período de circulação da revista – o que denota uma participação direta ou indireta no periódico, bem como as melhores notas e atuação na rede de ensino de Porto Alegre.

Quadro 6 – Data de formatura das alunas mestras

NOME DA ALUNA	ANO DE FORMAÇÃO
Ida Silveira	Escola Complementar de Porto Alegre 24/03/1923
Lahidy Zapp	Escola Complementar de Porto Alegre 30/03/1926
Eloah Brodt Ribeiro Kunz	Escola Complementar de Porto Alegre 16/03/1929
Graciema Pacheco	Escola Complementar de Porto Alegre 16/03/1929 Escola Normal de Porto Alegre Curso de Aperfeiçoamento 28/03/1931
Fanny Delamora Garcia	Escola Complementar de Porto Alegre 16/03/1929
Sarah Azambuja Rolla	Escola Complementar de Porto Alegre 16/03/1929
Maria Cibeira Perpétuo	Escola Complementar de Porto Alegre 04/04/1929 Escola Normal de Porto Alegre Curso de Aperfeiçoamento 28/03/1931
Abigail Teixeira	Escola Normal de Porto Alegre 26/03/1930 Escola Normal de Porto Alegre Curso de Aperfeiçoamento 16/04/1932
Ruth Ivoty Torres da Silva	Escola Normal de Porto Alegre 21/03/1931
Élida de Freitas e Castro Druck	Escola Normal de Porto Alegre 19/04/1933
Eddy Flores Cabral	Escola Normal de Porto Alegre (não foi possível encontrar a data)
Alda Cardozo Kremer	Escola Normal de Porto Alegre (não foi possível encontrar o local e a data)

Fonte: Adaptado de Fraga (2017, p. 56).

É importante ressaltar que a relevância de elencar as alunas-mestras/professoras/técnicas em Educação, formadas na Escola Normal de Porto Alegre, está pautada na premissa de que, sendo a feminização da escrita um dos pontos destacados na análise realizada neste texto, convém elencar as estudantes que participaram desse processo.

Fraga (2017) justifica sua escolha, delimitando o número de alunas elencadas a partir do critério de seleção pautado no envolvimento destas alunas em quatro instituições públicas voltadas à Educação – três estaduais e uma federal – a Escola Complementar/Normal de Porto Alegre, a Secretaria de Educação e Saúde Pública (SESP/RS), o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE/RS) e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais/RS (CRPE/RS).

Considerando o reduzido número de publicações realizadas pelas próprias alunas, para efeito de análise fez-se necessário analisar o número total de publicações. Assim sendo, de um total de 75 textos que abordam a formação de professores da revista *O Estudo*, constatou-se que 21 desses textos foram produzidos por mulheres. Ainda que possa ser percebido que muitas das publicações eram reproduções de outras revistas nota-se uma preocupação em disseminar informações que contribuíssem para a formação das professoras.

Acerca das produções de textos elaborados pelas estudantes, pode-se dizer que a enunciação de um documento, que no caso são revistas há um diálogo. E indo ao fundo da reflexão dos periódicos, pode-se afirmar que a palavra não é só de quem a pronuncia, mas é carregada pelas vozes dos outros, esse outros que vivenciaram as publicações da revista nesse período nos diálogos interiores e exteriores e constituiu como sujeitos imersos nos diálogos da vida.

Para Endlich (2017, p. 60):

[...] outro elemento a ser considerado na pesquisa documental é a autoria dos documentos. Na perspectiva bakhtiniana, o autor-pessoa, ou seja, aquele que emite o discurso (que escreve ou fala) não transmite de modo direto seus pensamentos. No estudo da criação estética, Bakhtin (2003) cunha o conceito de autor-criador, que representa uma posição axiológica, integra o texto e participa da significação do enunciado, que é produzido num determinado momento social e histórico.

E continua dizendo:

Levando em conta as múltiplas determinações sociais do discurso na vida, teorizadas por Bakhtin, compreendemos que pesquisar textos de documentos como enunciados implica estudar o discurso de outrem, daqueles que participam da elaboração dos programas inseridos em um contexto político. Nesse sentido, o pesquisador se insere nessa cadeia discursiva com seus enunciados, buscando compreender também os textos dos documentos em estudo em sua concretude, ou seja, como enunciação, como uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta dentro de um contexto discursivo [...] (ENDLICH, 2017, p. 60).

Os artigos produzidos representam, assim, o resultado das relações sociais das alunas nesse período histórico:

[...] a relevância do grupo está, portanto, nas relações de sociabilidade, nos espaços de convivência, nas trajetórias e na constituição profissional das alunas-mestras/professoras/técnicas em

Educação que tiveram ao longo de suas vidas desde a formação escolar, a atuação do magistério, o desempenho no funcionalismo público e, conseqüentemente, em suas trajetórias intelectuais de uma produção intelectual escrita em boletins, revistas e outros impressos (FRAGA, 2017, p. 55).

Fundamentando os conceitos de dialogia, pode-se dizer que os discursos contidos nas publicações da revista perpassam por várias vozes, e o historiador/pesquisador deve-se estar atento para compreender mais corretamente o discurso concretizado nos documentos da época estudada.

Para além das publicações de cunho pedagógico, nota-se que a revista apresenta propagandas de vendas e serviços prestados, homenagens à ex-alunas e professores, bem como algumas produções de alunos e eventos que ocorriam na escola.

Conforme elucidam Catani e Vilhena (1992), a imprensa pedagógica de periódicos destinados aos professores e aos alunos disponibiliza informações ao pesquisador da história da Educação no que se refere às práticas pedagógicas desse período histórico:

[...] oferece a possibilidade de se estabelecer um dos elos da história das práticas e das disciplinas escolares. Desta forma, o estudo da imprensa periódica especializada em Educação pode trazer elementos extremamente úteis para a compreensão histórica do sistema de ensino e colocar novas questões acerca da “cultura escolar” (CATANI; VILHENA, 1992, p. 4).

Para além dos pressupostos apresentados, essa análise demonstrou que a revista *O Estudo* possibilita, além da compreensão do sistema de

ensino, o entendimento da internalidade de instituições escolares. Isso ocorre, pois, de acordo com Fraga (2017), o impresso fornece ao historiador dados e vestígios de informações sobre a vida escolar.

Os textos veiculados na revista, em especial, os produzidos pelas alunas são marcados por dois momentos: a) 1922 a 1929: a maior parte da produção textual constitui-se de práticas de escrita baseadas em práticas de leitura típicas de uma época, ou seja, neste período são produzidos textos literários [...] b) 1930 a 1931: a maioria da produção textual é composta por planos de aula, modelos, ideias e práticas pedagógicas (FRAGA, 2017, p. 110).

Com esses indícios, é possível analisar e compreender a produção escrita das alunas da Escola Normal de Porto Alegre, bem como suas representações sobre a escola, seu cotidiano, suas expectativas e experiências como estudantes (FRAGA, 2017).

[...] é interessante salientar a profusão de impressos estudantis que circulam em várias cidades brasileiras entre as décadas de 1930 e 1960. A explicação para tal fato deve ser buscada no contexto brasileiro da época, em que é crescente a participação social e política dos estudantes. Ressalta-se, também, que neste período a imprensa ainda representava um espaço fundamental como meio de comunicação social (AMARAL; SILVA, 2002, p. 123).

A análise dos artigos da revista *O Estudo* produzidos entre 1922 e 1931 demonstra que as alunas da Escola Normal de Porto Alegre buscaram orientar suas ações a partir dos significados e valores sociais que

permeavam o espaço social em que estavam inseridas nesse período histórico.

Durante a “fase literária” (1922-1929), a revista publica 239 títulos, entre crônicas, contos, ensaios e poemas. Sendo em sua grande maioria assinado com pseudônimo e, portanto, dificultando o reconhecimento direto da autora. Porém, o fato de eu não encontrar a identificação específica, não deixa menos importante a análise da revista *O Estudo*, porque ainda assim pode-se depreender que houve um grande envolvimento das alunas na produção e na manutenção direta da revista – da equipe editorial, bem como na indireta, através daquelas que colaboraram enviando seus textos. Foi de significativa importância para compreender o quanto a palavra escrita circulou na Escola Complementar/Normal de Porto Alegre. Na década de 1930, na segunda fase da produção, a revista *O Estudo* publica quase que inteiramente textos de suas alunas tratando de assuntos “científicos e didáticos”, com o objetivo de difundir os modernos métodos de ensino praticados na Escola Normal de Porto Alegre aos demais cantos do Estado (FRAGA, 2017, p. 111).

Essas fases distintas da revista *O Estudo* marcam um primeiro período em que as alunas disseminavam a gramática e língua portuguesa, incentivando a leitura, daí as publicações de contos e afins no primeiro período (1922-1929).

No segundo período (década de 1930) a preocupação das alunas estava em buscar embasamento teórico para a prática pedagógica, e por que não trocar experiências, pois observa-se que as publicações eram assinadas por elas (sem uso de pseudônimos).

3.3 A revista *O Estudo*: cultura escolar e formação de professores

Neste subtítulo será apresentado saberes literários, didáticos e científicos que relatam a cultura escolar da Escola Normal de Porto Alegre/RS, com ênfase na prática das alunas composta pelo grêmio estudantil e responsáveis pela revista *O Estudo*, onde é revelado como era a formação de professores no período de publicação (1922-1931). Tendo em vista as influências que uma Instituição que ensino carrega na rede de sociabilidades, como o Estado, religião, renovação pedagógica, entre outros.

3.3.1 Saberes literários

Com base no quadro 7, pode-se observar alguns textos sobre literatura, como poemas, crônicas e narrativas. O gênero literário é o de maior evidência em todos os números das revistas. E muito desses textos de literatura trata sobre religião que era a literatura para ser lida da época.

Quadro 7 - Saberes de literatura

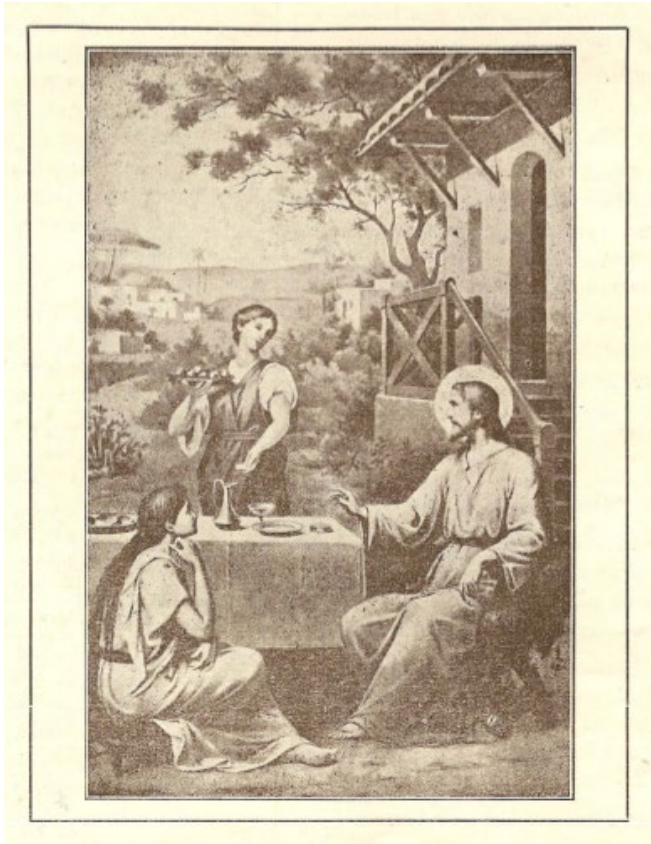
V.	N.	MÊS/ ANO	AUTOR	TÍTULO
-	2	jun., 1922	STUART, Janet Erskine	A educação da donzela
-	2	jun., 1922	-	Percepção externa - sensação - diferença entre sensação e sentimento...
-	2	jun., 1922	-	Fadiga intelectual nos escolares
-	4 e 5	ago., set., 1922	STUART, Janet Erskine	A educação da donzela
-	4 e 5	ago., set., 1922	FÉLIX, Thomas	Deveis contar as crianças contos de fadas?
-	4 e 5	ago., set., 1922	KRAUSE, M.	A teoria dos valores pedagógicos
-	4 e 5	ago., set., 1922	BITTENCOURT, Honorina	A nova babel
-	4 e 5	ago., set., 1922	BILAC, Olavo	Oração de Olavo Bilac, dirigida aos professores da Escola Normal de SP
-	1	jun., 1923	STUART, Janet Erskine	A educação da donzela

III	1	jul., 1925	LEITE FILHO, Eduardo Sarmiento	Exórdio
III	1	jul., 1925	VASCONCELLOS, Faria de	As características da educação contemporânea
III	3	set., 1925	C. N. M.	A instrução religiosa facultativa nas escolas públicas
III	3	set., 1925	PEIXOTO, Afrânio	Suposta inferioridade das mulheres
III	4	out., 1925	ROCHA, Théo	A nossa época
III	4	out., 1925	LEMOS, Santruzza	A instrução na era patrística
III	5 e 6	nov., dez., 1925	LEMOS, Santruzza	Era patrística
IV	3 e 4	ago., set., 1926	BARRETO, Menna	O sentimento estético
IV	3 e 4	ago., set., 1926	ALMOBA	Palestra simples para "O Estudo"
V	1	ago., 1927	PIRES, Vieira	Aspecto interessante da educação
VI	1	abr., 1928	KEMP, Emílio	O mestre-escola
VI	1	abr., 1928	MESQUITA, Oliveira	Pela instrução e pela Pátria
VI	2 e 3	maio, jun., 1928	BONAPACE, Heitor	Determinismo?
VI	4 e 5	jul., ago., 1928	ACAUAN, O; SOUZA, B. D. P.	Memorial ao Dr Oswaldo Aranha
VI	4 e 5	jul., ago., 1928	J. N.	Escolas normais
VI	4 e 5	jul., ago., 1928	-	A educação ambidestra ou ambidestrismo
VI	6 e 7	set., out., 1928	FREITAS, João C.	A gramática e a língua
VII	1	jan., jun., 1929	MARDEN, Orison, Sweet	A influência do otimismo e da alegria na saúde física e moral
-	1	ago., 1930	LOPES, Jurêma	De nossas aulas de Pedagogia: a arte de interrogar
IX	1	set., 1931	ALVES, Tyrce; BEUSLER, Valeska	A objetivação
IX	1	set., 1931	-	A firmeza de vontade

Fonte: Do autor.

No total das 31 revistas, foram encontradas onze figuras de imagens religiosas. Essas imagens representam a religiosidade predominante no contexto da época, o catolicismo. Nas práticas de leitura e escrita tinha a instigação republicando, mas também a influência da Igreja Católica se encontra explícito, com sua educação moral cristã, que tinha como ideal para o magistério a “mulher de bem”, com competência, amor e dedicação, funções naturais femininas. Têm-se exemplos de imagens religiosas e nas figuras 23 e 24.

Figura 23 – Eis –me de Almoba



Fonte: Almoba (Revista *O Estudo*, n. 2, 1926, p. 10).

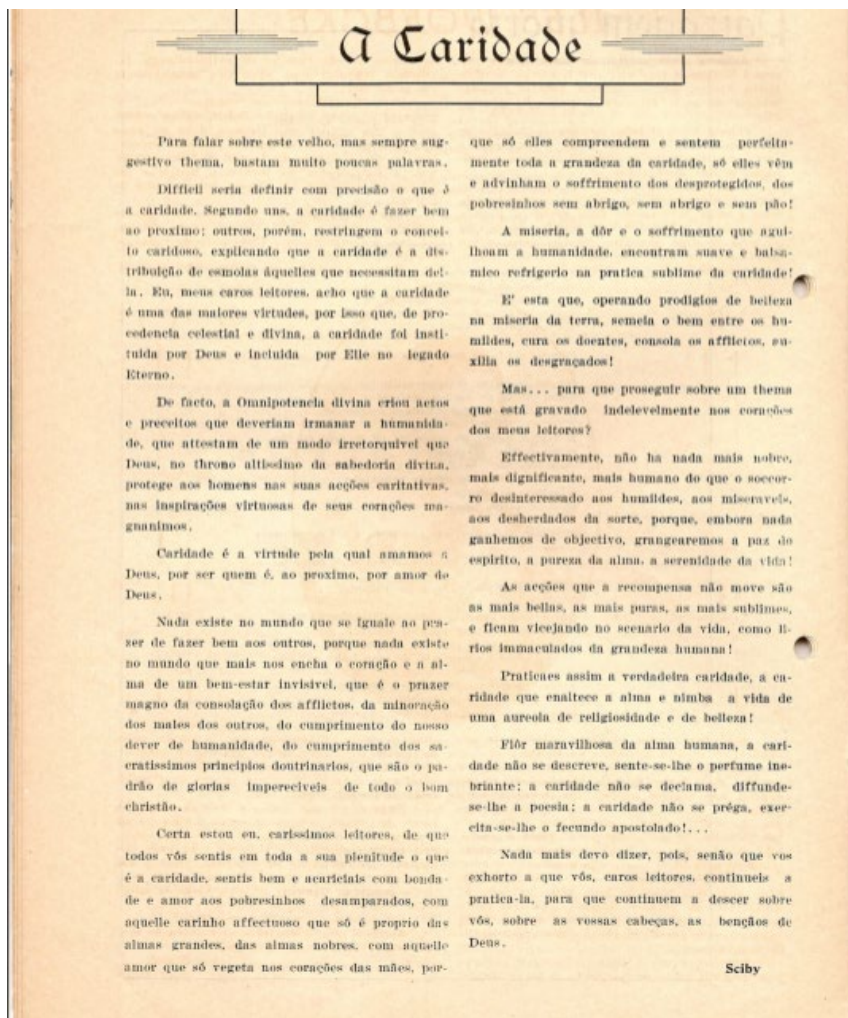
Figura 24 – Santa Theresinha do menino Jesus



Fonte: Revista *O Estudo* (n. 2/3, 1928, p.25).

Um exemplo da moral cristã é da aluna Sciby (n. 1, 1927, p. 4), onde ela trata de *caridade* como uma das maiores virtudes, visto que a “procedência celestial e divina, a caridade foi instituída por Deus e incluída por Ele no legado eterno. Como pode observar na figura 25.

Figura 25 – A caridade da aluna Sciby



Fonte: Sciby (Revista *O Estudo*, n. 1, 1927, p. 04).

Outro exemplo da moral cristã é um poema de Durval de Oraes (n. 4, 1925, p. 19), onde ele trata da velhice, de penitência, de plantar rosas para Santa Theresinha. Como pode observar na figura 26.

Figura 26 – As rosas de Theresinha

O ESTUDO

AS ROSAS DE THERESINHA

Quando eu ficar tão velhinha
Como estás, com setenta annos,
Cum os teus cabellos de linho
E os teus olhos extrahumados,
Hai de contar aos meus netos,
Nas noites do meu laverno,
Junto aos tijolos da leitaria
Dos meus lambarecos dilectos,
O conto formoso e terno
Da lenda desta roseira.

Plantára a santa velhinha,
Com as frias mãos a tremer,
Para Santa Theresinha,
Uma roseira que tinha
De florir até morrer.

Uma rose sempre havis
Na roseira do quintal,
Cobrisse a terra sombria
A furia do vendava.

E quando o estio rosava
As roseiras do quintal,
Froscas e lindas não faltava
A rose devocional.

Era milagrosa, dizia
Toda a grade em redor,
Vendo a rose que esplendia
No quintal de monsenhor.

Fosse a manhã estumalha,
A manhã fosse radiceo,
Algoz como uma rose
In cantando a velhinha
Colher a flor milagrosa
Para Santa Theresinha.

Im as rose ficando,
Embora marchas, no nicho,
Claro e risinho capricho
Da velhinha que, resando,
Destinava a lactescencia
Das coxas do seu rosario,
Offeritando a penitencia
De colher a linda rose
Pelo seu filho vigario.

Ora, em noite tenebrosa,
Desconhecido perfume,
Derramon-se pela casa....

Chéreas rosas de lume!
Ardentes rosas de bran!


Rosas de ignota roseira,
Aos pés da imagem da freira,
Brilhavam na noite oscura.

A' velhinha doce e pura
A visão extecára.

Por suas rosas de luz,
As rosas marchas treóira
Theresinha de Jesus.

DITAL DE ORAES.

19



Dir-lhes-ei: antigamente,
(Si não fallar-me a memoria,
Marepoteinha origa
Que as pedras, que extravaga
Numa cabeça tremente)
Filhos, passou-se esta história.

Tere lugar esta scena
Em casa de um monsenhor,
Oude suave e sem pena,
A mãe daquelle Pastor,
Era a ovelha mais serena
Das rebanhos do Senhor.

Fonte: Revista *O Estudo* (n. 4, 1925, p. 19).

3.3.2 Saberes didáticos

Nesse levantamento, pode-se observar no quadro 8, textos sobre didática, trazendo assuntos sobre disciplinas escolares, aulas passeio e mostrando como fazer.

Quadro 8 - Saberes de didática

V.	N.	MÊS/ ANO	AUTOR	TÍTULO
-	2	jun., 1922	Aludes	Questões de português
-	6 e 7	out., nov., 1922	-	Estudos de grego e latim
-	6 e 7	out., nov., 1922	Anuário de Ensino	Do nacionalismo no ensino como base de formação da Pátria nova
-	1	jun., 1923	-	Pedagogia da Educação Física
III	5 e 6	nov., dez., 1925	VIEIRA, Antônio	Concordância - sermões
IV	3 e 4	ago., set., 1926	MORNET, Daniel	Coeducação dos sexos
V	1	ago, 1927	----	Programa do 5 ano elementar
VI	2 e 3	maio, jun., 1928	FREITAS, João C.	A gramática e a língua
VI	4 e 5	jul., ago., 1928	-	O programa, o exame e a sebenta
VI	4 e 5	jul., ago., 1928	-	A educação e a rotina
VI	8 e 9	nov., dez., 1928	-	Ambidestria em alguns países estrangeiros
VII	1	jan., jun., 1929	FREIRE, Laudelino	Algumas regras para escrever bem
-	1	ago., 1930	AZEVEDO, Ruth	Das aulas de Pedagogia, processos de ensino
-	1	ago., 1930	ROCHA, Yolanda	Do caderno de preparo de lições da aluna Yolanda Rocha
-	1	ago., 1930	CIBEIRA, Maria; PIRES, Córa	Museus escolares
-	1	ago., 1930	-	Das aulas da prática profissional
-	1	ago., 1930	AZEVEDO, Ruth	Do caderno de preparo de lições da aluna Ruth Azevedo
-	1	ago., 1930	ROBALLO, Zélia Benício	Prática da escola ativa
IX	1	set., 1931	-	Ensinar
IX	1	set., 1931	WEINMANN, Ledy	Prática da escola ativa
IX	1	set., 1931	CASTRO, Lisia de Freitas e	Excursões escolares
IX	1	set., 1931	FELIPOZZI, Anita	Plano de uma lição de "Noções Comuns"

IX	1	set., 1931	ROSA, Zilda Machado	Do caderno de preparo de lições da professora normalista Zilda M. Rosa
IX	1	set., 1931	MENEZES, Ilza	Das aulas de prática profissional - História
IX	1	set., 1931	ISSLER, Maria Ruth	Das aulas de Pedagogia prática
IX	1	set., 1931	ALVES, Tyrce	Plano para a lição de noções comuns para o 4 ano elementar
IX	1	set., 1931	ROMERO, Circe A. Bica <i>et al</i>	Plano de lição
IX	1	set., 1931	GOIDANICH, W.; MOREIRA, N. M.; TEIXEIRA, A.	Noções comuns
IX	1	set., 1931	ANDRADE, G. Nunes de	O método Decroly

Fonte: Do autor.

A respeito de aulas passeios, na figura 27 que estará adiante, pode-se observar que é um artigo intitulado *Museus Escolares*, feito pelas alunas do 2º ano do curso de aperfeiçoamento Córa Pires e Maria Cibeira. Elas demonstram sugestões do diretor técnico dos museus escolares do Distrito Federal, Dr. Everardo Backheuser de expor os três tipos de museus e seus objetivos, museu pedagógico central, museu da escola e museu de classe.

Para Bastos (2002, p. 260) o museu pode integrar de “produtos alimentares, indústrias diversas, materiais de construção, aquecimento e iluminação, geologia e mineralogia, botânica, zoologia, agricultura, química e física; com diversas divisões e subdivisões”. Pode-se perceber a importância das alunas em museus escolares e a excursões escolares (aulas passeios) como prática pedagógica, dessa maneira, [...] a aula passeio representa um importante recurso pedagógico. Associar os conteúdos ministrados em sala de aula com o meio no qual está inserida, torna o aprendizado significativo [...] (RODRIGUES, 2015, p. 65).

Essas excursões possibilita um desenvolvimento de habilidade às alunas, com a experiência e observação, tornando uma prática escolar, trabalhando o interesse das alunas em diversas disciplinas como história, geografia, arte, geometria e entre tantas outras que fazem parte de uma

cultura escolar e da formação docente com apropriação de conhecimento sobre a pedagogia prática.

Figura 27 - Museus Escolares (Revista *O Estudo*, 1930)



Fonte: Revista *O Estudo* (n. 1, 1930).

Na figura 28, abaixo, há-um exemplo de excursão escolar onde as alunas e professores visitaram *O Club de Ciências ‘Olga Acauan’*.

Figura 28 – Excursão escolar: *O Club de Ciências ‘Olga Acauan’*



Fonte: Revista *O Estudo* (n. 1, 1931, p.17).

As alunas também realizavam atividades práticas, que demonstram um modelo de preceitos da *pedagogia prática*. Sobre essa pedagogia, Carvalho (2001, p.142), relata:

Nessa pedagogia das faculdades da alma, ensinar é prática que se materializa em outras práticas; práticas nas quais a arte de aprender formaliza-se com o exercício de competências bem determinadas e observáveis em usos escolarmente determinados. Essa pedagogia como arte confere aos impressos de uso escolar um papel e um lugar

específicos. [...] ensinar a ensinar é fornecer esses modelos, seja na forma de roteiros de lições, seja na forma de práticas exemplares.

Um exemplo de planejamento de pedagogia prática, como mostra a figura 29, embasada nas propostas do ensino ativo, que estavam em evidência na formação docente, daquela época, é um artigo intitulado *Pratica da Escola Activa* que foi publicado na Revista *O Estudo*.

Figura 29 – *Pratica da Escola Activa*, Plano de uma lição de Noções Comuns

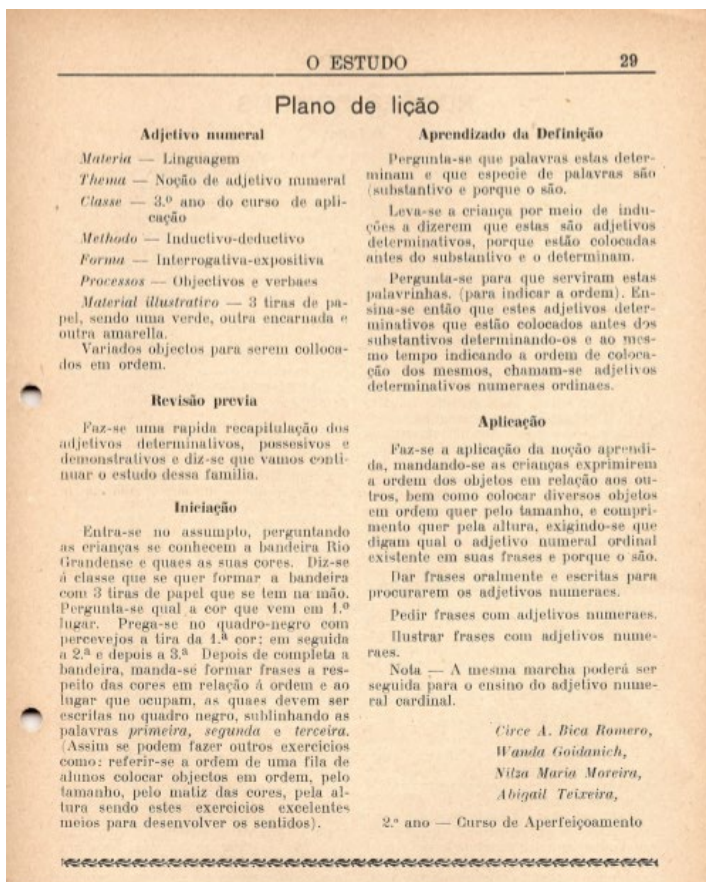


Fonte: Revista *O Estudo* (n. 1, 1930, p. 41).

Um exemplo de plano de lição pode ser encontrado na revista *O Estudo* (1931, n.1, p. 29), onde as alunas Circe A. Bica Romero, Wanda Goidanich, Nilza Maria Moreira e Abigail Teixeira, retrata exemplos de atividades desenvolvidas nas aulas de Prática Profissional, ministrada pela professora Olga Acauan Gayer. Esse texto propõe trabalhar a “linguagem” com o conteúdo de “adjetivo numeral”. Esse exemplo apresentado na figura 30 trata-se de um método, que para Fraga (2017, p. 113):

[...] Tal método tem por objetivo principal a proposição do desenvolvimento de projetos e “centros de interesses” como didática e metodologia de ensino, sempre voltados para o aluno e seu preparo para viver em sociedade. O processo de aprendizagem inicia com a sensibilidade que o professor deve ter para com a necessidade do aluno. A partir dela, o interesse do aluno deve ser aguçado, e com isso desenvolver o seu conhecimento. Esse entendimento compreende que as crianças passam por três momentos na aprendizagem: o da observação, o da associação e o da expressão.

Figura 30 – Plano de lição



Fonte: Romero; Goidanich; Moreira; Teixeira (Revista *O Estudo* n. 1, 1931, p. 29).

O ensino de Noções Comuns e Plano de Lição representa o cotidiano dos alunos, como em objetos, recursos e acontecimentos. Afirmando a importância do conhecimento e da experiência prática para a aprendizagem e formação docente.

Observa-se também que nas publicações da revista *O Estudo* se encontra em torno de dez figuras com desenhos feitos pelas alunas, fruto

de aulas práticas da Escola Normal. Alguns com desenhos espontâneos e outros homenageando sujeitos do interior da escola. Como mostra na figura 31.

Figura 31 – Ilustração de lição de Leitura *Não Quero*, de Arlette Costa Ribeiro



Fonte: Ribeiro (Revista *O Estudo*, n. 1, 1930, p.43).

Pode-se notar na imagem 31 um desenho feito por uma aluna do ensino primário como prática de ilustração de uma redação. Considera essa prática vista, até nos dias atuais em sala de aula.

3.3.3 Saberes científicos

Observa-se texto sobre a ciências no quadro 9 que trata sobre a lógica da experimentação científica com o objetivo principal de transmitir ideias ou resultados de estudos, trabalhos e pesquisas.

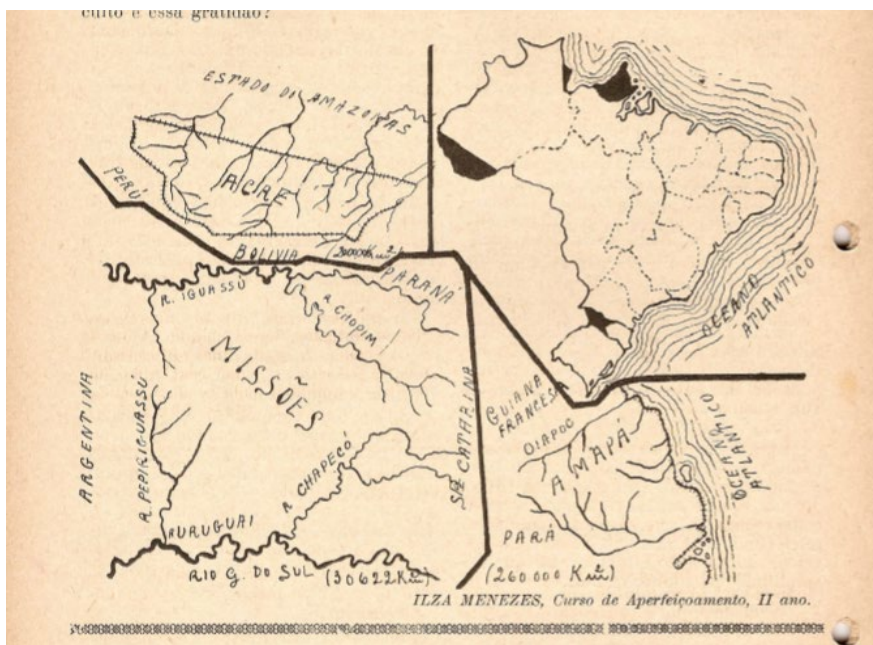
Quadro 9 - Saberes de ciências

V.	N.	MÊS/ ANO	AUTOR	TÍTULO
-	2	jun., 1922	NORONHA, Marinha	Educação
-	4 e 5	ago., set., 1922	-	Sentidos: higiene dos órgãos dos sentidos- sentido da audição ...
III	1	jul., 1925	-	Juros compostos
III	2	ago., 1925	BAIN, Alexandre	Ciência da Educação
III	2	ago., 1925	CORREIA, Leôncio	Educação e ensino
III	2	ago., 1925	G. F.	A Matemática entre as ciências
III	3	set., 1925	CARLOS, Anor	Educação
III	3	set., 1925	BAIN, Alexandre	Ciência da Educação
III	5 e 6	nov., dez., 1925	KRAUSE, M.	Concepções modernas na Matemática
IV	1	junho, 1926	-	Origem do dialeto brasileiro
IV	2	julho, 1926	-	Origem do dialeto brasileiro
VI	6 e 7	set., out., 1928	-	A ambidestria sob o ponto de vista pedagógico
VI	8 e 9	nov., dez., 1928	-	Grafia dos gentílicos
VI	8 e 9	nov., dez., 1928	-	Educação Física e Cívica
VII	1	jan., jun., 1929	A. G. L.	O ensino da natureza
IX	1	set., 1931	-	Semana do Club de Ciências Naturais "Olga Acauan"

Fonte: Do autor.

Na figura 32 revela a prática em sala de aula com a disciplina de geografia, onde a aluna do Curso de Aperfeiçoamento Ilza Menezes, retrata o mapa brasileiro, destacando alguns rios e mares. Trabalho feito com a proposta de obter dados informativos relativos ao assunto da aula em questão.

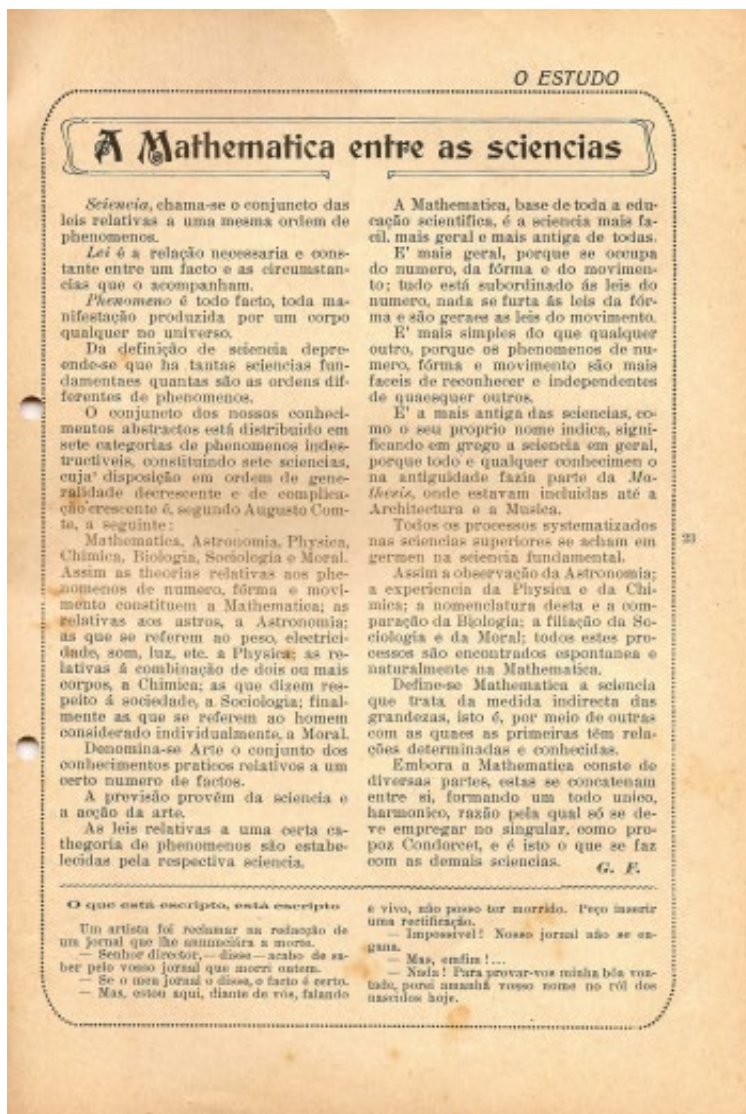
Figura 32 – Ilustração do mapa do Brasil e alguns rios, de Ilza Menezes



Fonte: Menezes (Revista *O Estudo*, n. 1, 1931, p. 20).

Um exemplo de ciências é de G. F. (n. 2, 1925, p. 23), onde trata a matemática como à base de toda educação científica, defendendo que a matemática é a ciências mais fácil, mais geral e mais antiga de todas. Como pode observar na figura 33.

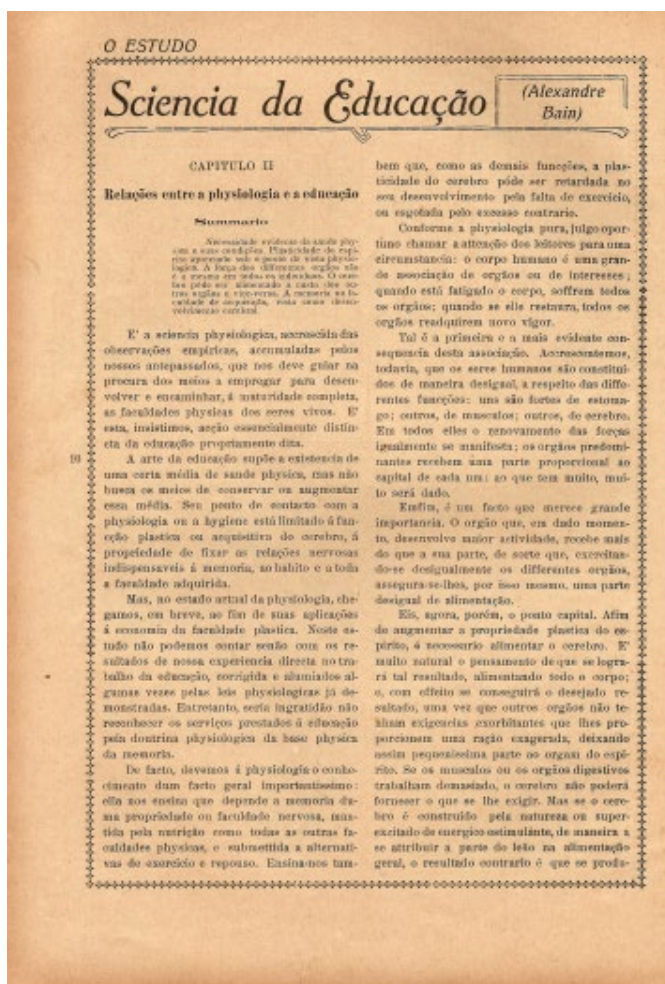
Figura 33 – A Mathematica entre as ciencias, de G. F.



Fonte: G. F. (Revista *O Estudo*, n. 2, 1925, p. 23).

A revista traz um texto de Alexandre Bain (n. 2, 1925, p. 6-8), que define resumidamente a educação como ciência, trazendo teóricos sobre o tema como o britânico James Mill. Pode-se observar na figura 34 a primeira parte desse texto.

Figura 34 – Sciencia da Educação, de Alexandre Bain



Fonte: Bain (Revista *O Estudo*, n. 2, 1925, p.6-8).

3.4 Reflexões: a produção intelectual na revista

Em suma, a análise das observações trazidas no texto sobre saberes para professores na prática de escrita da revista *O Estudo* e a cultura escolar, pode-se perceber que a materialidade da revista em questão tem suas particularidades e especificidades que diferencia ela das demais, trazendo os saberes de literatura, didática e ciências.

A criação do impresso estudantil *O Estudo*, foi realizado nas décadas de 1920 e 1930, como prática de escrita das alunas e também de organizadoras da revista, visto que algumas das publicações existentes eram de outros autores, onde as alunas não eram produtoras do conteúdo, isto é, as alunas eram produtoras e receptoras de ideias. Contudo, foi aumentando a própria autoria das alunas no decorrer das publicações.

Pode-se compreender até então, que as alunas do grêmio estudantil, como organizadoras da revista tinha a função de selecionar os textos e imagens que tinham contato e variadas vezes, poderiam ser textos indicados pelos professores e direção escolar, onde procuravam passar o conteúdo de estudo, a boa conduta, a religião cristã, o civismo nacional entre outras expressões de acordo com o período de publicação e que era comum ser encontrada em outras revistas da época.

A circulação da revista *O Estudo* e sua periodicidade produziu conteúdos que foram organizados, publicados e impressos de múltiplas maneiras, com elaboração do periódico no ambiente escolar e promovendo assim a produção de impressos estudantis, com a contribuição relevante da instituição escolar que atuou com novas práticas que fez dos impressos em formato de revista.

Pode-se dizer que a Escola Normal de Porto Alegre atuou como formação designado às mulheres gaúchas, e que nessa escola produziam-se conhecimento, em que as alunas colocavam em práticas seus conhecimentos e teorias/práticas pedagógicas na produção da revista. Uma demonstração sobre a essencial de propagar produção intelectual na revista pode ser representado no trecho a seguir.

Aos professores das mais esquecidas villas, esta revista levará noticias dos modernos aperfeiçoamentos introduzidos nos methodos de ensino; animará as incipientes vocações litterarias, que, muitas vezes, nascem timidamente e morrem como nasceram, sem nunca frutificar; despertará, finalmente, em nós o culto pelo Bello, por meio da leitura daqueles que teem já um nome feito nas letras (O ESTUDO, n. 1, 1923. p. 2).

Entende-se que a profissão docente feminina e escrita feminina desenvolveram uma prática, renovando e propagando as novas ideias pedagógicas do ensino. E tiveram a oportunidade de obter uma trajetória profissional, o que não era comum na época.

As questões apresentadas nesse texto demonstram na revista a composição, a difusão e apropriação da escrita e da leitura, com a produção intelectual das alunas.

Os textos veiculados na revista O Estudo, literários ou de prática pedagógica, foram produzidos em um ambiente de formação de professoras (com seus currículos e suas práticas de ensino), em meio ao momento de consolidação do ideário republicano, com ênfase na Educação formativa da cidadania (marcada pelo civismo e pela moralidade) e pelo ensino da leitura e da escrita (FRAGA, 2017, p. 113).

Apresenta-se nas publicações das revistas intenção editorial das alunas, com os textos escritos, adaptados e organizados, que propiciaram as leituras que desenvolveu a formação de professores. As revistas elucidam de como foram escritos, apreendidos, utilizados e produzidos o impresso estudantil, visto que, esse meio é muito importante, pois propicia ao pesquisador indícios do interior e exterior da instituição de ensino, conteúdos muitas vezes não encontrados em documentos oficiais da escola.

Diante dessas observações elencadas no texto, compreende-se que, direta ou indiretamente, a produção e a colaboração do periódico caracterizaram a produção intelectual das alunas da Escola Normal de Porto Alegre/RS, e a prática social e cultura se manteve durante as publicações da revista *O Estudo* na década de 1920 e 1930, circulando saberes pedagógicos para formação de professores no campo literário, didático e científico. Contatando que, as alunas manipularam, compreenderam e disseminaram por meio da escrita, conteúdos acerca da prática pedagógica e das variedades sociais e culturais do período histórico de publicação.

Conclusão

Esse trabalho mostra indícios de pesquisas para a História da Educação Brasileira e pode-se notar o diálogo com os números da revista *O Estudo*. Essas revistas que são os documentos estudados no conceito de que o discurso é dialógico pode desvendar as concepções das alunas e professores contidos na revista, no ponto de vista político, religioso, educacional e patriota.

Confirma-se que o pesquisador tem que manter uma postura ética diante dos sujeitos envolvidos na pesquisa, mesmo que seja histórico, pois com suas múltiplas vozes, eles nos levam a refletir sobre o conhecimento da época, visto que o sujeito nunca é mudo na perspectiva dialógica, e o pesquisador historiador deve buscar a compreensão que esses documentos trazem com as suas diversas vozes envolvidas.

Nesse ponto de vista, a fonte documental enquanto uma gama de materiais que oferecem suporte a pesquisas e reflexões em diferentes áreas diferentes; constituiu objeto de estudo desse texto. Assim sendo, a revista *O Estudo*, enquanto um meio de expressão acadêmica das alunas da Escola Normal de Porto Alegre configura-se como um meio de comunicação e expressão por meio da palavra impressa, resultante de experiências acadêmicas empíricas das alunas, bem como de materiais publicados em outras revistas durante o período.

Observa-se assim, a confirmação de que as publicações das alunas representam um reflexo da realidade do cotidiano do período histórico estudado, pois apresenta discursos e expressões das alunas, que nesse

sentido tornam-se também agentes históricos que influenciaram na formação pedagógica das alunas do Curso Normal.

Nesse contexto, dentre outros fatores, buscou-se compreender as publicações das alunas na revista *O Estudo*, enquanto meio impresso de comunicação mediante a complexidade de um contexto histórico e social. Para compreender essa análise, é importante recorrer às premissas de Morel e Barros (2003) que enfatizam acerca da importância do meio impresso como expressão e comunicação de ideias, conhecimento e informações.

De acordo com os referidos autores, o meio de comunicação impresso “[...] influenciava e era influenciado por vozes, falas e gestos não-escritos, em via de mão dupla, numa complexa teia de circulação, recepção e transmissão de conteúdos que ultrapassam o espaço impresso” (MOREL; BARROS, 2003, p. 103).

Na mesma linha de pensamento desses autores, Fraga (2012) destaca que ao se utilizar de meios impressos para pesquisas (em suportes de periódicos), há de se observar o modo de produção e circulação dos textos, as atividades desenvolvidas pelos responsáveis pela edição, bem como o contexto histórico e social do período.

Na perspectiva de Galvêncio e Costa (2008), o meio impresso remete à tradição histórica do seu tempo, o que propicia analisar quais eram os temas educacionais relevantes para época. Nesse sentido, a revista pode ser considerada como um meio de disseminação da cultura educacional, pois, divulgava as ideias no campo acadêmico.

Nesse contexto, é importante salientar que a análise da revista *O Estudo*, serviu como espaço educativo, juntamente com a Escola Normal, proporcionando as alunas contato com as tendências intelectuais e

culturais do referido período histórico, com saberes literários, didáticos e científicos

Diante dessas premissas, essa pesquisa se propôs a realizar uma análise acerca da produção de saberes para professores divulgados na revista *O Estudo*, bem como estes saberes influenciaram na formação acadêmica das alunas da Escola Normal de Porto Alegre, entre os anos de 1922 até 1931.

Desse modo, em uma perspectiva do processo de pesquisa histórica, a cultura escolar apóia o percurso da pesquisa em direção ao objetivo geral de identificar e analisar saberes para professores na revista *O Estudo*, elaborados por alunas, futuras professoras da escola Complementar/Normal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de 1922 a 1931. Sendo objetivos específicos: conhecer e analisar a revista *O Estudo*, seus objetivos de criação e de circulação; compreender aspectos do que diziam os sujeitos na revista, dando ênfase na feminização do magistério; e contribuir para o desenvolvimento de pesquisas correlatas. Em suma, constituíram suporte formativo para as questões metodológicas das etapas nessa pesquisa.

A partir das leituras feitas para a elaboração desse texto, confirma que a revista *O Estudo* traz os saberes produzidos pelas alunas e refletem a conjuntura social do período histórico, ou seja, uma preocupação que vai além dos saberes pedagógicos em si, pois muitas informações estavam vinculadas a feminização do Magistério, que era visto como uma profissão feminina, como uma extensão da “natureza feminina e do cuidar”.

Sobre essa questão de feminização do magistério no Brasil, Dornelas e Porto (2016) mencionam que desde o princípio essa profissão tem como pressupostos a ideologia de dever sagrado e missão feminina;

sendo que era destinada às mulheres a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os bons costumes dos alunos.

O processo de feminização ocorreu entre os finais do século XIX e início do século XX, em decorrência do desenvolvimento da industrialização e urbanização no Brasil durante esse período (HYPÓLITO, 1997; FARIA FILHO *et al.*, 2005).

Esse momento histórico foi marcado pela organização e controle do ensino pelo Estado, que por meio de legislação organizou a rede escolar pública em estabelecimentos próprios em forma dos grupos escolares. Ainda que se observe uma feminização do magistério, é importante destacar que as mulheres não assumiam postos de comando, ou seja, nenhuma mulher era nomeada supervisora, diretora (casos raros) ou para cargos equivalentes ao de secretário de educação, o comando era masculino (DORNELAS; PORTO, 2016).

Ainda assim, as mulheres viam no Magistério uma oportunidade para a independência econômica e social. Esse paradigma se refletiu no final da década de 1920 e começo dos anos 1930 onde observa-se que a maioria do Magistério primário é exercido por mulheres; dados que são elucidados por Demartini e Antunes (2002, p. 73) ao mencionar que no Censo Demográfico de 1920: “[...] 72,5% do conjunto do professorado brasileiro do ensino público primário era composto por mulheres e, entre o total de docentes, sem distinção de graus de ensino, as mulheres somavam 65%”. Os dados apresentados por Demartini e Antunes (2002) corroboram com as afirmações apresentadas até o momento a respeito da feminização do magistério no Brasil.

Pode-se enfatizar que a mulher é protagonista da educação no Brasil até hoje. Pois, de acordo com o Censo Escolar de 2020, as mulheres são maioria entre os 2.189.005 docentes da educação básica,

representando 96,4% na educação infantil, 88,1% nos anos iniciais do ensino fundamental, 66,8% nos anos finais do ensino fundamental e 57,8% no ensino médio. Também se constata que a mulher atualmente conquistou ocupação nos cargos de direção das escolas do país e segundo o censo, em um total de 161.237 diretores, 80,6% são do sexo feminino.

A atuação no magistério tornou-se uma oportunidade para mulheres advindas de diferentes classes sociais, o que proporcionava certa independência feminina; o que tornou o magistério como única profissão aceita socialmente para as mulheres (LOURO, 1989; 2000).

Entretanto, o ingresso na Escola Normal para as mulheres deveria seguir alguns critérios de seleção, como capacidade intelectual, verificação de idade (mínima de 15 anos) e autorização do pai ou do marido (DORNELAS; PORTO, 2016). Constata-se desse modo, que ainda que fosse considerada uma profissão aceita para as mulheres, estas deveriam ter autorização de um responsável do sexo masculino.

Ao realizar a análise das publicações da revista *O Estudo*, observou-se uma relação intrínseca que caracteriza certas marcas textuais ou discursivas como pertencentes a uma natureza genérica específica, no caso, a natureza feminina. Os textos relatam experiências pessoais das alunas na elaboração de planos de aula e preocupações com questões docentes vivenciadas por elas também, o que reforça as marcas textuais que denotam a feminização.

Contudo as análises dos autores citados nesse trabalho continuam extremamente lúcidas, pois foram encontrados na análise de cada revista, assuntos e conteúdos semelhante do que se apresentou como base teórica, sendo pertinente para os documentos analisados.

Entretanto, muitos artigos publicados eram provenientes de outras revistas, sendo de outros autores, não necessariamente do gênero

feminino. O que pode ser observado é que o critério para seleção dos materiais e temas a serem publicados estava pautado em temas relacionados à prática da docência.

Esses textos advindos de outras revistas caracterizaram o que Fraga (2013) denominou como sendo uma prática de escrita das alunas, marcada pela mimetização, ou seja, a revista *O Estudo* para além de conteúdos acadêmicos apresentava também conteúdos de variedades, uma característica das revistas ilustradas e de variedades circulantes nas décadas de 1920 e 1930; motivo pelo qual a revista *O Estudo* era denominada como uma *revista mensal, ilustrada, litteraria, scientifica e didactica*.

Corroborando com o estudo de Fraga (2013), destaca-se que a produção da revista *O Estudo* pelas alunas da Escola Normal de Porto Alegre caracteriza-se como prática escolar, pois estas manipularam, compreenderam e disseminaram por meio da escrita informações acerca da prática pedagógica, bem como as variedades sociais e culturais do referido período histórico em estudo.

Todos esses aspectos apresentados propiciam compreender a feminização da escrita presente nas publicações da revista *O Estudo*, um aspecto importante que foi observado durante a pesquisa. Nas pesquisas de Fraga (2013; 2017), destaca-se também essa questão, como relevante enquanto contribuição para a formação das alunas da Escola Normal de Porto Alegre.

Faz-se necessário destacar aqui, que essa feminização constitui-se como um meio de expressão feminina em um período histórico em que a mulher não tinha voz ativa na sociedade.

Com base no que foi denotado, compreende-se que alguns pressupostos teóricos enfatizam a importância do periódico escolar como

fonte de estudos em História da Educação, considerando a relevância da cultura escolar e do ambiente da Escola Normal de Porto Alegre para a formação docente das alunas mestras no período de 1922-1931. Ressalta-se também a importância da presença feminina e de suas contribuições para a profissionalização da docência considerando a conjuntura histórico-social do Brasil no referido período.

O estudo de periódicos educacionais proporciona, mais do que entendimento do sistema de ensino, do interior das instituições escolares, viabilizando ao historiador dados e indícios de conhecimentos sobre a vida escolar e seus sujeitos. Estes vestígios que as revistas estudantis trazem são rastros dos sujeitos e suas práticas do dia a dia escolar, suas opiniões, desejos e experiências internas e externas à escola, propostas de formação escolar e valores a serem divididos.

Por fim, diante do exposto, pode-se afirmar que a revista *O Estudo* proporciona um olhar sobre a cultura escolar, fundamentalmente direcionando à atenção para um grupo de alunas, futuras professoras e intelectuais. E pode-se compreender aspectos da intelectualidade feminina com a análise da revista *O Estudo* que ao longo de quase uma década, outras práticas escolares foram reinventadas e ressignificadas, com o intuito de desenvolver a formação de professores na escola.

Referências

ALMEIDA, J. S. A Escola Normal Paulista: estudos dos currículos (1846 a 1990) – destaque para a prática de ensino. *Boletim do Departamento de Didática*, v. 11, n. 9, p. 23-42, 1993.

ALMOBA. Eis –me. *O Estudo*. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 2, p. 10, jul. 1926.

AMARAL, G. L. do; SILVA, D. Os impressos estudantis em investigações da cultura escolar nas pesquisas histórico-institucionais. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 11, abril, p. 117-130, 2002.

AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo: Musa, 2004.

ARRIADA, E. *A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: A desoficialização do Ensino Público*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PPGE/PUCRS, 2007.

BAIN, A. Ciência da Educação. *O Estudo*. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 1, ago. p. 2, 1923.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BASTOS, M. H. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). *História da Educação*, v. 1, p. 115-133, abr. 1997.

BASTOS, M. H. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. *In: GATTI JUNIOR, Décio; ARAÚJO, José Carlos Souza (Orgs.). Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.* Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

BERTOTTI, R. G.; RIETOW, G. Uma breve história da formação docente no Brasil: da criação das escolas normais as transformações da ditadura civil-militar. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 11, 2013. *Anais [...]*. Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8746_5986.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

BLOCH, M. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense. 2004.

BOTO, C. O professor primário português como intelectual: 'eu ensino, logo existo'. *Revista Linhas*, v. 6, n. 1, p. 1-45, 2005.

BRASIL. Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. *Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931*. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1931. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm. Acesso em: 10 ago. 2007.

CANCLINI, N. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2005.

CARDONE, F.; SOUZA, A.; LUZ, C.; LEMOS, L. *Memória Carris*. Blog [Internet]. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://memoriacarris.blogspot.com>. Acesso em: 06 jun. 2018

CARDOSO, T. As “Aulas Régias” no Rio de Janeiro: do projeto à prática. 1759-1834. *História da Educação*, n. 6, p. 105-132, out. 1999.

CARVALHO, M. M. C. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: CATANI, D. B.; SOUZA, C. P. (Orgs.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 31-40.

CARVALHO, M. M. C. de. A Caixa de Utensílios e a Biblioteca: Pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana; HILSDORF, Lúcia. *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CARVALHO, M. *A Escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2003.

CARVALHO, M. *Pedagogia Moderna, Pedagogia da Escola Nova e modelo escolar paulista*. São Paulo: USP/Fapesp, 2011. p. 185-212.

CASPARD, P. Imprensa pedagógica e formação contínua de professores primários. In: CATANI, D.; BASTOS, M. H. C. (org.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 5-10.

CASTRO, R. M. de. *A aula passeio com professores: conhecendo e ressignificando aspectos da história local*. 12 f. Projeto de extensão. Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC-Unesp/Marília, 2013.

CASTRO, R. M. de. *Vida e trabalho de professores primários: um estudo dos anuários do ensino do estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado

em Educação) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília/SP, 2000.

CATANI, D. B. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, v. 10, n. 20, p.115-130, jul./dez, 1996.

CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. Apresentação. In: CATANI, D.; BASTOS, M. H. C. (org.). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 5-10.

CATANI, D. B.; SOUSA, C. P. A geração de instrumentos de pesquisa em história da educação: estudos sobre revistas de ensino. In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (org.). *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 241-254.

CATANI, D. B. (org.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 2002.

CATANI, D. B.; VILHENA, C. A. imprensa periódica educacional e as fontes para a história da cultura escolar brasileira. In: REUNIÃO ANUAL ANPED – GT HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 15., 1992. *Anais [...]*. 1992.

CELESTE FILHO, M. A fotografia e a pesquisa em história da educação: escolas paulistas na década de 1930. *InterMeio* (UFMS), v. 16, p. 134-155, 2010.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHARTIER, A. M. *Escola, cultura e saberes*. São Paulo: FGV Editora, 2005. p. 09-28.

CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CHARTIER, R. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, R. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 211-238.

CHARTIER, R. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Unesp, 2002.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, n. 2, p. 177-229, 1990.

CONCEIÇÃO, A. de N. *O Instituto de Educação de Presidente Prudente/SP (1953-1975): elementos para a história de uma instituição escolar*. 2017. 347f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.

DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Educação*, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, p. 111-153, 2005.

DEMARTINI, Z. de B. F.; ANTUNES, F. F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. In: CAMPOS, M. C. S. de S.; SILVA, V. L. G. da (Coords.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2002.

DORNELAS, B. G. de O.; PORTO, J. H. A. O processo de feminização no magistério brasileiro. In: COLÓQUIO NACIONAL DE REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES, 12., 2016, Campina grande/PB. *Anais* [...]. Campina Grande/PB, 2016. Disponível em:
https://editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_E_V053_MD1_SA2_ID1145_25052016155912.pdf. Acesso em: 29 nov. 2018.

ENDLICH, A. P. Bakhtin e a pesquisa documental de programas governamentais em educação. *Revista Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica*, Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória/ES, v. 23, n. 2, p. 54-65, jul./dez. 2017.

FARIA FILHO, L. M. *et al.* A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: PEIXOTO, A. M. C.; PASSOS, M. (Orgs.). *A escola e seus atores – educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FERNANDES, A. L. C. O Impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânea Nacif (Orgs.). *Impressos e História da Educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p. 15-29.

FRAGA, A. S. de. *Imprensa Estudantil e práticas de escrita e de leitura: a revista “O Estudo”*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FRAGA, A. S. O Estudo e sua materialidade: revista das alunas-mestras da Escola Complementar/Normal de Porto Alegre/RS (1922-1931). *História da Educação*, v. 17, p. 55-68, 2013.

FRAGA, A. S. *Trajetórias de alunas-mestras a professoras intelectuais da educação no Rio Grande do Sul (1920 a 1960)*. 2017. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FRAGO, A. V. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. *In: FRAGO, A. V; ESCOLANO, A. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 59-141.

FURTADO, A. C. A expansão das Escolas Normais de Ribeirão Preto/SP e as oportunidades abertas de ingresso no magistério primário (1928-1946). *In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES. Anais [...]. Águas de Lindóia/SP: UNESP, 2007. p. 1-8.*

G. F. A Mathematica entre as ciencias *O Estudo*. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 2, ago. p. 23, 1925.

GABLER, L. *Arquivo Nacional Mapa: memória da administração pública brasileira*. 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/315-escola-normal>. Acesso em: 30 set. 2018.

GALVÍNCIO, A. S.; COSTA, J. C. de C. As ideias feministas no jornal A União (1913-1920): os direitos da mulher. *In: SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICA CULTURAIS SUBJETIVIDADES E CONTRADISCURSO*, João Pessoa/PB. *Anais [...]*. João Pessoa, 2008.

GERALDI, J. W. Sobre a questão do sujeito. *In: PAULA, L. de; STAFUZZA, G. (Orgs.). Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável*. São Paulo: Mercado de Letras, 2010a. p. 279-292.

GERALDI, J. W. A pesquisa em linguagem na contemporaneidade. *In*: GERALDI, J. W. *Ancoragens: estudos bakhtinianos*. São Carlos: Pedro e João Editores. 2010b. p. 51-64.

GERALDI, J. W. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas/SP: ALB/ Mercado de Letras, 1996.

GINZBURG, C. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário. Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p.143-179.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HYPÓLITO, Á. M. *Trabalho Docente, Classe Social e Relações de Gênero*. Campinas/SP: Editora Papyrus, 1997.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, p. 9-43, 2001.

KREMER, A. C. Panorama da Educação. *In*: KREMER, A. C. *et al. Rio Grande do Sul – terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 51-64.

LOURENÇO FILHO, M. B. *A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação*. Brasília: Inep/ MEC, 2001.

LOURO, G. L. *Prendas e antiprendas: uma história da Educação feminina no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas/SP, 1986.

LOURO, G. L. Magistério de 1º Grau: um trabalho de mulher. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 31-39, jul./dez. 1989.

LOURO, G. L. Mulheres da sala de aula. *In*: DEL PRIORi, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 443-481.

MACHADO, J. L.; SCHELBAUER, A. R. A escola normal no século XIX: as contribuições de Rui Barbosa para a educação pública e a formação de professores. *Série- Estudos – Periódico do Mestrado em Educação*, n. 14, p. 99-107, jul./dez. 2002.

MARTINS, A. L. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: USP/Fapesp, 2008.

MARTINS, A. M. S. Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. *Revista HISTEDBR On-line*, n. 35, p. 173-182, Campinas/SP, 2010.

MASCARO, C. C. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo: subsídios para estudos da sua reforma*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1956.

MEIRELLES, E. *Primeira República: um período de reformas*. *Nova Escola*, 2013.

MEIHY, J. C. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1998.

MENEZES, I. *O Estudo*. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 1, p. 20, set. 1931.

MONTEIRO, C. Urbanização e modernidade em Porto Alegre. *In*: GOLIN, T; BOEIRA, N. (coord.); RECKZIEGEL, A. L. S.; AXT, G. (Dir.). *República Velha (1889-1930)*. v. 3 t. 2. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007.

MORAES, M. C. M. de. *Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta*. Florianópolis: UFSC, 2000.

MOREL, M.; BARROS, M. M. de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: FENAME, 1974.

NERY, A. C. B. *Em busca do elo perdido: a ação reformadora de Oscar Thompson e a formação de professores (1911-1923)*. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

NÓVOA, A. Por que a História da Educação. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil-vol II: Século XIX*. 1ª Edição. Petrópolis: vozes, p. 9-13, 2005.

NÓVOA, A. *Profissão professor*. o passado e o presente dos professores. Porto: Porto Editora, 1995.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino: concepções e organização do *repertório* português. In: CATANI, D. B.; BATOS, M. H. C. (Orgs.). *Educação em revista*. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11-31.

O ESTUDO. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 1, ago. 1930.

O ESTUDO. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 1, jun. 1923.

O ESTUDO. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 1, jul. 1925.

O ESTUDO. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 1, p. 26, set. 1931.

O ESTUDO. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 1, set. 1931.

O ESTUDO. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 2, jun. 1922.

O ESTUDO. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 2/3, maio./ jun. 1928.

O ESTUDO. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 3, p. 7, jul. 1922.

O ESTUDO. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 3 e 4, ago. 1930.

O ESTUDO. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 4, jul. p. 19, 1925.

O ESTUDO. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 6/7, out./nov. 1922.

O ESTUDO. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 8/9, nov. dez. 1928.

OLIVEIRA, K. A. *et al.* A trajetória da Escola Normal: história da formação de professores no Brasil e no estado de Goiás. Ciclo *Revista: Experiência em formação no IF Goiano*, Goiânia/GO, 2013.

OLIVEIRA, N. C. Arquitetura escolar e política educacional: os programas na atual administração do Estado. *Fundação para o Desenvolvimento da Educação* (org.), São Paulo, p. 11-25, 1998.

ORAES, D. de. As rosas de Theresinha. *O Estudo*. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 4, p. 19, out. 1925.

OZELIN, J. R. *Periódicos Educacionais da Escola Normal de São Carlos: Educação moral, Civismo e Higiene (1911- 1923)*. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciência, Marília, 2010.

PERROT, M. *Mulheres públicas*. São Paulo: ed. UNESP, 1998.

PILETTI, N. Evolução do currículo do curso secundário no Brasil. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 13, n. 2, p. 27-72, jul./dez. 1987.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PORTELLI, A. História Oral e Poder. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. *Anais [...]*. Fortaleza: mimeo, 2009.

PINTO, A. *Decreto de criação da Escola Normal - 1835 – Nº. 10*. Disponível em: http://www.infoiepic.xpg.com.br/hist_ato10.htm. Acesso em: 20. Abr. 2018.

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. *Paidéia*, n. 4, p. 15-30, jul. 1993.

RIBEIRO, A. C. Ilustração de lição de Leitura Não Quero. *O Estudo*. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 1, p. 43, ago. 1930.

RODRIGUES, F. P. *Aula passeio como recurso metodológico para formação de professores: um estudo a partir de depoimentos de professores*. Trabalho de conclusão do curso – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015.

ROMANELLI, O. de O. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

ROMERO, C.A. B. (org). *O Estudo*. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 1, p. 29, set. 1931.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

SAVIANI, D. Prefácio. In: ARAÚJO, José C. de Souza; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio E. C. (org). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Alínea: Campinas – SP, 2008

SCHNEIDER, R. *A instrução pública no Rio Grande do Sul – 1770-1889*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

SCHUELER, A. F. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889). *Revista de Educação Pública*, n. 17, p. 1-15, 2008.

SCIBY. A caridade. *O Estudo*. Escola Normal de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 1, p. 4, ago. 1927.

SERRA, Á. E. *As Associações de Alunos das Escolas Normais do Brasil e de Portugal: Apropriação e Representação (1906-1927)*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Marília, 2010.

SERRA, Á. E. As associações e os escritos dos professores e alunos das Escolas normais nos periódicos Excelsior (1911-1939) e O alvorecer (1912-1914): apropriação e representação. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 2006. *Anais [...]*. Goiânia: UFGO, 2006. p. 301-310.

SILVA, C. P. B. Imprensa periódica educacional: entre roteiros e compêndios; um estudo sobre a revista *Atualidades Pedagógicas* (1950-1962). *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA*, 2., 2002. *Anais [...]*. Natal: Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002.

SILVEIRA, P.; DORAY, B. (Orgs.). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, ed. Revista dos Tribunais, 1989.

SIRINELLI, J-J. Os intelectuais. *In: RÉMOND, R. Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

SOUZA, R. F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890- 1910)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

TAMBARA, E. Profissionalização, Escola Normal e feminilização: Magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX. *História da Educação*, v. 3, p. 35-57, abr. 1998.

TANURI, L. M. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo*. São Paulo: FE-USP, 1979.

TANURI, L. M. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 61-88, 2000.

TEIXEIRA, W. da S. A instrução pública em São Paulo: do Império à República. *Revista Alpha*, v. 13, p. 97-103, 2012.

TEIXEIRA, G. B.; SCHUELER, A. Livros para a escola primária carioca no século XIX. Produção, circulação e adoção de textos escolares de professores. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 20, p. 137-164, mai./ago. 2009.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VILLELA, H. de O. S. *A primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

VILLELA, H. de O. S. A Primeira Escola Normal do Brasil. *In*: ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. P.C. (Orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império a República*. Campinas: Alínea, 2008. p. 29-46.

VIÑAO, A. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. *In*: VIÑAO, A.; AGUSTÍN, E. *Currículo, espaço subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

WERLE, F. O. C. Práticas de gestão e feminização do magistério. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 609-634, set./dez. , 2005.

Pareceristas

Este livro foi submetido ao Edital 001/2021 do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, câmpus de Marília e financiado pelo auxílio nº 0798/2018, Processo Nº 23038.000985/2018-89, Programa PROEX/CAPEL. Contamos com o apoio dos seguintes pareceristas que avaliaram as propostas recomendando a publicação. Agradecemos a cada um pelo trabalho realizado:

Adriana Pastorello Buim Arena
Alberto Luiz Pereira da Costa
Alexandre Filordi de Carvalho
Américo Grisotto
Ana Claudia Saladini
Ana Maria Klein
Angelica Pall Oriani
Carlos Bauer
Carlota Boto
Celia Regina Rossi
Cinthia Magda Fernandes Ariosi
Claudia Cristina Ferreira
Cristina Maria Carvalho Delou
Daniel Ferraz Chiozzini
Domingos Leite Lima Filho
Erika Porceli Alaniz
Francismara Neves de Oliveira
Genivaldo de Souza dos Santos
Giza Guimarães Pereira Sales
Joana Tolentino

Jose Deribaldo Gomes dos Santos
Lalo Watanabe Minto
Lia Leme Zaia
Luciana Aparecida Nogueira da Cruz
Luciano Mendes de Faria Filho
Márcia Lopes Reis
Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes
Maria de Fatima Felix Rosar
Maria José Viana Marinho de Mattos
Maria Lucia Marques
Marta Sueli de Faria Sforni
Mauro Castilho Gonçalves
Nadia Aparecida Bossa
Nilza Sanches Tessaro Leonardo
Ofelia Maria Marcondes
Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues
Rita Melissa Lepre
Sandra Aparecida Pires Franco
Simone Wolff
Sonia Bessa da Costa Nicacio Silva
Virgínia Pereira da Silva de Ávila

Comissão de Publicação de Livros do Edital 001/2021 do
Programa de Pós-Graduação em Educação
da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília
*Graziela Zambão Abdian, Patricia Unger Raphael Bataglia,
Eduardo José Manzini e Rodrigo Pelloso Gelamo*

SOBRE O LIVRO

Catálogo

André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

Normalização

Livia Pereira Mendes

Diagramação e Capa

Mariana da Rocha Corrêa Silva

Assessoria Técnica

Renato Geraldi

Oficina Universitária Laboratório Editorial

labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16x23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro

Fernanda Plaza Grespan possui graduação em Pedagogia (2015) e mestrado em Educação (2019) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente desenvolve pesquisa em nível de doutorado junto à mesma universidade. Atua como professora na educação básica na rede municipal de Marília-SP. É membra integrante, na qualidade de estudante, do grupo de pesquisa “HiDEA-Brasil História das disciplinas escolares e acadêmicas no Brasil” – linha de pesquisa “História das disciplinas de Didática em instituições de formação de professores no Brasil” – liderado pelas Professoras Doutoras Rosane Michelli de Castro e Giza Guimarães Pereira Sales e cadastrado junto ao CNPq.

Em busca de uma história da formação de professores na Escola Normal do Rio Grande de Sul, a autora apresenta a trajetória da Escola Normal em Porto Alegre/Rio Grande do Sul entre os anos de 1922 – 1931, período em que a revista *O Estudo* era circulado, sendo um impresso diferenciado, produzido por alunas e futuras professoras, onde pode considerá-las intelectuais de uma época em que não havia muitas escritoras do gênero feminino.

Neste livro, Fernanda Plaza Grespan busca compreender por meio dos dados e informações contidos nos exemplares da revista, a ênfase dada aos saberes para professores como sujeitos na revista, enfatizando a feminização do magistério.



CULTURA
ACADÊMICA
Editora



Programa PROEX/CAPES:

Auxílio N° 0798/2018

Processo N° 23038.000985/2018-89

